



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CULTURAIS, MEMÓRIA
E PATRIMÔNIO

MESTRADO PROFISSIONAL

MORGANA RODRIGUES DOS SANTOS

INVENTÁRIO CULTURAL DO QUILOMBO ALTO SANTANA:
NA ÚLTIMA RUA, O INÍCIO DE TUDO

GOIÁS – GO
2025

MORGANA RODRIGUES DOS SANTOS

**INVENTÁRIO CULTURAL DO QUILOMBO ALTO SANTANA:
NA ÚLTIMA RUA, O INÍCIO DE TUDO**

Relatório Técnico para apresentação à banca do
Programa de Pós-Graduação em Estudos
Culturais, Memória e Patrimônio, Mestrado
Profissional, da Universidade Estadual de
Goiás – Câmpus Cora Coralina
(PROMEP/UEG), como requisito para a
obtenção do título de Mestre em História.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Janete Rego Silva

**GOIÁS – GO
2025**



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL (BDTD)

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, CsA nº 1.087/2019 sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9.610/1998, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data¹. Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade da autora.

Dados da autora:

Nome completo: **Morgana Rodrigues dos Santos**

Email: **morganadh@yahoo.com.br**

Dados do trabalho:

Título: **INVENTÁRIO CULTURAL DO QUILOMBO ALTO SANTANA: NA ÚLTIMA RUA,
O INÍCIO DE TUDO**

Tipo:

☐ Tese ☒ Dissertação

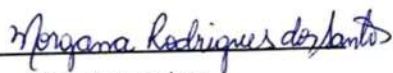
Curso/Programa: Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio, Mestrado Profissional, da Universidade Estadual de Goiás – Câmpus Cora Coralina (PROMEP/UEG)

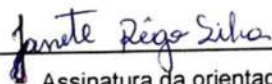
Concorda com a liberação documento:

☒ SIM ☐ NÃO

¹Período de embargo é de até um ano a partir da data de defesa.

Goiás, 19 de setembro de 2025


Assinatura autora


Assinatura da orientadora

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Biblioteca Frei Simão Dorvi – UEG Câmpus Cora Coralina

S237i	Santos, Morgana Rodrigues dos. Inventário cultural do Quilombo Alto Santana : na última rua, o início de tudo [manuscrito] / Morgana Rodrigues dos Santos. – Goiás, GO, 2025. 160 f. ; il. Orientadora: Profa. Dra. Janete Rego Silva. Relatório Técnico (Mestrado em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio) – Câmpus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, 2025. 1. Patrimônio cultural - Goiás, GO. 1.1. Inventário cultural. 1.2. História e memória. 1.3. Decolonialidade. 1.4. Silenciamento histórico-cultural. 1.5. Quilombo. I. Título. II. Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cora Coralina. CDU: 316.72:719(817.3)
-------	--

Bibliotecária responsável: Marília Linhares Dias – CRB 1/2971



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
(Criada pela lei nº 13.456 de Abril de 1999, publicada no DOE-GO de 20 de Abril de 1999)
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Coordenação de Pós-Graduação Stricto Sensu
UEG CÂMPUS CORA CORALINA
Av. Dr. Deusdeth Ferreira de Moura Centro - GOIÁS CEP: 76600000
Telefones: (62)3936-2161 / 3371-4971 Fax: (62) 3936-2160 CNPJ: 01.112.580/0001-71

ATA DE EXAME DE DEFESA 05/2025

Ao vigésimo quinto dia do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, às dezenove horas, realizou-se a sessão pública de Defesa do Relatório Técnico intitulado "INVENTÁRIO CULTURAL DO QUILOMBO ALTO SANTANA: NA ÚLTIMA RUA, O INÍCIO DE TUDO" e do produto "QUILOMBO ALTO SANTANA – LUTA, RESISTÊNCIA E ESPERANÇA", do(a) mestrando(a) **Morgana Rodrigues dos Santos**. A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores doutores: Janete Rego Silva– Presidente – (PROMEP - UEG), Erika Macedo Moreira (UFG) e Ricardo de Oliveira Rotondano (PROMEP - UEG). Os membros da banca fizeram suas observações e sugestões, as quais deverão ser consideradas pelo(a) mestrando(a) e seu(sua) orientador(a). Em seguida, a banca examinadora reuniu-se para proceder a avaliação do exame de defesa. Reaberta a sessão, o(a) presidente da banca examinadora, Dr.(a) Janete Rego Silva, proclamou que o Relatório Técnico e o produto encontram-se **aprovados** (X) ou **não aprovados** () com as seguintes exigências (se houver):

com distinção para publicação.

Janete Rego Silva

Profa. Dra. Janete Rego Silva (PROMEP - UEG)

Erika Macedo Moreira

Profa. Dra. Erika Macedo Moreira (UFG)

Ricardo de Oliveira Rotondano

Prof. Dr. Ricardo de Oliveira Rotondano (PROMEP - UEG)

Cumpridas as formalidades de pauta, às 22:15 horas a presidência da mesa encerrou esta sessão do Exame de Defesa e lavrou a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da banca examinadora em duas vias de igual teor.

Ricardo de Oliveira Rotondano

Prof. Dr. Ricardo Oliveira Rotondano (Coordenador)

Goiás-GO, 25/04/2025.

“Vozes-Mulheres

*A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
ecoou lamentos
de uma infância perdida.*

*A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.*

*A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela*

*A minha voz ainda
ecoou versos perplexos
com rimas de sangue
e fome.*

*A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.*

*A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade.”*

(Conceição Evaristo)

AGRADECIMENTOS

Toda a travessia realizada por essa pesquisa só foi possível porque encontrei acolhida na comunidade do Quilombo Alto Santana, que demonstrou generosidade para partilhar vivências, histórias, alegrias, tristezas, conquistas, resistências e fé. Assim, nas pessoas das potentes matriarcas e das(os) detentoras(es) de saberes, que gentilmente participaram desse estudo, agradeço a toda a comunidade do Quilombo Alto Santana.

Os resultados aqui expostos tiveram uma significativa contribuição da orientação teórico ético-política exercida, inicialmente, pelo professor Dr. Marcos Antônio Cunha Torres, e, posteriormente, pela querida professora Janete Rego Silva, em nome deles agradeço ao corpo docente do PROMEP, especialmente, à Profa. Dra. Maria Dailza de Conceição Fagundes, Prof. Dr. Ricardo Oliveira Rotondano e à Profa. Dra. Keley Cristina Carneiro pelo saber compartilhado e por me acolherem como aluna, incentivando em minhas potencialidades e somando forças comigo nos momentos em que a fragilidade humana, por vezes, me afligi.

Esse sentimento de gratidão se estende à Profa. Dra. Erika Moreira Macedo, que junto ao Prof. Ricardo Oliveira Rotondano, assumiu o desafio de compor as Bancas de Qualificação e Defesa; fazendo a leitura atenta do texto, sugerindo leituras, chamando atenção para o aprofundamento da análise, bem como para a estrutura do documento; contribuindo, sem medidas, para o trabalho que ora apresento.

Em nome do Jefferson Rodrigues, membro da Associação Quilombola Alto Santana, agradeço às minhas e aos meus colegas de curso, pelo carinho, respeito, incentivo, conhecimento e pelas aflições compartilhadas.

Agradeço aos meus amigos e amigas, na pessoa do meu grande amigo e compadre, Uene José Gomes, que desde a minha primeira manifestação de desejo em dar continuidade aos meus estudos, por meio da realização desse mestrado, contribuiu com indicação de leituras, compartilhou vídeos e entrevistas; ampliando a minha análise crítica sobre o tema que desenvolvo nesse trabalho.

Em nome da Lucelma Messias de Jesus, agradeço a toda a minha equipe de trabalho do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, por sempre me incentivar a seguir aprofundando os meus estudos.

Agradeço ao meu filho, Gabriel Telles dos Santos Burgarelli, por mover em mim os melhores sentimentos, por ser tanto a minha fonte de inspiração, como, também, a

minha motivação para seguir caminhando, alimentada por uma esperança de que é possível vivermos num mundo mais justo e fraterno.

Aos meus pais, Francisco José dos Santos e Terezinha Rodrigues dos Santos (e em nome deles aos meus irmãos e irmãs, sobrinhas e sobrinhos, cunhados, cunhadas e todos os meus familiares) não só por compreenderem as minhas ausências durante esse período exigente de estudo, mas por me ensinarem a ser quem eu sou; por me ensinarem a persistir em busca dos meus sonhos e a ser forte diante dos desafios da vida.

Sem conseguir conter as lágrimas, rememoro que, logo que iniciei o mestrado, minha mãe foi acometida por um infarto, ficando com sua saúde fragilizada. Num determinado momento, cheguei em pensar em desistir dos estudos. Mas, aos poucos, ela foi ficando mais fortalecida e disse-me: “Filha, ficarei feliz se você não desistir. Prometo a você que não morrerei antes de você terminar...” E, assim, ela cumpriu a sua promessa; partindo para uma outra dimensão de sua existência, poucos dias após a minha banca de defesa; quando despedir-me dela, não fazia parte dos meus planos. Em meio a esse turbilhão de sentimentos, prevalece a alegria pela oportunidade de abraçá-la e agradecer-lá por tudo e por tanto; de chorar com ela e com o meu pai a alegria dessa conquista.

Gratidão!

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Cidade de Goiás vista a partir do Morro das Lajes	19
Figura 02: Rua Moretti Foggia	20
Figura 03: Vista da Catedral S'antana, pela Rua Dom Cândido	21
Figura 04: Procissão do Fogaréu	21
Figura 05: Legenda do Mapa dos Quilombos no Brasil Central	27
Figura 06: Mapa do Brasil Central (Séculos XVIII e XIX)	28
Figura 07: Encarte produzido pelo IPHAN	35
Figura 08: Vista aérea dos Setores Alto Santa e Santa Bárbara	36
Figura 09: Participantes das entrevistas	55
Figura 10: Material de divulgação da Roda de Conversa	58
Figura 11: Roda de Conversa A voz das Matriarcas	59
Figura 12: Roda de Conversa A voz das Matriarcas	60
Figura 13: Resultado das eleições municipais, no ano de 1982 (TRE)	63
Figura 14: Livro de Registro da Secretaria da Câmara Municipal de Goiás	64
Figura 15: Livro de Registro da Secretaria da Câmara Municipal de Goiás	65
Figura 16: Arquivo da Secretaria de Controle Interno da Prefeitura de Goiás	65
Figura 17: Arquivo da Secretaria de Controle Interno da Prefeitura de Goiás	66
Figura 18: Livro de Registro da Secretaria da Câmara Municipal de Goiás	67
Figura 19: Livro de Registro da Secretaria Legislativa da Câmara Municipal de Goiás	68
Figura 20: Livro de Registro da Secretaria Legislativa da Câmara Municipal de Goiás	68
Figura 21: Vista aérea dos Setores Alto Santa e Santa Bárbara	70
Figura 22: Vista da Cidade de Goiás, a partir do Mirante Natural do Morro das Lajes	74
Figura 23: Vista da Cidade de Goiás, a partir do Mirante Natural do Morro das Lajes	75
Figura 24: Vista da Cidade de Goiás, a partir do Mirante Natural do Morro das Lajes	75
Figura 25: Vista da Cidade de Goiás, a partir do Mirante Natural do Morro das Lajes	76
Figura 26: Vista da Cidade de Goiás, a partir do Mirante Natural do Morro das Lajes	76
Figura 27: Trilha de acesso ao Morro das Lajes	77
Figura 28: Trilha íngreme e com obstáculos naturais	77
Figura 29: Animais Silvestres	78
Figura 30: Paisagem Natural	78
Figura 31: Paisagem Natural – Terreno rochoso	80
Figura 32: Lavadeiras no Rio Vermelho	82
Figura 33: Livro de Registro da Secretaria Legislativa da Câmara Municipal de Goiás	83
Figura 34: Placa de Inauguração	84
Figura 35: Placa de Reestruturação	84
Figura 36: Fachada da Lavanderia Pública Santana	85
Figura 37: Disposição dos Tanques da Lavanderia Pública Santana	85
Figura 38: Disposição dos Tanques da Lavanderia Pública Santana	86
Figura 39: Poço original feito pela comunidade - Lavanderia Pública Santana	86
Figura 40: Livro de Registro da Secretaria Legislativa da Câmara Municipal de Goiás	87
Figura 41: Livro de Registro da Secretaria Legislativa da Câmara Municipal de Goiás	88
Figura 42: Livro de Registro da Secretaria Legislativa da Câmara Municipal de Goiás	88
Figura 43: Inauguração do Sistema de Abastecimento de Água	89
Figura 44: Casa de Dona Honória	92
Figura 45: Bolo de Arroz da Dona Honória	94
Figura 46: Bolo de Arroz da Dona Honória	95
Figura 47: Dona Marciana preparando o café para servir com o bolo de arroz	96
Figura 48: Reza da Folia de Reis em torno da Mesa	98
Figura 49: Honória Teixeira da Cruz – Benzimento	98
Figura 50: Casa de Pio Domingos e Cleusa	99
Figura 51: Frente da Casa de Pio Domingos e Cleusa	100
Figura 52: Lateral da Casa de Pio Domingos e Cleusa	100

Figura 53: Cozinha da Casa de Pio Domingos e Cleusa	101
Figura 54: Reza antes da saída da bandeira	103
Figura 55: A Catira	103
Figura 56: Cleusa e Pio Domingos servindo farofa no dia da saída da bandeira	104
Figura 57: O Presépio	105
Figura 58: As Coroas dos Festeiros	106
Figura 59: A chegada dos Foliões na casa dos Festeiros	106
Figura 60: A espera dos Festeiros pela chegada solene da bandeira	107
Figura 61: A entrada da bandeira na casa dos Festeiros	107
Figura 62: O alimento sendo preparado por muitas mãos	108
Figura 63: A Catira	109
Figura 64: A Reza	110
Figura 65: O Altar de São Sebastião	112
Figura 66: O alimento preparado com o ingrediente da fé	114
Figura 67: Senhor Libério e Dona Candinha a frente do altar	115
Figura 68: Antônio José, Libério, Terezinha e Dona Candinha	115
Figura 69: Reza da Ladainha de Nossa Senhora	116
Figura 70: Ladainha de Nossa Senhora	116
Figura 71: Procissão de São Sebastião	117
Figura 72: Fiéis acompanhando a Procissão de São Sebastião	118
Figura 73: Hasteamento do mastro	118
Figura 74: Bandeira de São Sebastião hasteada	119
Figura 75: As velas depositadas aos pés do mastro	119
Figura 76: Família Mota ao lado do Altar de São Sebastião	120
Figura 77: Presépio da Família Mota	121
Figura 78: Geraldo Raimundo da Mota, em oração a São Sebastião	121
Figura 79: Ateliê Da Xica	123
Figura 80: Dona Xica e suas cerâmicas	125
Figura 81: Forno à lenha de Dona Xica	126
Figura 82: Forno à lenha de Dona Xica	126
Figura 83: Peças aguardando secagem para a queima	127
Figura 84: Peças expostas para venda	128
Figura 85: Divulgação da Exposição - Contém Memória	129
Figura 86: Roda de Capoeira na Igreja Santa Bárbara	132
Figura 87: Roda de Capoeira com crianças	134
Figura 88: Registros de atividades com crianças	135
Figura 89: Fachada do Centro Cultural No Pé do Berimbau	136
Figura 90: Encontro de Capoeira realizado no ano de 2023	136
Figura 91: Jogo de Capoeira - realizado no ano de 2023	137
Figura 92: Jogo de Capoeira - realizado no ano de 2023	138
Figura 93: Fernando e os Camarás	140
Figura 94: Divulgação da Roda de Conversa – A Resistência e a Beleza das Matriarcas	144
Figura 95: Deslocamento de algumas da Matriarcas no transporte	145
Figura 96: Bolo de Arroz de Dona Honória (de Marciana)	145
Figura 97: O figurino para o Ensaio Fotográfico	146
Figura 98: Dona Sebastiana e Mariele	146
Figura 99: As Matriarcas do Quilombo Alto Santana	147
Figura 100: As Matriarcas do Quilombo Alto Santana	148
Figura 101: As Matriarcas do Quilombo Alto Santana	149
Figura 102: As Matriarcas do Quilombo Alto Santana	150
Figura 103: Abraço Coletivo	153

RESUMO

O presente relatório técnico é fruto da pesquisa denominada “Inventário Cultural Do Quilombo Alto Santana: na última rua, o início de tudo”, com a finalidade de produzir conhecimento acerca do patrimônio cultural do Quilombo Alto Santana, a partir das referências culturais significativas para a formação da identidade e memória coletiva daquela comunidade, que está localizada na periferia do Centro Histórico da Cidade Goiás-GO. Partimos do questionamento: Quais são as expressões culturais, suas obras e ofícios que são reconhecidos pela comunidade como sendo herança de sua ancestralidade e que são consideradas por ela como patrimônio cultural? Buscamos como percurso metodológico a pesquisa-ação, no qual fizemos uma imersão no cotidiano da comunidade, construindo vínculos de confiança, flexibilizando as etapas de realização da pesquisa e buscando o envolvimento das pessoas participantes do processo. Nos orientamos por um referencial teórico compromissado com a ruptura da concepção colonial de identificação do patrimônio; assumindo uma perspectiva decolonial; oportunizando voz às memórias silenciadas, por meio da participação da comunidade no processo de identificação das referências culturais reconhecidas por ela como patrimônio cultural local. Para alcançarmos tal objetivo, lançamos mão da metodologia de inventário, na qual as referências culturais identificadas foram categorizadas como: lugares, saberes, celebrações, objetos e formas de expressão. As entrevistas, as rodas de conversa e o levantamento documental foram as principais fontes para a coleta de informações, sistematização e interpretação de dados. Como forma de dar visibilidade às informações colhidas foi desenvolvido, como produto da pesquisa, um site onde foram hospedadas as informações referentes tanto às manifestações culturais identificadas, quanto à história do processo de constituição do quilombo, bem como às personalidades identificadas como aquelas detentoras do conhecimento de sua história e da narrativa para repassá-la para as novas gerações. Espera-se que este estudo e o seu produto sejam democraticamente acessados e utilizados pela comunidade, como instrumentos que contribuam para o fortalecimento e a visibilidade da história do Quilombo Alto Santana, seu patrimônio cultural, suas formas de expressão e resistência frente a luta por reparação das desigualdades históricas que a população negra foi submetida, não apenas na Cidade de Goiás, mas no Brasil.

Palavras-chave: Patrimônio, Decolonialidade, Inventário Cultural, Quilombo, Silenciamento, Memória.

ABSTRACT

This technical report is the result of the research called “Cultural Inventory of the Alto Santana Quilombo: in the last street, the beginning of everything, with the aim of producing knowledge about the cultural heritage of the Alto Santana Quilombo, based on the significant cultural references for the formation of the identity and collective memory of that community, which is located on the periphery of the historical center City of Goiás-GO. We set out with the question: What are the cultural expressions, their works and crafts that are recognized by the community as being a legacy of their ancestry and that they consider to be cultural heritage? Our methodological approach was action-research, in which we immersed ourselves in the daily life of the community, building bonds of trust, making the stages of the research more flexible and seeking the involvement of the people taking part in the process. We are guided by a theoretical framework committed to breaking with the colonial conception of heritage identification; assuming a decolonial perspective; giving voice to silenced memories through the participation of the community in the process of identifying the cultural references it recognizes as local cultural heritage. To achieve this goal, we used the inventory methodology, in which the cultural references identified were categorized as: places, knowledge, celebrations, objects and forms of expression. Interviews, conversation circles and a documental survey were the main sources for collecting information, systematizing and interpreting data. As a way of giving visibility to the information gathered, a website was developed as a product of the research, hosting information on both the cultural manifestations identified and the history of the quilombo's constitution process, as well as the personalities identified as those bearing the knowledge of its history and the narrative to pass it on to new generations. It is hoped that this study and its product will be democratically accessed and used by the community, as instruments that contribute to strengthening and making visible the history of the Alto Santana Quilombo, its cultural heritage, its forms of expression and resistance in the face of the struggle for reparation for the historical inequalities that the black population has been subjected to, not only in the City of Goiás, but in Brazil.

Keywords: Heritage, Decoloniality, Cultural Inventory, Quilombo, Silencing, Memory.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1. DECOLONIZANDO A HISTÓRIA DE UM POVO POR MEIO DE SUAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS.....	19
1.1. O CONTEXTO DA DIÁSPORA AFRICANA E A PATRIMONIALIZAÇÃO DA CIDADE DE GOIÁS.....	23
1.2. DE CHUPA OSSO A QUILOMBO ALTO SANTANA.....	34
2. UM QUILOMBO URBANO E SEU PATRIMÔNIO CULTURAL.....	44
2.1. UMA TRAVESSIA DE VIVÊNCIAS E TROCA DE SABERES.....	51
2.1.2. As Matriarcas – O protagonismo das mulheres na transmissão da história oral e da cultura de uma comunidade.....	57
2.1.2.1. Chupa Osso – um lugar sagrado.....	61
2.2. NA ÚLTIMA RUA O INÍCIO DE TUDO.....	70
2.2.1. Categoria Lugares	72
2.2.1.1. Morro das Lajes	73
2.2.1.2. Lavanderia Pública Santana	81
2.2.2. Categoria Saberes	90
2.2.2.1. O Bolo de Arroz da Dona Honória	91
2.2.3. Categoria Celebrações	97
2.2.3.1. A Festa da Folia de Reis	97
2.2.3.2. A Festa de São Sebastião	111
2.2.4. Categoria Objetos – As cerâmicas da Dona Xica	123
2.2.5. Categoria Formas de Expressão – A Capoeira	130
3. QUILOMBO ALTO SANTANA – LUTA, RESISTÊNCIA E ESPERANÇA.....	141
3.1 FORMATO DEFINIDO DO PRODUTO.....	141
3.1.1. A Resistência e a Beleza das Matriarcas.....	144
3.2 PÚBLICO-ALVO	153
3.3 O IMPACTO ESPERADO	154
3.4 MANUAL DE USO DO PRODUTO	154
3.5 PROPOSTA DE APLICAÇÃO NA COMUNIDADE PARTICIPANTE ..	155
3.6 DEVOLUTIVA PARA A COMUNIDADE	155
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	156
REFERÊNCIAS.....	158

INTRODUÇÃO

A Cidade de Goiás é um excelente destino para aquelas pessoas que apreciam a calmaria de uma pequena cidade, cercada por um belo paisagismo natural; detentora de uma arquitetura cujas técnicas construtivas são baseadas em elementos da natureza, como as pedras, a terra e a madeira; distante do agito dos grandes centros urbanos; onde é possível passear pelas ruas e permanecer nas praças, até tarde da noite, sem o sentimento de alarde provocado pela insegurança.

A sensação nostálgica que a Cidade de Goiás desperta foi traduzida pelo poeta goiano Joaquim Bonifácio¹, nos versos Noites Goianas, que posteriormente foi musicalizada, tornando uma canção popularmente conhecida tanto na Cidade de Goiás, terra natal do poeta, quanto em todo o território goiano:

Tão meigas, tão claras, tão belas, tão puras
Por certo não há!
São noites de trovas, de beijos, de juras,
As noites de cá...

Em Nice, em Lisboa, na Itália famosa
Tais noites não há...
São noites somente da Pátria formosa
Do índio goiá...

As noites goianas são claras, são lindas,
Não temem rivais!
Goianos! Traduzem doçuras infundas
As noites que amais!²

Arriscamos a dizer que a canção nos remete à nostalgia, um saudosismo de algo bom que tenhamos vivido e que faz parte de nossa história. De fato, o viver cotidiano na Cidade de Goiás reporta aos versos destacados pelo poeta. Contudo, revela, também, que existe – para além da versão dessa cidade que inspirou e inspira poetas, músicos e artesãos – uma versão da cidade silenciada, invisibilizada pela retórica da patrimonialidade centrada em suas características coloniais, que, como dizem os versos

1 Joaquim Bonifácio Gomes de Siqueira poeta e jornalista goiano, que nasceu na Cidade de Goiás-GO, em 11 de janeiro de 1883, e morreu na cidade de Silvânia-GO, em 17 de novembro de 1923. Por seu romantismo, o poeta goiano foi indicado por Gercino Monteiro ao título de *Príncipe dos Poetas Goianos*. Seu poema Noites Goianas, posteriormente, foi musicalizado tornando-se uma canção popularmente conhecida tanto na cidade, quanto no estado de Goiás; tornando-se um dos símbolos de sua terra natal. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Joaquim_Bonif%C3%A1cio_de_Siqueira

2 Trechos do poema Noites Goianas, de Joaquim Bonifácio Gomes de Siqueira, publicado no livro *Alguns Versos*, em 1913.

da canção, não encontram rivalidade nem nas mais tradicionais cidades europeias. Existe uma cidade que traz, encoberto nas paredes das edificações, nas pedras que formaram muros, pontes, calçadas e ruas, o silêncio da história da população negra, que, no período colonial da história brasileira, teve sua força de trabalho escravizada.

A invisibilidade da existência do povo negro no processo de patrimonialização da Cidade de Goiás levantou como hipótese para esse estudo que o silenciamento da história dessa população é um reflexo do racismo estrutural, fruto do processo de colonização do Brasil, que, também, permeou e permeia a discussão e definição dos bens que são patrimonializados.

Dessa forma, visando conhecer a história do povo negro e o legado de sua ancestralidade, bem como, dar visibilidade ao papel dessa população no processo de constituição e patrimonialização da Cidade de Goiás, o presente estudo definiu como bem cultural a ser pesquisado o patrimônio cultural do Quilombo Alto Santana; tendo como objetivo central: produzir conhecimento acerca do patrimônio cultural do Quilombo Alto Santana, a partir das referências culturais significativas para a formação da identidade e memória coletiva daquela comunidade.

A realização do presente estudo foi, também, imbuída de outros objetivos, tais como: fomentar a Educação Patrimonial como processo de ruptura com a concepção colonial de identificação do patrimônio; contribuir com a construção de conhecimentos a partir de um amplo diálogo entre as pessoas, as instituições e a comunidade que detém as referências culturais a serem inventariadas; contribuir com a integração dos diversos sujeitos sociais que compõem a comunidade, promovendo o respeito pela diferença e o reconhecimento da importância da pluralidade; bem como, contribuir com subsídios que fomentem a implementação de políticas públicas afirmativas.

Nesse sentido, para orientar o percurso da pesquisa foram elencadas algumas questões que se apresentaram como problematizações para esse estudo; sendo elas: (1) qual a delimitação da área que compreende o território do quilombo? (2) O título de patrimônio mundial recebido pela cidade contribuiu para a melhoria da qualidade de vida da comunidade quilombola do Alto Santana? (3) A conquista da certificação como Remanescente de Quilombos é fruto de um sentimento de pertencimento e de identidade da comunidade? (4) Quais são as expressões culturais, suas obras e ofícios que são reconhecidos pela comunidade como sendo herança de sua ancestralidade e que são consideradas por ela como patrimônio cultural?

Para contribuir tanto com a definição do percurso metodológico quanto com a análise crítica da realidade, numa perspectiva decolonial, para tratar o patrimônio, o presente estudo apoia-se em conceitos norteadores pautados nas referências teóricas de Chuva (2020), Florêncio (2014 e 2016), Scifoni (2017) e Tolentino (2016 e 2018). Além de estudos que revelam dados sobre o processo de escravização do povo negro, como: Brandão (1997), Costa (2011), Parés (2018), Silva (2003), Rotondano (2022), Theodoro (2008), dentre outros, que fazem uma leitura crítica da diáspora africana e seus impactos na vida da população negra.

A metodologia adotada para a realização da pesquisa teve como referência a pesquisa-ação, que é uma modalidade de pesquisa qualitativa que, além de produzir resultados acadêmico-científicos, também, vislumbrou a produção de um resultado prático, a partir da realidade vivenciada pela comunidade do Quilombo Alto Santana. Em seu desenvolvimento a pesquisa foi ancorada nos fundamentos da Educação Patrimonial; lançando mão da estratégia de inventário cultural, proposta pelo IPHAN (2016); tendo como horizonte a mobilização e a participação da comunidade no processo de conhecimento das referências culturais, identificadas por ela como patrimônio cultural local. Vale registrar que lançamos mão também das pesquisas documental e bibliográfica, que contribuíram de forma significativa para a compreensão da história da comunidade, bem como para uma leitura crítica da realidade por ela vivida.

Assim, a pesquisa desenvolveu-se seguindo as seguintes etapas: (1) estabelecimento de parcerias com os diversos sujeitos sociais que compõem a comunidade (moradores, lideranças locais, membros da associação quilombola, agentes públicos responsáveis pela implementação de políticas públicas, produtores de atividades culturais, dentre outros); 2) Realização de Rodas de Conversa nas quais os temas discutidos trataram de questões referentes à formação da comunidade e sobre suas manifestações culturais; 3) Realização de entrevistas com lideranças locais; com moradores pioneiros, bem como com detentores de saberes e produtores culturais; 4) levantamento documental, sistematização e interpretação de dados; 5) Visitas técnicas aos lugares identificados como referências patrimoniais.

As rodas de conversa foram estratégicas para a mobilização e a participação da comunidade nas discussões sobre seu patrimônio cultural, possibilitando, também, a reflexão sobre cidadania, identidade e pertencimento. Foram realizadas duas rodas de conversa, que tiveram como público participante as mulheres mais velhas que são consideradas como primeiras moradoras e/ou descendentes diretas das primeiras

moradoras. Essas rodas de conversa – a primeira denominada A Voz das Matriarcas e a segunda denominada A Resistência e A Beleza das Matriarcas, produziram informações importantes que nortearam o caminho para a busca de evidências sobre o processo de formação da comunidade; acenaram para a identificação do patrimônio cultural da comunidade, ou seja, as expressões culturais que vêm se repetindo, por gerações, os saberes e fazeres, bem como, os lugares que promovem sentido de pertencimento.

Como produto do estudo realizado, além deste Relatório Técnico, foi desenvolvido um ambiente virtual (site) – cultural e educacional - no qual foram hospedadas as informações coletadas sobre a história da formação e organização da comunidade; as referências culturais identificadas – que foram categorizadas da seguinte forma: 1) Categoria Lugares: o Morro das Lajes e Lavanderia Pública Santana; 2) Na categoria saberes: o Bolo de Arroz de Dona Honória; 3) Na categoria celebrações: a Festa da Folia de Reis e a Festa de São Sebastião; 4) Na categoria objetos: a arte com cerâmica da Dona Xica; 5) Na categoria formas de expressão: a Capoeira.

Além disso, reconhecendo o papel das mulheres no processo de produção e reprodução da história do lugar e para preservar a memória daquelas que chegaram primeiro, no site há um espaço para o registro da história de cada matriarca, que, com seu modo de viver, resistir e com suas narrativas sobre a história, contribuiu para a formação da comunidade.

Com a conclusão da pesquisa, o site passa para o domínio da Associação Quilombola Alto Santana, que poderá fazer a inclusão de informações, que estejam de acordo com as deliberações de sua diretoria; comprometendo-se em manter as informações iniciais dos bens culturais pesquisados. Dessa forma, esperamos que o site seja instrumento permanente de difusão de informações sobre o patrimônio cultural do Quilombo Alto Santana; contribuindo com o acesso às informações sobre o seu processo histórico. Nossa expectativa é que esse produto possa ser democraticamente utilizado pela comunidade como espaço de publicização das suas formas de se expressar, existir e resistir na/em sociedade e, assim, permanecer atualizado com as novas narrativas e novos registros.

O percurso da pesquisa, os dados coletados e a análise destes estão transcritos no presente Relatório Técnico, que está assim estruturado: No Item 1, Decolonizando A História De Um Povo Por Meio De Suas Manifestações Culturais, apresentamos nossas reflexões sobre o contexto da diáspora africana e a patrimonialização da Cidade de Goiás - por considerarmos que o tema pesquisado requer que reportemos à história a partir da

diáspora africana, seu contexto, sua dimensão em números, o processo de escravização e a chegada da população negra no Brasil e em Goiás e a formação dos quilombos como estratégia de resistência; dando ênfase ao processo de certificação do Quilombo Alto Santana. Apoiados nas narrativas da comunidade e de lideranças, discorreremos sobre sua história, seu processo de formação e o processo de certificação como sinônimo de resistência e suas conquistas, como possibilidades de reparação.

No Item 2, Um Quilombo Urbano E Seu Patrimônio Cultural, inspirados na sabedoria ancestral, discorreremos sobre a metodologia adotada para acessar a narrativa da comunidade sobre sua história e suas manifestações culturais, conforme a categorização exposta acima. Por fim, no Item 3, Quilombo Alto Santana – Luta, Resistência E Esperança, detalhamos o desenvolvimento do site, a forma como ele será apresentado para a comunidade, como devolutiva da pesquisa realizada, e apresentamos as possibilidades para que o mesmo possa ser apropriado pela comunidade como instrumento de visibilidade de sua história e ações.

Em nossas considerações finais, apresentamos nossas reflexões resultantes daquilo que apreendemos com a realidade identificada; sinalizando possíveis caminhos que podem ser percorridos como estratégias de visibilidade para os bens culturais da comunidade do Quilombo Alto Santana, bem como, apresentando subsídios para a implementação de políticas públicas afirmativas.

1 – DECOLONIZANDO A HISTÓRIA DE UM POVO POR MEIO DE SUAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS

O Quilombo Alto Santana, cujas manifestações culturais são o objeto central desse estudo, é um quilombo urbano, situado na região periférica do centro histórico da cidade de Cidade de Goiás-GO, que, no ano de 2001, foi reconhecida, pela UNESCO, como Patrimônio Mundial, especialmente, pela preservação do seu conjunto arquitetônico do período colonial.

A Cidade de Goiás, também conhecida como Goiás Velho e Vila Boa – como muitos de seus habitantes gostam de chamá-la –, está cravada na região central do país, entre Serra Dourada e os morros do Santa Galo e Dom Francisco, no estado de Goiás. Fundada em 1727, a cidade é resultado do movimento de interiorização das bandeiras em busca de ouro, nos séculos XVIII e XIX. Foi sede administrativa da Capitania e do Estado de Goiás de 1744 até 1937, quando se deu a transferência oficial da Capital Estadual para Goiânia.



Figura 01: Cidade de Goiás vista a partir do Morro das Lajes (Foto Morgana)

A construção da cidade foi marcada pela arquitetura vernacular, tendo como referência o modelo europeu de edificação, utilizando-se da força de trabalho escravizada. Essas características de sua arquitetura foram preservadas ao longo dos anos, o que possibilitou que o conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico do centro histórico da Cidade de Goiás fosse tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, em 1978, e reconhecido como Patrimônio Mundial em 16 de dezembro de 2001. De acordo com o IPHAN:

A cidade nasceu com características de povoamento vernacular e tem permanecido como tal até os dias atuais, embora haja registros de seu plano urbanístico. Suas principais qualidades, e que compõem seu valor excepcional universal, estão menos nos aspectos artísticos que no fato de ser ela um raro e genuíno documento da maneira em que os exploradores do território, em uma situação isolada, adaptaram os modelos de planejamento e construção vigentes na metrópole portuguesa às realidades da região tropical (IPHAN, 2001).



Figura 02: Rua Moretti Foggia - ao fundo estão a Casa de Cora Coralina e a Igreja do Rosário

(Foto Fernando Arkanjo)



Figura 03: Vista da Catedral S'antana pela Rua Dom Cândido (Foto: Fernando Arkanjo)

Observamos que, a preservação das características coloniais da arquitetura da cidade foi o principal argumento para que se justificasse a concessão do título de Patrimônio Mundial da Humanidade. Entretanto, o IPHAN também enfatizou que:

A rica tradição cultural inclui não somente a arquitetura e as técnicas construtivas, mas também a música, poesia, culinária e festas populares. Entre elas se destaca a Procissão do Fogaréu, que ocorre todos os anos, na quinta-feira da Semana Santa, e muitas dessas tradições ainda estão vivas e formam uma parte substancial da identidade cultural de Goiás (IPHAN, 2001).



Figura 04: Procissão do Fogaréu (Foto: Fernando Arkanjo)

Esse cenário de beleza arquitetônica e ambiental e a presença de uma cultura pulsante chama a atenção de turistas de toda a parte do país e estrangeiros. Ao chegar na cidade, somos tomados por uma sensação de que estamos chegando na casa de nossos avós, onde somos esperados com comida caseira, doces saborosos e frutas da época, colhidas nos quintais.

Essa sensação nostálgica foi mola propulsora para que nos fosse despertado o desejo de mudança da capital, Goiânia-GO, para sentir a experiência de viver nessa cidade. O que foi possível, no ano de 2017, quando, em função de aprovação em concurso público, veio a convocação para assumir cargo público, como analista judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

Além de passar a viver o cotidiano da cidade como moradora, também, por meio do exercício profissional como assistente social - que possibilitava o contato direto com a população e sua vida privada - foi possível identificar a Cidade de Goiás e suas diferenças. Há aquela preservada e preparada para acolher turistas, para a qual há uma prioridade de destinação de recursos públicos, onde estão concentrados os imóveis das famílias tradicionais e de maior poder aquisitivo. Há, também, aquela cidade que é compreendida pelos espaços periféricos à área patrimonializada, que é composta, em sua maioria, por pessoas negras e de baixa renda, parcela da população que, mesmo que sua ancestralidade tenha participado da construção da cidade, não está representada nos bens patrimonializados.

A invisibilidade e o silenciamento da história das pessoas que existiram e ainda existem nos corpos pretos e que, por meio da força de trabalho escravizada, construíram a Cidade de Goiás vivendo às margens dela foi estímulo inquietante para a realização do presente estudo, como o é o conhecimento por sua forma de resistência e conquistas, diante de um contexto que exprime o racismo estrutural na realidade brasileira.

Posto isto, o presente estudo, além de produzir conhecimento acerca do patrimônio cultural do Quilombo Alto Santana, ousa, também, visibilizar as histórias silenciadas; contribuindo com o fortalecimento de sentimentos de pertencimento e identidade daquela comunidade, bem como, apresentando subsídios para a implementação de políticas públicas afirmativas.

Nesse sentido, nossa análise é apoiada na perspectiva decolonial do patrimônio, ou seja, consideramos que discorrer sobre patrimônio deve ter relação direta com o direito à memória e com os sujeitos silenciados; é preciso “compromisso com a investigação em busca de caminhos transformadores e decoloniais, por meio do

patrimônio, capaz de construir pontes entre mundos, que (re)ligam histórias partidas, memórias silenciadas ou renegadas no presente” (Chuva, 2020, p.31).

Nossa análise também reconhece a discussão sobre patrimônio como um campo de disputa e reconhece “o patrimônio (...) como um processo presente, incessante, conflituoso e interminável de reconstrução” (Gonçalves, 2015, p.220). Dessa forma, produzir conhecimento acerca do patrimônio cultural do povo negro, que foi historicamente marginalizado e teve sua história e memórias invisibilizadas, é um dos caminhos para a compreensão das relações sociais e econômicas que se estabelecem no município de Goiás.

Para tanto, entendemos como necessário, nesse percurso, uma compreensão ampliada do processo histórico de escravização do povo negro. Essa perspectiva se faz necessária para que “seja levada à incandescência a verdade de todos os lugares de memória” (Nora, 1993, p. 13), visibilizando as minorias no processo histórico de patrimonialização da Cidade de Goiás. Assim, nas páginas seguintes, abordaremos sobre o contexto da diáspora africana e a estratégia na formação dos quilombos como expressão da resistência de um povo.

1.1 – O CONTEXTO DA DIÁSPORA AFRICANA E A PATRIMONIALIZAÇÃO DA CIDADE DE GOIÁS

O estudo realizado por Silva (2003) sobre a formação dos quilombos na região central do Brasil identificou que a chegada do povo negro na região tem relação direta com a formação urbana. Conforme o pesquisador, entre os anos de 1722 e 1725, o bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhangüera II, fundou e fez crescer o Arraial de Santana, nominado, posteriormente, de Vila Boa e, na sequência, Cidade de Goiás. De acordo com ele, estabelece-se,

assim, o modo de produção escravista colonial de relações mercantis conflituosas onde a atividade mineratória começa a impor o seu povoamento de configuração urbana, de forma descontínua e ocasional, caracterizado pela vida regular, instável, fervilhante, tumultuada, e precária, tendo como principal habitante o escravo negro trabalhador das minas (Silva, 2003, p. 178).

O referido estudo aponta que, em Goiás, “o escravo negro foi a maior vítima do trabalho extenuante e alienador, num período de quase cem anos (1719-1822), sendo que os escravizados foram alocados inclusive nos trabalhos de construções de obras públicas” (Silva, 2003, p. 207). O pesquisador destaca ainda que os negros sofriam as

formas mais degradantes de humilhação, castigos físicos e violência, que era reconhecida e institucionalizada, sendo que

No Brasil Central, a pena de morte também aplicada com certa frequência contra os escravos insurgentes na região, assim como em desfavor de alguns outros segmentos sociais, considerados “inimigos” do sistema escravista, tanto no século XVIII como por várias décadas do XIX, chegando a se efetivar de dois em dois meses no Arraial de Santana, posterior Vila Boa de Goiás, no governo de João Manuel de Mello; aliás, onde o “Largo da Força”, localizado no setor Carmo da histórica cidade, próximos das igrejas do Rosário, do Carmo, da Abadia e Santa Bárbara, continua vivo no imaginário do povo (Silva, 2003, p. 215-216).

Em sua pesquisa sobre a resistência do povo negro escravizado, Silva (2003) identificou que a região central do Brasil colônia, por seu isolamento geográfico, contribuiu para que os escravizados fugitivos de outras regiões se dirigissem para a área centralizada e, conseqüentemente, para a formação dos quilombos. O pesquisador destacou que

A historiografia brasileira, muito impregnada de antigo paradigma racista, deixou o assunto à margem. A historiografia goiana, por sua vez, em âmbito acadêmico ou não, foi também vitimada por esse repugnável estigma, sendo por isso, essencialmente, que até esta data, deu pouca atenção aos estudos da escravidão dos negros de origem africana; menos ainda com relação a articulação e luta dos escravos contra o escravismo colonial [...]. É preciso trazer à tona o porquê dessa exclusão. Falar dessa memória (Silva, 2003 p. 338).

A referida pesquisa de Silva expõe a ferida de um período infeliz da história, marcado pelo racismo e pela violência sofrida pela população negra em nosso país. Assim, como o autor afirma, é preciso “falar dessa memória”. Sem ela, a compreensão sobre a realidade brasileira fica reduzida. Precisamos falar do racismo estrutural que, permanentemente, é escamoteado por um discurso de que “não existe racismo no Brasil”.

Precisamos falar da imigração forçada dos negros africanos, que, nos porões dos navios negreiros, foram obrigados a abandonar suas memórias, seus costumes, seus afetos, suas histórias. Trazer para o cenário essa discussão é rememorar que o tráfico atlântico de escravizados para o Brasil perdurou por cerca de 300 anos (entre 1500 a meados de 1800); é visibilizar que, por volta dos anos 1817, estimava-se

a população do país em 3.817.000 indivíduos dos quais 259.400 seriam ameríndios aculturados, 1.043.000 brancos, 526.500 mulatos e negros libertos ou nascidos livres e 1.930.000 negros escravos. Os números podiam ser, contudo, maiores, porque não se incluíram nos cálculos as crianças escravas com menos de 10 anos de idade, nem os ameríndios

bravos, isto é, aqueles que continuavam a resistir à penetração europeia ou viviam em florestas e savanas onde não haviam chegado os portugueses (Costa, 2011, p.35).

Esses números, mesmo que subestimados, demonstram que a população brasileira foi formada, em sua grande maioria, por pessoas negras, traficadas do Continente Africano. De acordo com Parés (2018), dos escravizados, no Brasil, 25% eram originários da África Ocidental (região compreendida entre o rio Senegal até o cabo Lopez, na linha do equador); sendo os demais 75% eram originários da África Centro-Ocidental (Congo e Angola). Tendo sido estimado que 1,2 milhão de africanos ocidentais tenham chegado em terras brasileiras. Entretanto, segundo o autor, o número real pode ser ainda maior,

Pois, além das viagens de navios negreiros não documentadas, houve muitos escravizados, sobretudo no período do tráfico ilegal, no século XIX, que para escapar ao controle das autoridades, foram declarados pelos traficantes como procedentes da África Centro-Ocidental, embora sua real origem fosse acima do equador (Parés, p.77, 2018).

Essa estatística, tão significativa para se conhecer a história do povo negro, foi silenciada no conteúdo da educação formal, no Brasil. Ao longo dos anos, o processo formal de ensino e aprendizagem foi pautado por uma narrativa eurocêntrica cristã, que, além de naturalizar o contexto da escravidão, ainda invisibiliza a história dos negros africanos, sua diversidade de nações e suas especificidades, tais como: a língua, as manifestações culturais, os costumes, a religião, “inclusive a alma e o nome, na infeliz travessia” (Silva, p.77, 2003); apagando suas identidades. Sobre essa questão, Costa destaca:

Era nas Américas que eles se reconheciam como negros e africanos e era no Brasil que recebiam nomes que os vinculavam aos portos de venda e embarque, e se tornavam angolas, benguelas, cabindas, minas, ou moçambiques, nomes que só vagamente, e nem sempre, indicavam a região de origem – e não definem a que povos pertenciam (Costa, 2011, p.39).

Em terras brasileiras os escravizados eram destinados as mais diferentes atividades. Conforme Costa (2011), eram eles a força que possibilitava o funcionamento do sistema econômico; trabalharam nos engenhos da cana-de-açúcar, nas plantações de algodão, café e tabaco, nas fazendas de gado e nas charqueadas, na mineração; seus corpos também eram explorados nas construções das casas e prédios públicos, bem como, nos serviços domésticos e nas ruas para angariar dinheiro para o seu senhor. A posse de escravizados era representação de poder e prestígio.

Não era só nas casas ricas que havia escravos; nas dos remediados, também. A primeira coisa que, em geral, fazia uma pessoa, mal melhorava de vida, era comprar um escravo ou uma escrava. Tinha-se isso como um excelente investimento, ainda que não destituído de risco, pois o cativo podia ficar incapacitado, fugir ou morrer. Não havia morada de médico, advogado, professor, funcionário público, pequeno comerciante, boticário, ou oficial do exército, até mesmo de baixa patente, sem escravas para as tarefas domésticas. E um carpinteiro, um ferreiro ou um pintor de parede, se ia bem na profissão, adquiria um ou mais rapazolas para aprender o ofício e ajudá-lo na faina. A doceira fazia o mesmo com as mocinhas. E isso se dava também com os ex-escravos e as ex-escravas, pois não era incomum que libertos possuísem cativos, como mostram os inventários daqueles que, ao morrer, deixaram bens. (Costa, 2011, p.45).

No Brasil Central, a ocupação para a exploração do ouro, na segunda década dos anos 1700, foi também centrada na força de trabalho escravizada do negro e, também, dos indígenas; acrescentando outro elemento: a degradação do meio ambiente, definido por Silva (2003) como “racismo ecológico”. Segundo o autor os colonizadores europeus

Provavelmente supondo que a natureza se subordina ao ser humano, passa, então, a tratar os recursos naturais, como a água, o vento e os ricos solos do ecossistema dos cerrados como se fossem bens inesgotáveis, inaugurando em pleno coração do Brasil as primeiras alterações no curso dos rios, no regime dos ventos e na estrutura dos solos. Começa, por exemplo, a utilizar o mercúrio como principal agente químico a poluir e corromper as águas cristalinas dos rios, dos córregos e ribeirões (Silva, 2003, p.183).

Segundo Silva (2003), com período colonial instalou-se, no Brasil, a violência de Estado, ou a violência institucionalizada, com penas severas como: castrações, amputações de seios, extrações de olhos, fraturas de dentes, desfigurações das faces, amputações de membros, execuções, que eram perpetradas contra os negros. A violência, especialmente contra os negros, era respalda por legislações cada vez mais duras, como a execução de “morte natural” aos negros fugitivos, instituída no ano de 1719, e a “justiça do suplício”, instituída pelo Governador da Capitania de São Paulo, Dom Luiz de Mascarenhas, por volta de 1739, que instala o “largo da forca”, em Vila Boa de Goiás,

tendo como principais vítimas os escravos negros que já se rebelavam, aliás desde 1729, organizando-se em quilombos em Goiás e no Mato Grosso, contra os suplícios, as mutilações físicas e as durezas do trabalho das minas nas quais eram cruelmente castigados e maltratados, muitas vezes, na presença dos brancos ou diante de outros escravos, perplexos, obrigados a assistir à cena como sinal de castigo, depois de uma terrível jornada de trabalho sem direito à pausa ou distração (Silva, 2003, p. 201).

A reação dos negros escravizados contra a opressão e a violência, organizando-se em quilombos, forçou o governo português a reconhecer o significado da palavra quilombo, em 1740, desencadeando a aplicação de leis ainda mais violentas contra os escravizados, como a marcação de ferro em brasa, torturas, mutilações (Silva, 2003).

O que é certo, entretanto, é que os maus-tratos e a brutalidade nas minas e nos engenhos levaram os escravos à revolta e, se bem sucedidos, a formar quilombos nos sopés de montanhas vizinhas, furnas e vãos ou mais desertos, como se não bastassem outros esconderijos naturais do ecossistema dos cerrados e a falta de um número maior de feitores armados nas lavras mais distantes, também facilitando a fuga e a formação de quilombos no mais centralizado território da Colônia (Silva, 2003, p. 339).

Em sua pesquisa, Silva (2003) se debruça sobre as informações que subsidiam a identificação dos mais diversos quilombos existentes no Brasil Central, entre os séculos XVIII e XIX; catalogando mais de 40 Quilombos e cerca de 30 Remanescentes de Quilombos e/ou Comunidades Negras, distribuídas nos estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, conforme pode ser observado na legenda e no mapa que seguem:



Figura 05: Legenda do Mapa dos Quilombos no Brasil Central. (Séculos XVIII e XIX) –
Fonte: Silva, 2003.

Legenda

- Quilombos do Brasil Central
- Remanescentes de quilombos e/ou Comunidades Negras
- Cidades e Vilas Coloniais
- Cidades do século XIX
- Quilombos mais importantes
- Cidades Coloniais
- Rios
- DESVIS DE ESTADOS
- Região Centro-Oeste
- Antigo território da Capitania de Goiás, conforme projeto de limites de D. Marcos de Noronha (1750)

Mapa elaborado através das seguintes fontes:
 Martins J. Silva, 1998.
 base de dados da primeira edição elaborada por
 Antônio Teixeira Neto - abril de 1998
 Digitalização e projeção dos dados sobre a base cartográfica
 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE,
 feita pela Geodesta Helder de Geoprocessamento.
 Projeção geográfica: graus decimais
 Datum: SAD-69
 Meridiano central: 54° W

Figura 06: Mapa dos Quilombos no Brasil Central. (Séculos XVIII e XIX) –
Fonte: Silva, 2003.

No mapa, os pontos em vermelho representam os quilombos identificados pela pesquisa de Silva (2003), possibilitando observar a existência de diversos quilombos no território goiano. O pesquisador destaca: “Na realidade, não havia arraial sem a sombra do seu quilombo, de várias dimensões e durações, muitos ainda sem o completo registro histórico de localização” (Silva, 2003, p.354). Nas proximidades da capital, Vila Boa, o pesquisador registrou: o Quilombo do Arraial de Três Barras, com 60 negros; o do Morro do São Gonçalo e o Quilombo do Bom Sucesso, em Água Fria, no pé da Serra Dourada, formado por mais de 300 famílias (p.355). Além da “Comunidade Negra de Água Limpa, situada em região montanhosa, de difícil acesso, no município de Faina, a 45Km da Cidade de Goiás, com população aproximada de 150 pessoas, deixando a impressão de um provável remanescente de quilombo” (Silva, 2003, p.363).

A mineração em Goiás promoveu o fenômeno da mestiçagem entre pessoas brancas e negras, resultando, nas primeiras décadas do século XVIII, o crescimento da população denominada parda. Assim, “no senso de 1804, por exemplo, os “mulatos” já representavam mais da metade da população “livre” de Goiás” (Silva, 2003, p.367). Tais pessoas, mesmo em sua expressiva quantidade numérica, mesmo sendo filhas de brancos, também eram discriminadas.

Escravos, negros e mulatos apareciam muitas vezes equiparados nas expressões correntes e mesmo nos documentos oficiais, como formando a ralé da sociedade, sendo necessários, portanto, muito tempo de convivência para que esta mentalidade discriminadora e repugnável fosse dando lugar à liberdade, infelizmente ainda sem plenitude, aliás, um documento do final do século XVIII reafirma os estereótipos sobre pretos, mestiços e pardos, ainda acentuando no imaginário da sociedade contemporânea regional (Silva, 2003, p.368).

Sobre o fenômeno da mestiçagem, Brandão (1977), em sua pesquisa sobre as relações raciais e de trabalho na Cidade de Goiás, nos apresenta dados importantes que corroboram para a nossa análise. De acordo com as informações levantadas pelo pesquisador: em 1741, foram registrados apenas 250 mestiços ao lado de 11 mil negros escravos; em 1804, a população era composta por 613 homens brancos e 655. Mulheres brancas, 413 homens pretos e 559 mulheres pretas, 1208 homens pardos e 1603 mulheres pardas; em 1872, os mestiços eram 56% da população e os brancos 26% (Brandão, 1977, p.56).

Um aspecto importante sobre a mestiçagem é a situação de violência vivida pelas mulheres negras, cujos corpos eram objetificados e explorados sexualmente pelos homens. As mulheres negras vieram uma dupla forma de escravização, a primeira de sua

força de trabalho e a segunda de sua sexualidade. A esse respeito, Álvaro e Araújo (2021) destacam:

Sofrendo assim como o negro todo o típico processo do trabalho forçado e diversas violações, a mulher negra ainda sofre pela particularidade coercitiva derivada de seu sexo. Não apenas “coisa”, mas como uma “coisa” no feminino, para as mulheres negras pesava não só a exploração do seu trabalho como escravizada, mas de seus corpos — como mulher negra — para fins de reprodução de força de trabalho e de satisfação sexual dos homens. (...) A objetificação é fundamental nesse processo. Como objeto, a mulher negra é apropriada em sua forma concreta, possuída como coisa e tomada em sua totalidade. Vivenciando um racismo sexualizado, as mulheres negras foram usadas para fins de satisfação sexual dos homens brancos (Álvaro e Araújo, 2021, p.355)

A coisificação ou objetificação sofrida pelos corpos das mulheres, no período colonial escravagista permanece na atualidade, sob regras ditadas pelo capitalismo. As mulheres negras foram e continuam sendo as principais vítimas das mais diversas formas de violência. “Em outras palavras, que precisam ser ditas, as mulheres negras foram consecutivamente estupradas. A violência sexual contra as mulheres negras não parou nos tempos das senzalas, permanecem sendo as maiores vítimas de estupro no Brasil” (Álvaro e Araújo, 2021, p.356). Fazermos esse recorte de gênero em nossas análises é necessário para compreendermos a dinâmica de exclusão e opressão vivida pela população negra, mas, em especial, pelos corpos das mulheres negras, pois, como veremos adiante, são elas que, ressignificando suas dores, fazem a resistência e seguem contribuindo para a construção de novas realidades.

Retomando a discussão sobre a realidade de discriminação e exclusão na região mineradora, destacamos que ela era fruto da expressão da questão racial no Brasil. A esse respeito, Theodoro (2008), analisando a formação do mercado de trabalho brasileiro, destaca que a desigualdade e a pobreza existentes no país são resultantes do racismo que marcou a estrutura social e econômica no país no período colonial, sendo reproduzidas até os dias atuais.

Os negros e mulatos, ditos “livres e libertos”, constituirão o subgrupo populacional que mais crescerá no decorrer do século XIX. Nas áreas rurais, exercerão atividades ligadas principalmente à agricultura/pecuária de subsistência. Nas cidades e vilas, desenvolver-se-ão nos ramos de serviços em geral, na produção artesanal e ainda em atividades manufatureiras. Muitos, entretanto, não encontravam outras atividades além do trabalho ocasional em atividades de pequenos serviços, quando não se encontravam em situação de privação de trabalho (Theodoro, 2008, p.21).

Em sua análise, Theodoro (2008) chama a atenção para o fato de que, mesmo com a falência do regime escravista e a abolição legal da escravatura (1.888), o racismo instalado no Brasil continuou sendo reproduzido, respaldado por teses que afirmavam a inferioridade biológica dos negros; justificando a necessidade de importação da força de trabalho de imigrantes europeus, em detrimento da força de trabalho dos homens livres e libertos; contribuindo para a agudização das desigualdades no país. Assim,

O perfil de ocupação da força de trabalho assumirá, então, nova conformação. Enquanto a mão-de-obra imigrante chega e ocupa-se cada vez mais da produção de café, uma parte crescente da população de escravos então liberados, vai se juntar ao contingente de homens livres e libertos, a maioria dos quais se dedicava seja à economia de subsistência, seja a alguns ramos ligados aos pequenos serviços urbanos. Não houve a valorização dos antigos escravos ou mesmo dos livres e libertos com alguma qualificação (Theodoro, 2008, p.24).

Ainda, conforme o referido autor, esvaziou-se o lugar do trabalho do negro no país, pois não havia políticas públicas que buscassem integrar a força de trabalho dos ex-escravizados ao sistema econômico, restringindo-os a uma condição de subalternidade. O racismo impregnado na estrutura da sociedade brasileira era refletido na adoção das medidas de incentivo ao emprego da força de trabalho eurocêntrica, numa perspectiva de banir do território a população negra com políticas de branqueamento da população.

De fato, para parcela majoritária da elite política nacional, a questão do negro se referia não apenas a sua substituição como mão-de-obra, mas, principalmente, à necessidade de uma estratégia que promovesse sua diluição no contexto populacional nacional. Abolida a escravidão, não restou no debate político nacional o tema da inclusão dos ex-escravos e seus descendentes no tecido social ou político da nação. Perdida sua centralidade no debate sobre o processo de trabalho nas propriedades rurais, a presença negra se esvaía como objeto de intervenções públicas que tivessem como intuito a sua inclusão. Ao contrário, compreendida como um entrave ao desenvolvimento nacional, a presença da população negra no país era percebida como um obstáculo que deveria ser superado. E a sua gradual extinção seria então realizada pela via do embranquecimento (Theodoro, 2008, p.39).

Aprofundando sobre essa discussão, Rotondano (2022) destaca que, no século XIX, correntes das ciências sociais apoiaram-se em critérios biológicos para classificar as raças humanas, segundo seus atributos intelectuais, culturais e sociais, tendo como referência o padrão europeu; instituindo uma hierarquia entre sujeitos e a ideia de superioridade da raça branca.

Edificou-se, assim, o chamado racismo científico, produzindo preceitos científicos que serviram para corroborar as práticas políticas, jurídicas

e sociais de opressão e exclusão da população negra e indígena. Os saberes acadêmicos se converteram, assim, em bases do racismo praticado socialmente, que ecoaram pelo cenário científico brasileiro, mesmo após a abolição da escravatura. Supostamente neutra e imparcial, a ciência – seja em seu âmbito biológico ou em sua vertente social – teve papel histórico decisivo para fomentar as relações de preconceito racial no Brasil e no mundo (Rotondano, 2022, p.152).

Tais leituras são importantes para compreendermos que o processo histórico brasileiro foi marcado pelo racismo e suas consequências, como a segregação social e econômica de uma grande parcela da população, a raça negra, que foi colocada à margem das políticas públicas. “As pesquisas científicas que supostamente atestaram a inferioridade e degenerescência da população não branca foram poderosas ferramentas para que tais grupos étnico-raciais fossem ainda mais oprimidos e excluídos da sociedade nacional em formação” (Rotondano, 2022, p.154).

Fazer a leitura crítica da realidade da sociedade brasileira requer que escancaremos o racismo estrutural, as profundas desigualdades econômicas e sociais; que admitamos a existência da hierarquia de direitos; que reconheçamos que nessa estratificação “a carne mais barata do mercado é a carne negra”³, como cantava Elza Soares⁴; é compreender que “ir ao encontro dos afro-brasileiros significa ir ao encontro de tudo aquilo que lhes foi negado, dos valores que permeiam suas vidas, que fazem deles gente, etnia e povo” (Oliveira, 2015, p.19); é reconhecer a necessidade de reparação pelo racismo e a segregação histórica sofrida pela população negra; é admitir que ao longo do processo de colonização, as expressões culturais dos povos africanos foram represadas, silenciadas, aniquiladas e subalternizadas, submetidas à cultura hegemônica dos colonizadores europeus (Oliveira, 2019, p.02) .

Dessa forma, quando nos propusemos a inventariar as manifestações culturais do Quilombo Alto Santana, assumimos o compromisso de contribuir com a visibilidade do processo histórico de silenciamento e apagamento da história do povo negro, que compõe a maior parcela da população da Cidade de Goiás, desde a sua formação até os dias atuais, como nos mostram os dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que no Censo de 2022, identificou que a população da Cidade de

³ Trecho da música A Carne, Compositores: Jorge Mario Da Silva, Pedro Aznar, Marcelo Fontes Do N. V. De Santana, Ulisses Cappelletti Tassano.

⁴ No artístico de Elza Gomes da Conceição, mulher negra, cantora/compositora/intérprete de diversos gêneros musicais; nasceu no Rio de Janeiro-RJ, em 23/06/1930 e morreu em sua cidade natal, em 20/01/2022

Goiás constava naquele ano com 24.071 pessoas; sendo que destas, 12.693 (52,73%) se autodeclararam pardas e 3.180 (13,21%) se autodeclararam pretas.

Importante destacar que a população negra fez e vem fazendo a resistência a esse processo histórico de opressão; tanto no período colonial, por meio da constituição dos quilombos, quanto no período pós-abolição, por meio dos movimentos negros que enfrentaram e enfrentam os debates nos diversos campos de disputa político-ideológica, por implementação de políticas de públicas de reparação; na disputa por uma ordem societária, que respeite a diversidade e a pluralidade.

Nesse enfrentamento, a discussão sobre o patrimônio também pode ser apropriada como uma estratégia para o fortalecimento de grupos sociais historicamente silenciados, marginalizados e excluídos. Sobre esse campo de tensão, Soares destaca;

O patrimônio cultural brasileiro deve contribuir para que sejam atingidos os objetivos fundamentais do Estado democrático: a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, o desenvolvimento nacional, a redução das desigualdades sociais e regionais e ainda a promoção do bem de todos (Soares, 2009, p. 95).

Entretanto, no processo de patrimonialização da Cidade de Goiás, como Patrimônio Histórico da Humanidade, a existência do povo negro foi invisibilizada. Observa-se um forte apelo para a preservação da arquitetura, para “a pedra e o cal”, bem como para manifestações culturais diretamente ligadas à cultura eurocêntrica católica, como a Procissão do Fogaréu, em detrimento daquelas que expressam a cultura e a religião de matrizes africanas.

Vê-se, ainda, uma associação da formação da cidade à população indígena, com romantização de lendas, como a da Carioca⁵, e à atribuição da tradição de confecção do artesanato em cerâmica aos *Índios Goyases*⁶. Quanto a esse aspecto, Tedesco (2013), analisando os resultados de sua pesquisa, que procurou identificar vestígios dos antigos habitantes da Cidade de Goiás, evidenciou que, na área pesquisada, que compreendia as vias do núcleo urbano, não foram encontrados indícios da presença indígena. No estudo, a pesquisadora destaca, ainda: “(...) até o início do século XX, a produção ceramista de Vila Boa guarda elementos que tiveram origem nas decorações elaboradas pelos ceramistas negros dos séculos passados” (Tedesco, 2013, p.155).

5 Lenda popular que retrata a história de uma indígena que teria morrido por amor.

6 Goyases nome dado pelos colonizadores portugueses aos índios que disseram ter encontrado nas terras de Vila Boa

Essas reflexões são norteadoras para que a investigação sobre o patrimônio cultural que se pretende junto à comunidade do Quilombo Alto do Santana possa contribuir com o processo de ruptura com a concepção colonial na identificação do patrimônio na Cidade de Goiás, a partir de uma atitude decolonial, para que seja coerente com a proposta de promover a visibilidade à memória da população negra, que foi historicamente silenciada.

1.2. DE CHUPA OSSO A QUILOMBO ALTO SANTANA

A Constituição Federal de 1988, expressão do processo de redemocratização do Brasil, após vinte anos de ditadura militar, ficou conhecida como Constituição Cidadã, por possibilitar a inclusão tanto em sua discussão, quanto no documento final, as demandas dos diversos seguimentos sociais, dentre eles o movimento negro; possibilitando o reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos. O texto Constitucional, no artigo 68, dos Atos dos Dispositivos Constitucionais Transitórios, traz: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Também, em seu artigo 216, a Constituição Federal assegura:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: [...] § 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

O reconhecimento quilombola na Constituição de 1988 é fruto da organização do movimento negro, desde a década de 1970, como também das discussões no âmbito da academia, desde 1950. Contudo, apesar de assegurado constitucionalmente, esse reconhecimento encontrou (e encontra) opositores no Congresso Nacional, especialmente por políticos que representam a bancada ruralista (Marinho, 2017). Oportuno destacar, dentre outros opositores, a conduta do atual governador do estado de Goiás, Ronaldo Caiado, que, em 2004, quando ocupava cargo de deputado federal, entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº 3.239, sob a alegação de que o Decreto Federal nº 4.887/03, que regulamenta o Artigo 68, era inconstitucional (Marinho, 2017).

Dentre as iniciativas do Governo Federal e da sociedade civil em desenvolver ações que promovessem o desenvolvimento das comunidades dos quilombos, merece destaque o Programa Brasil Quilombola, criado em 2004, cuja realização envolveu a participação de 23 Ministérios, com ações voltadas para o atendimento de quatro eixos temáticos: (i) Acesso à terra; (ii) Infraestrutura e qualidade de vida; (iii) Desenvolvimento Local e Inclusão Produtiva; e (iv) Direitos e Cidadania (Barbosa; Braga; Rodrigues, 2017).

Ainda no campo da legislação, merecem destaque outras conquistas importantes para a população negra, como: a política de cotas (Lei nº 12.711/2012) para ingresso em universidades públicas e em concursos públicos (Lei 12.990/2014), pelas pessoas de origem africana; bem como a legislação educacional nº 10.639/2003 (modificada pela Lei Nº 11.645, de 10 março de 2008), que estabelece o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas (Rotondano, 2022).

Esse cenário de implementação de políticas públicas de ações afirmativas motivaram o processo de organização de comunidades historicamente marginalizadas. Como é o caso da comunidade do Alto Santana – região localizada na periferia do Centro Histórico da Cidade de Goiás, situada aos pés do Morro das Lajes, com ruas de relevo sinuoso. Essa localidade não compôs o território tombado como patrimônio material, ficando à margem do reconhecimento como elemento fundante do processo de implantação e, conseqüentemente, patrimonialização da cidade. Como pode ser observado nas ilustrações:

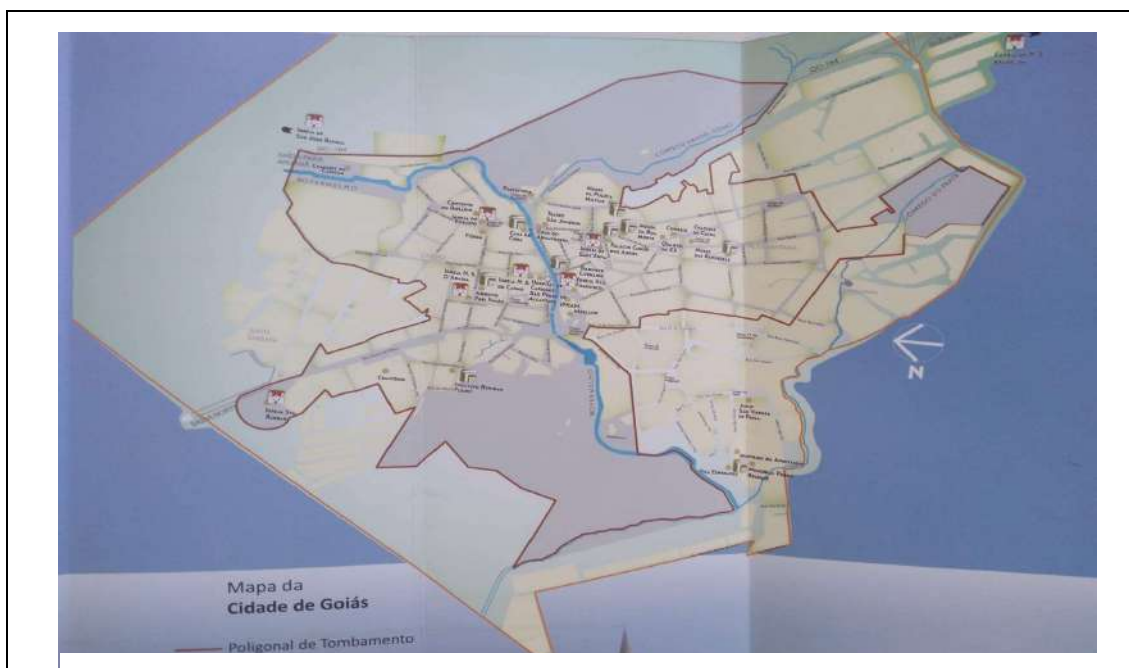


Figura 07: Foto retirada do encarte produzido pelo IPHAN, cujo conteúdo objetiva orientar os moradores sobre os critérios que devem ser obedecidos em possíveis intervenções e ou construção de imóveis. A linha vermelha delimita a área tombada como patrimônio. Nela não está incluído o Setor Alto Santana, cuja área é considerada região do entorno.

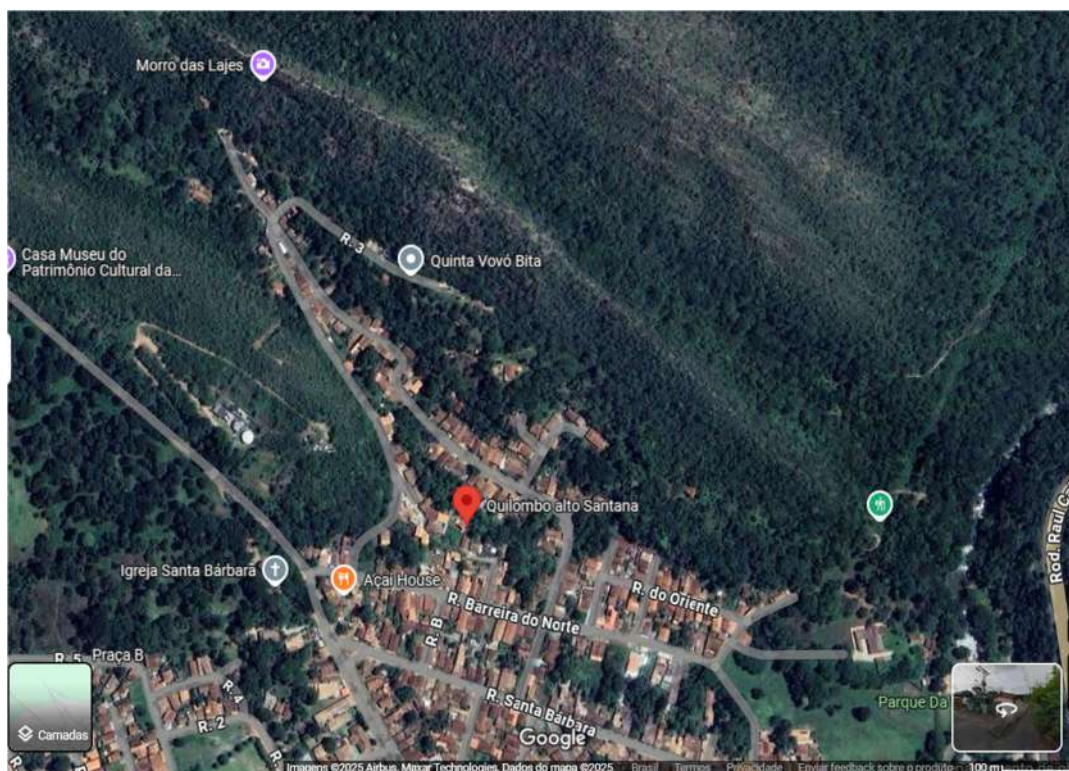


Figura 08: Vista aérea dos Setores Alto Santa e Santa Bárbara – Disponível em <https://www.google.com.br/maps/place/Quilombo+alto+Santana/> - pesquisa em 20/02/2025

Objetivando conhecer a história do processo de reconhecimento daquela comunidade como remanescente de quilombo, ao final do ano de 2017, buscamos informações documentais junto a Fundação Cultural Palmares; bem como a oralidade das lideranças identificadas na comunidade como responsáveis por iniciarem tais discussões. Dentre as personalidades identificadas, Elenízia da Mata de Jesus⁷ e Fernanda Farias dos Santos⁸ são lideranças apontadas pela comunidade que exerceram protagonismo no processo de identificação da comunidade como quilombola.

Em entrevista concedida à pesquisa, ambas afirmaram que a movimentação pelo processo de certificação foi apoiada e incentivada, em meados de 2016, pela Superintendência de Promoção da Igualdade Racial do Estado de Goiás, tendo como

⁷ Primeira vereadora negra do município de Goiás, eleita no ano de 2020; graduada em Letras; professora e cantora; concedeu entrevista à pesquisa Inventário Cultural do Quilombo Alto Santana: na última rua, o início de tudo em 03/05/2024.

⁸ Vice-presidente da Associação Quilombola Alto Santana; assessora na Secretaria Municipal de Igualdade Étnico-racial; graduada em Educação do Campo; concedeu entrevista à pesquisa Inventário Cultural do Quilombo Alto Santana: na última rua, o início de tudo em 05/05/2024.

principal parâmetro a concepção de que aquela comunidade, era formada, em sua grande maioria, por pessoas negras empobrecidas e marginalizadas por uma exclusão estrutural que marcou o processo de exploração da mão-de-obra escravizada.

Segundo Elenízia da Mata de Jesus, a partir de uma busca pessoal pelo autorreconhecimento, seus “olhos se abriram” para a compreensão ampliada tanto do que é ser negra, quanto sobre o que é quilombo; destacando a sua preocupação de que esse movimento necessitava ser decolonial e ampliado para fora de si, para a comunidade: “É a partir do momento em que eu passei por um processo de busca de letramento racial. Eu falo busca, porque a universidade não me ofereceu isso. Então eu comecei a me conectar com a ideia do letramento racial. Não foi pela academia diretamente, mas foi pelo movimento negro”.

Fernanda Farias dos Santos destacou que, motivada por Elenízia, assumiu com ela a ação de visitar as casas dos antigos moradores buscando identificar as raízes de cada família. O levantamento feito subsidiou o relatório que foi entregue à Fundação Cultural Palmares, solicitando o reconhecimento da comunidade do Alto Santana como remanescente de quilombo. A Certificação Quilombola⁹ foi entregue à comunidade, em 30 de outubro de 2017, num ato do presidente da Fundação Cultural Palmares, à época, Erivaldo de Oliveira, durante a realização da I Conferência Intermunicipal de Igualdade Racial, na Cidade de Goiás-GO. Ocasão em que, também, a comunidade de Água Limpa, em Faina-GO, foi certificada.

Sobre o perfil da população daquela comunidade, Brandão (1977) em sua pesquisa sobre a identidade étnica na Cidade de Goiás, aponta:

Os negros, atualmente presentes em Goiás, são, em maioria, descendentes dos escravos importados desde 1722, para a mineração. (...) Entre os cento e treze chefes de família presentes durante a investigação, cento e três são goianos, cinco são mineiros, dois são baianos, dois são paraibanos e um é pernambucano. (...) Entre os que nasceram na cidade e vieram mais tarde para ela, quatro chefes de família chegaram a menos de um e quinze a menos de cinco. Todos os restantes vivem e trabalham em Goiás e sua periferia há pelo menos seis anos e deles a maior parte há mais de dez. Por outro lado, muitos dentre os que nasceram em Goiás saem da cidade em busca de ocupação (Brandão, 1977, p.72)

⁹ Portaria Nº 281, de 24 de outubro de 2017. Diário Oficial da União – Seção 1. Nº 205, quarta-feira, 25 de outubro de 2017.

Continuando a leitura dos dados identificados, o pesquisador aponta que a população negra estava situada na região periférica da cidade; sendo que seu estudo já fazia destaque a região do Alto Santana. Segundo ele, a população negra distribuía-se na cidade da seguinte forma:

As famílias de negros ocupam a periferia e as áreas menos urbanizadas na cidade de Goiás. Fora dos casos limites de algumas pessoas de “melhor condição social”, residentes próximos ao centro, os negros estão concentrados em uma das seguintes quatro áreas de moradia urbana: a) algumas ruas nos limites da cidade, pelo lado direito da estrada que vai à Igreja Santa Bárbara, próximas a um dos morros que cercam Goiás; b) ruas periféricas à encosta de morros, por detrás do Rio Vermelho, na mesma direção da Igreja de Santa Bárbara; c) em posição quase oposta às das duas primeiras concentrações, ruas nas encostas de morros próximos ao ribeirão Bacalhau (Rua Santo Amaro, Quebra-Coco) ou espalhadas em uma área semi-urbanizada, desde a rua Agenor Barros até a saída leste da cidade e a estrada que vai de Goiás a Jussara; d) as ruas vizinhas do córrego da Prata. (Brandão, 1977, p.74)

Ainda conforme os dados, Brandão (1977) evidencia o perfil da população da comunidade do Bairro Alto Santana. Destaca-se que, em seu estudo, ele ainda se refere à localidade como “Chupa-Osso”, pois, à época de sua pesquisa, era essa a denominação utilizada para identificar a comunidade.

No Bairro do Chupa-Osso há uma acentuada predominância de lavradores das roças de perto; biscateiros (cavuqueiros, empregados e serviços eventuais não-qualificados) e empregados domésticos. Vivem na segunda área - logo abaixo do Bairro Chupa-Osso - as famílias de negros, operários e de empregados de mão de obra qualificada ou semi-qualificada. Há também duas famílias de policiais e algumas famílias de lavradores, em geral, em situação de trabalho e moradia melhores do que as da área anterior. (Brandão, 1977, p.74)

No nosso entendimento, as pesquisas de Brandão (1977) e de Silva (2003) corroboram para a identificação de que o Bairro Alto Santana é a expressão de quilombo urbano. Isso porque - se no período escravocrata um quilombo era formado como local de refúgio, para que as pessoas negras escravizadas buscassem formas de viver livres da exploração e dos açoites, como sinônimo de resistência – com o fim da escravatura, o não lugar da pessoa negra nas relações justas de trabalho e renda resultou na segregação dessa população, restando-lhes ocupar o lugar às margens da sociedade.

Em suas narrativas, tanto Elenízia quanto Fernanda destacam as dificuldades encontradas na abordagem dos moradores para justificar o objetivo do levantamento a

que se propuseram; sendo que as dificuldades encontradas estavam relacionadas ao fato do desconhecimento da comunidade sobre o significado da terminologia e, também, por receio das pessoas de se sentirem estigmatizadas. Para exemplificar, Fernanda falou da sua própria dificuldade inicial de se reconhecer como quilombola, em função do imaginário criado de que quilombo é sinônimo de localidade onde se escondiam os negros fugitivos. Conforme as palavras dela: “No meu conceito, Quilombo era um local onde as pessoas fugiram para afastar. É sair daquela situação de escravidão que apanhava todos os dias. Então ia para um local mais afastado para poder ter a sua liberdade”. Segundo Fernanda, sua concepção inicial de quilombo é que está cristalizada na compreensão da maioria das pessoas.

Entretanto, os avanços em políticas públicas destinadas para as comunidades quilombolas contribuíram para agregar os moradores. O que fortaleceu a organização da Associação Quilombola Alto Santana, que teve Fernanda Farias como sua presidente até o ano de 2023. Contudo, Eleníza da Mata e Fernanda Farias destacaram que, pouco tempo depois da certificação, o retrocesso de tais políticas, em níveis federal e estadual, entre os anos 2018 e 2022, provocou uma desmobilização da comunidade, pois os avanços esperados não chegaram.

Quanto a esse aspecto, importa registrar a eleição de Jair Bolsonaro, no ano de 2018, como um representante de seguimentos conservadores, “que contestam a viabilidade e legitimidade de políticas públicas voltadas para o atendimento de necessidades históricas de indígenas e de pessoas negras” (Rotondano, 2022, p. 161). Nessa mesma linha política, no mesmo pleito eleitoral, o estado de Goiás, elege Ronaldo Caiado, ruralista e apoiador de Jair Bolsonaro, como governador (aquele que, enquanto deputado federal, questionou a constitucionalidade da demarcação das terras para os remanescentes de quilombos), sendo reeleito em 2022.

No âmbito municipal, apesar do cenário político emblemático de estagnação das políticas afirmativas, é possível destacar a eleição, no ano de 2020, de Aderson Liberato Gouvea, que em seu plano de gestão apresentava propostas de atenção às minorias; bem como a de Elenízia da Mata de Jesus, como a primeira mulher negra eleita como vereadora. O prefeito cria a Secretaria da Igualdade Étnico- racial e dá início a um conjunto de ações tendo como a população negra e indígena; lançando o programa Nosso Patrimônio Tem Cor. Por sua vez, no Poder Legislativo, a vereadora Elenízia da Mata pauta a questão étnico-racial e a defesa das mulheres; tendo aprovado projetos de leis com vistas a visibilidade às minorias. A conjuntura local, somada à retomada das pautas das

minorias, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2022, reacende as expectativas de que as políticas públicas afirmativas possam caminhar a passos mais acelerados, contribuindo para a reparação das desigualdades históricas que a população negra foi submetida.

Atualmente, a Associação Quilombola Alto Santana é presidida por Roselane Mendes dos Santos ¹⁰, 56 anos, servidora pública municipal, com função de assessoramento ao prefeito. Rememorando sua história, Roselane relatou que quando ela nasceu, seus pais moravam na zona rural do município de Goiás; tendo sua família mudado para o Alto Santana, quando ela estava com um ano de vida. Roselane destacou que quando se mudou para aquela localidade, o lugar era chamado de “Chupa Osso”, lugar em que ela cresceu e, posteriormente, criou seus filhos.

Indagada sobre o porquê da denominação “Chupa Osso”, Roselane respondeu que o nome está associado ao fato de que, no início da ocupação, o lugar também era utilizado pelo “Matadouro”¹¹ como espaço para descartar as carcaças dos animais abatidos. É do conhecimento dela de que um dos moradores (ela não soube falar o nome dele) aproveitava os ossos que ali eram depositados para fazer sebo e vender para a fabricação de sabão. Ela também destacou: “Sei que daqueles ossos aproveitava tudo (...), serviu para matar a fome de muita gente”.

Rememorando as dificuldades econômicas da sua época de infância, Roselane destacou a solidariedade entre as pessoas: “Algumas pessoas colocavam pão na janela com leite para outras irem buscar. A gente ia na Padaria Estrela, que doava o pão que sobrava do outro dia. A gente fazia aquela fila, levantava de madrugada no frio e ia pegar esse pão. Então, assim, era um alimento a mais”.

Para Roselane, a certificação da comunidade como quilombola representou, também, o reconhecimento das pessoas que nela vivem. Contudo, ela enfatizou a dificuldade de mobilização e a falta de interesse de algumas pessoas de saber o que é um quilombo. Ao ser perguntada sobre o número de famílias cadastradas na associação, Roselane disse não saber o número certo, mas que acredita que, atualmente, esse número se aproxima de 245. Ela admitiu a necessidade de uma organização dos documentos da

¹⁰ Roselane Mendes dos Santos concedeu entrevista para a pesquisa concedeu entrevista à pesquisa Inventário Cultural do Quilombo Alto Santana: na última rua, o início de tudo em 11/07/2024.

¹¹ Local onde os animais eram abatidos para que suas carnes fossem comercializadas; era situado nas proximidades do Mercado Municipal de Goiás, no centro da cidade, distante a um quilômetro, aproximadamente do Setor Alto Santana.

associação e acrescentou que está contando com a colaboração das instituições de ensino superior (Universidade Federal de Goiás e Instituto Federal), que, em parceria com a associação, fará esse levantamento documental.

Sobre a delimitação territorial do Quilombo Alto Santana, a presidente da associação afirmou que essa é uma pauta permanente de discussão, pois o quilombo está situado na periferia da cidade em áreas urbanas e devolutas; sua composição deu-se por meio do processo de ocupação; sendo que a maioria de seus moradores não possuem registros de seus imóveis. Roselane disse ter conhecimento de que o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás declarou a área do Alto Santana como área de risco, por estar situada nas encostas do Morro da Lajes. O que se apresenta como entrave para a regularização territorial.

Para compreendermos melhor como a comunidade se percebe diante da certificação quilombola, adotamos como estratégia metodológica a realização de entrevista com algumas pessoas identificadas como pioneiras naquela localidade. Tanto as entrevistas quanto as Rodas de Conversa possibilitaram acessar um conjunto de informações sobre a história da formação da comunidade, quanto as manifestações culturais que ali são desenvolvidas, que serão tratadas em suas especificidades, mais adiante. Contudo, para contribuir com as nossas reflexões, destacamos aqui, a entrevista realizada com a senhora Delice Dias da Silva¹², 84 anos de idade, uma das pioneiras na região.

Dona Delice, como é conhecida pela comunidade, rememorou saudosa o início da ocupação no lugar; disse que a casa onde reside, há sessenta e oito anos, foi recebida como indenização pela prefeitura, quando região começou a ser urbanizada. Segundo ela, anteriormente, “morava em uma casinha de três cômodos, de adobe¹³, não tinha água potável e não tinha energia, não tinha banheiro (...) era latrina que se falava”, situada a poucos metros da casa atual, que, apesar de ser uma edificação simples, oferece mais condições de conforto do que a primeira.

Dona Delice relatou: “Então, essa rua aqui, que é a rua do Contorno, não existia, era um trieiro¹⁴. Aí para abrir a rua precisou tirar a casa que eu morava. Daí a Prefeitura

¹² Delice Dias da Silva, nasceu em 16/10/1939, em Uberlândia-MG; mudou-se para a Cidade de Goiás em 1940; reside na Avenida Contorno Norte, Nº 39, Setor Alto Santana; concedeu entrevista para a pesquisa no dia 04/05/2024.

¹³ Tijolo feito à base de terra e água, referência na arquitetura vernacular.

¹⁴ Trieiro – Palavra do vocabulário popular que significa caminho estreito, resultante da passagem frequente de pessoas ou animais.

me indenizou; derrubou a casa de lá e me deu essa aqui pronta (...), que também tinha três cômodos e foi feita de tijolo de bloco”. Ela rememorou, que, aos poucos, foram chegando outras famílias, que foram se alojando nas redondezas, morando de forma precária: “Depois que eu vim para cá, foi chegando muitos moradores aqui para baixo. Mas eles foram tirados para o progresso. Ele (o prefeito daquele período) tirou eles (os outros moradores) e passou para o morro. E eu fiquei, porque era morada própria”.

Ao ser indagada sobre qual é a compreensão dela em relação a chegada, naquela época, de um número cada vez maior de moradores para aquela região, Dona Delice fez a seguinte reflexão: “Era um povo vulnerável; tudo tinha família grande, muitos filhos. Como é que ia pagar aluguel, né? (...) Era uma batalha”. Contudo, segundo ela, a comunidade era muito unida, as famílias se ajudavam nas dificuldades e que era comum a relação de compadrio.

Vale destacar as reflexões feitas por Dona Delice em relação ao “progresso”. Segundo ela, “o povo foi mais para o lado do progresso e deixou afastar as nossas origens, as nossas raízes. Só de falar dá vontade de chorar (...) A gente não dá conta mais de ser o que é (...) a gente fica dependendo do progresso e vai ficando para trás”. Para exemplificar, a anciã falou das dificuldades que se tinha, naquela época, de acessar os cuidados médicos e que tal dificuldade fazia com que fosse acessada a sabedoria popular no uso das ervas para cuidar da saúde, às parteiras para auxiliar no momento do parto. Segundo ela, “As coisas eram mais fáceis porque a gente era unido (...) o progresso distanciou muito”.

Sobre a identificação da comunidade do Setor Alto Santana como quilombo, Dona Delice falou: “Quando a gente veio pra cá o objetivo era para poder criar os filhos. Naquela época, nem se falava nessa coisa de quilombo, não. (...) Agora, penso que como quilombo a nossa geração, a nossa descendência vai unir mais uma com a outra. Não vai sentir diferença uma da outra. Vai procurar saber mais um do outro; buscar muito longe o que eram seus tataravós, os nossos ancestrais; saber quem somos”.

Visitando as próprias memórias, a anciã relatou: “Meu avô, João Inácio, pai da minha mãe, era da Casa Grande. Ele era guardião da Casa Grande. Minha avó era a governanta da Casa Grande e mamãe era carochinha, era babá, cuidava das crianças e depois foi cozinheira da Casa Grande, ajudando a minha avó. (...) Mamãe não era escrava só minha avó e meu avô eram”. Ao ser perguntado qual o aprendizado teria herdado de sua ancestralidade, ela respondeu: “Ser mais humilde. Viver sempre com o pé no chão. Ser mais calmo, mas empoderados”.

Delice Dias da Silva declarou-se como mulher negra, descendente de escravizados, definiu-se como uma mulher que ao longo da vida trabalhou muito, como lavadeira, doceira, “panhadeira de capim”, disposta a realizar qualquer atividade que pudesse contribuir com a renda familiar; não foi casada formalmente; viveu por muitos anos com o mesmo companheiro, com o qual teve nove filhos. Em sua narrativa, é possível identificar que ela possui sentimento de pertencimento àquela comunidade e a identidade quilombola. Por fim, ela manifestou que, a partir do momento que a comunidade foi reconhecida como quilombola: “Melhorou. A gente é mais procurado. A gente não é mais esquecido. De vez em quando, a gente tem visita das pessoas. A gente está sempre mais procurado. A gente não está mais diferenciado”.

As manifestações de Dona Delice, como outras que serão apresentadas no decorrer desse estudo, possibilitam a compreensão de que o reconhecimento das comunidades como Remanescentes de Quilombos é uma conquista, pois junto com a certificação, conforme direito adquirido constitucionalmente, suas formas de viver, suas expressões, suas obras, suas manifestações artístico culturais, seus documentos, dentre outros elementos, passaram a ser também reconhecidos como patrimônio cultural brasileiro.

É oportuno considerar que o cenário político, tanto nacional quanto local, com implementação de políticas de ações afirmativas, representa um avanço histórico na luta do movimento negro pela reparação das consequências do racismo estrutural na sociedade brasileira. Nesse sentido, o estudo identificou que, para a comunidade do Quilombo Alto Santana, a certificação representou um passo importante rumo ao processo de construção coletiva de uma identidade ressignificada de sentidos; possibilitando visibilizar as histórias silenciadas; contribuindo com o desenvolvimento de sentimento de pertencimento e identidade.

2. UM QUILOMBO URBANO E SEU PATRIMÔNIO CULTURAL

Realizar um estudo que tenha como finalidade principal a produção de conhecimento acerca do patrimônio cultural de uma comunidade, a partir das referências culturais que fazem sentido à identidade e à memória coletiva, requer aprofundamento teórico sobre a concepção integrada de patrimônio (Chuva, 2020). Se faz necessário o reconhecimento da existência de diversos sentidos do patrimônio, dentre os quais sua constituição como expressão política de direitos, numa perspectiva decolonial.

Analisando as concepções históricas sobre a categoria patrimônio, Márcia Chuva (2020) destaca que, no Brasil, a partir de 1930, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico (SPHAN) – que, hoje, é instituto (IPHAN) – e da Comissão Nacional do Folclore (CNF), os estudos para a produção de conhecimento e preservação da identidade nacional forjaram-se de forma setorializada. Ou seja, cabia ao SPHAN a proteção dos bens de natureza material e à CNF os estudos sobre as tradições populares.

Chuva (2020) aponta que, nas primeiras décadas de atuação, não havia uma política de integração daqueles órgãos. Destaca-se que, naquela fase, a concepção de patrimônio estava diretamente relacionada a uma perspectiva estética baseada nos padrões europeus. Seguindo sua análise, Márcia Chuva observa que, a partir da Constituição Brasileira de 1988, a noção de patrimônio foi ampliada, incluindo os bens intangíveis e reconhecendo o papel da comunidade na preservação do patrimônio, sendo que, a partir de 2000, passaram a ser incorporadas as atividades de proteção ao patrimônio imaterial.

No que se refere às manifestações folclóricas, segundo Chuva (2020), não foi criado instrumento legal para sua proteção, pois, no entendimento dominante na época, elas extinguir-se-iam diante do processo de modernização e industrialização mundial. Os profissionais e especialistas da área, sem um direcionamento de gestão, produziram uma vasta documentação sobre aquilo que entendiam como folclore brasileiro.

Conforme Souza Filho (2005), a discussão sobre a patrimonialização dos bens culturais conquistou espaço graças aos “fortes movimentos sociais do final do século passado e começo deste (que) impuseram reformas constitucionais profundas e resultaram na própria mudança de concepção de Estado (p.59)”. Em seu estudo, o pesquisador faz uma análise dos bens patrimoniais no arcabouço legal brasileiro, fazendo destaque aos avanços legais de proteção ao patrimônio. Abaixo, apresentamos um quadro que traz uma breve síntese da legislação destacada por ele. Vejamos:

INSTRUMENTOS LEGAIS	
Constituição de 1934	Art. 10 – “Compete concorrentemente à União e aos Estados: III, proteger as belezas naturais e os monumentos de valor históricos ou artísticos, podendo impedir a evasão de obras de arte;” Art. 148 - “Cabe À União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual.” (p.60)
Constituição de 1937	“Reduz a proteção dos bens culturais a sua forma monumental: Art. 134 – Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional”. (p.61)
Lei de Tombamento	Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 – Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. (p.66)
Desapropriações para preservação cultural	Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 – Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública. (p.72)
Constituição de 1946	Em dois artigos, define o amparo e a proteção à cultura e aos bens culturais:

	Art. 174 – “O amparo à cultura é dever do Estado”. Art. 175 – “As obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza ficam sob a proteção do Poder Público”. (p.62)
Lei dos sambaquis ou do patrimônio arqueológico	Lei 3.924, de 20 de julho de 1961 – Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. (p.69)
Lei de exportação de bens culturais	Tanto o Dec.-lei 25/37, como a Lei 3.924/61 estabelecem proibições de exportações de bens culturais. (p.71)
Constituição de 1967	“Em sua versão original ou emendada em 1969, traz o mesmo texto, mudando apenas a numeração dos arts. 172 e 180, respectivamente: Art. 172 – O amparo à cultura é dever do Estado. Parágrafo único – Ficam sob a proteção especial do Poder Público os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas”. (p.63)
Constituição de 1988	“A vigente Constituição brasileira, de 1988, foi muito mais profunda do que todas as outras e dispensou uma seção inteira aos bens culturais e à cultura”. (p.64)

Analisando a legislação sobre a proteção patrimonial, Souza Filho (2005) observa que a constituição de 1988 busca assegurar a identidade nacional, destacando:

O Brasil passou a reconhecer, proteger e enaltecer a diversidade cultural, acrescentando os valores indígenas, afro-brasileiros e de outros

grupos étnicos. O próprio conceito de patrimônio cultural do art. 216, refere-se à identidade nacional. A cultura protegida é a praticada, criada e representativa das mais diversas camadas da população, o que, em termos sociológicos, é o povo. (Souza Filho, 2005, p.64)

No Brasil, conforme aponta Pellegrini (2006), a partir de meados da década de 1990, são observados avanços na abordagem sobre o patrimônio, que, para além da preservação das edificações, passa incluir diferentes referências daquilo que pode ser considerado como bem cultural, que tenha sentido para a memória e a identidade de uma determinada comunidade.

Em sua análise, a pesquisadora chama a atenção para o fato de que, na atualidade, a ampliação do campo do patrimônio, que inclui o reconhecimento do patrimônio imaterial, não é uma junção com os estudos dos folcloristas, pois analisar dessa forma pode induzir a erros de compreensão daquilo que é campo de disputa na discussão sobre as concepções de patrimônio, ou entre aquilo que é patrimônio material e imaterial.

Na publicação Educação Patrimonial – Histórico, Conceitos e Processos, o IPHAN, por meio da Coordenação de Educação Patrimonial – CEDUC, reconhece a Educação Patrimonial como um processo educativo formal e não formal, que tem como foco o Patrimônio Cultural, e destaca que

As políticas de preservação devem priorizar a construção coletiva e democrática do conhecimento por meio do diálogo permanente entre os agentes institucionais e sociais e pela participação das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais. Nesse processo, as iniciativas educativas devem ser encaradas como um recurso fundamental para a valorização da diversidade cultural e para o fortalecimento da identidade local, fazendo uso de múltiplas estratégias e situações de aprendizagem construídas coletivamente (Florêncio et al, 2014, p. 20).

O referido documento reconhece que

As políticas de preservação se inserem num campo de conflito e negociação entre diferentes segmentos, setores e grupos sociais envolvidos na definição dos critérios de seleção, na atribuição de valores e nas práticas de proteção dos bens e manifestações culturais acauteladas. [...] Nesse sentido, é fundamental conceber as práticas educativas em sua dimensão política, a partir da percepção de que tanto a memória como o esquecimento são produto sociais (Florêncio et al, 2014, p. 23).

Pellegrini (2006) ressalta, ainda, que o desenvolvimento de ações que objetivam a proteção do patrimônio é, por vezes, de pouca visibilidade, a curto prazo, e demanda a utilização de mecanismos de informação, inventário e catalogação dos bens culturais,

como passos importantes no processo de preservação, mas para sua legitimidade é imprescindível a participação da coletividade, dos sujeitos sociais que foram silenciados ou ignorados, apontando como estratégia a educação patrimonial.

Analisando o papel dos inventários como instrumentos para salvaguardar o patrimônio cultural, Arantes (2008) chama a atenção para que esses procedimentos de investigação devem considerar a heterogeneidade da população brasileira e que, para além do que é indicado pelos parâmetros legais e administrativos, o que é empiricamente constatado na pesquisa de campo; destacando, ainda,

Os inventários devem ser razoavelmente densos em termos de detalhes históricos e etnográficos, além de multivocais, pois são instrumentos de importância estratégica em pelo menos dois planos de mediação: 1) em relação a diferenças sociais e a desigualdades existentes no plano local, e 2) em face dos desvãos políticos existentes entre as esferas local, nacional e internacional (Arantes, 2008, p. 15).

Dentre o arcabouço legal que aponta diretrizes para o processo de patrimonialização, Arantes (2008) destaca a Constituição Federal de 1988, como um marco legal importante no reconhecimento da existência de sujeitos sociais, até então invisibilizados, como as populações indígenas e os brasileiros afrodescendentes. De acordo com ele, “consolida-se, assim, o caminho para reivindicações culturais baseadas na percepção e na afirmação da diferença social e política, e nos direitos culturais a ela associados” (Arantes, 2008, p. 23). Aprofundando a discussão, o autor problematiza:

A interpretação predominantemente aceita na arena da preservação pode ser questionada sob o argumento de que a importância dos quilombos não se deve tanto – ou não apenas - ao testemunho de eventos históricos passados, mas ao fato de que eles territorializam identidades e abrigam redes sociais reconstruídas na diáspora por populações cuja organização social foi despedaçada pelo domínio colonial. Nesse sentido, quilombos e terreiros são realidades estruturalmente semelhantes. Ambos promovem práticas e experiências sociais, nutrem vínculos com o território e dão continuidade a histórias locais, em termos de crenças e valores referentes à Mãe-África, codificados pelo parentesco ou pela afiliação religiosa ou, às vezes, por uma combinação de ambos (Arantes, 2008, p. 25).

Por fim, vale realçar a afirmação de Arantes (2008) de que: “o objetivo maior de qualquer política, programa ou projeto de salvaguarda do patrimônio cultural deveria ser o de contribuir para a construção de uma diversidade cultural sustentável para o desenvolvimento humano e o entendimento entre os povos para além dos limites da vida comunitária” (Arantes, 2008, p. 42).

Na perspectiva de que a discussão sobre o patrimônio requer a pluralidade, Chuva (2012) dentre outros aspectos observa que:

Nas ações de proteção e salvaguarda, os sujeitos a que nos referimos são aqueles cujas relações estabelecidas com os bens culturais os tornam constituintes e constituídos por tais bens, numa dialética construção de identidades por meio de elos comuns ao grupo. Por haver uma concorrência para a atribuição de valores por grupos que se diferenciam por interesses diversos, as políticas públicas de patrimônio precisam, portanto, explicitar quem são os sujeitos que estão sendo privilegiados, para que não se tornem políticas “lobistas” (2012, p. 163).

Conforme Neto e Miziara, ao se buscar conhecer os bens culturais de uma comunidade, é necessário ter como “pressuposto de que somente a própria comunidade possui legitimidade suficiente para afirmar aquilo que pertence (ou não) a sua história” (2019, p.169). Nessa mesma concepção teórica, Simone Scifoni, para o presente estudo foi considerado como pressuposto que “a educação patrimonial desloca a matriz das ações educativas daquilo que era legalmente protegido pelo tombamento ou registro, para as referências culturais, (...), para aquilo que tem sentido e significado para os diferentes grupos sociais” (2017, p.10).

Na compreensão de que o patrimônio cultural é produto das relações sociais e dos significados que lhes são atribuídos pelos indivíduos, Átila Tolentino acrescenta em sua análise a perspectiva da decolonialidade, assumindo o termo de Educação Patrimonial decolonial, destacando que “os processos de patrimonialização foram e são amplamente influenciados por uma matriz de poder colonialista e pela dominação do sistema capitalista dela recorrente, muitas vezes invisível e escamoteada” (2018, p. 56).

Discutindo sobre o papel da Educação Patrimonial numa perspectiva decolonial, Tolentino (2018) aponta a proposta metodológica dos inventários participativos, cujos princípios estão alinhados com os ideais da decolonialidade. De acordo com o pesquisador,

Os inventários participativos, baseando-se no trabalho com a memória social, partem da premissa de que os próprios grupos e comunidades possam assumir, em primeira pessoa, a identificação, o registro e a seleção das referências culturais significativas para a formação de suas identidades e memórias coletivas. Diversos grupos urbanos, rurais, quilombolas, indígenas, entre outros, têm se apropriado dessa metodologia, usando-a em processos de patrimonialização, sobretudo institucionalizados (Tolentino, 2018, p. 57).

Por fim, Átila Tolentino se posiciona com veemência contra as “práticas de patrimonialização que mantenham e reproduzam a colonialidade do poder e que as práticas educativas reencarnem e sejam reprodutoras da colonialidade do saber e do ser”

(2018, p. 58). Nessa perspectiva, Oliveira (2019) chama a nossa atenção para o fato de que, mesmo passados mais de cento e trinta anos da abolição da escravidão assistimos à reprodução do racismo, também sob a ótica institucional de patrimonialização. Conforme o autor,

No campo das políticas públicas de patrimônio cultural, as referências culturais de matriz africana e afro-brasileira sempre foram invisibilizadas. Até pouco tempo, a prática política e institucional de preservação cultural no Brasil, como em outras partes do mundo ocidental, seguiu tendência conservadora. No entanto, aqui essa prática assume maior gravidade tendo em vista os marcadores ideológicos que fundaram as bases da nossa formação social, política, histórica e cultural (Oliveira, 2019, p. 03)

O pesquisador fundamenta sua crítica com os dados referentes aos bens patrimonializados no Brasil; apontando, que até o ano de 2018, o IPHAN havia tombado, aproximadamente 383, bens culturais; sendo que, destes, apenas 13 (treze) dizem respeito à cultura afro-brasileira, sendo: o Museu da magia Negra, no Rio de Janeiro-RJ, no ano de 1938; a Serra da Barriga, em União dos Palmares-AL, no ano de 1986; Terreiro da Casa Branca Ilê Axé Iyá Nassô Oká, em Salvador-BA, no ano de 1986; Terreiro do Axé Opô Afonjá, em Salvador-BA, no ano 2000; Terreiro de Alaketo, Ilê Maroiá Lági em Salvador-BA, no ano de 2004; Terreiro Casa das Minas Jeje, em São Luis-MA, no ano de 2005; Terreiro de Ilê Iyá Omim Axé Iyamassé (Gantois), em Salvador-BA, no ano de 2005; Terreiro de Candomblé do Bate-Folha, em Salvador-BA, no ano de 2005; Terreiro de Candomblé Ilê Oxumaré, em Salvador-BA, no ano de 2014; Terreiro Zogbodo Male Bogun Seja Unde (Roça do Ventura), em Cahoeira-BA, no ano de 2015; Terreiro Culto aos Ancestrais – OMO Ilê Agbôulá, em Itaparica-BA, no ano de 2015; Terreiro Tumba Junsara, em Salvador-BA, no ano de 2018 e Terreiro Obá Ogunté Sítio Pai Adão, em Recife-PE, no ano de 2018 (Oliveira, 2019, p. 04)

As lentes de percepção dessa realidade de exclusão estrutural da população negra no Brasil, bem como a concepção teórico-metodológica foram o referencial para o desenvolvimento do presente estudo, que na execução da pesquisa e na delimitação das manifestações culturais a serem estudadas, encontrou alguns desafios, quais sejam: 1) O Quilombo Alto Santana não possui uma territorialidade formalmente delimitada. Assim, a definição do espaço geográfico a ser pesquisado tornou-se uma questão instigante para a delimitação de quais manifestações culturais deveriam ser pesquisadas; 2) O tempo para a realização da pesquisa, envolvendo levantamento documental, entrevistas, rodas de conversa, elaboração do produto, apresentou-se como outro desafio diante das

potencialidades culturais identificadas; 3) As condições concretas para a realização da pesquisa, como recursos humanos e financeiros, já que a pesquisa contava apenas com os recursos próprios, ou seja, não havia outras fontes de financiamento para que se pudesse agregar mais recursos humanos e financeiros.

Entretanto, os desafios postos constituíram-se em estímulo para a escolha metodológica da pesquisa, que foi amparada nas alternativas que o seu próprio desenvolvimento foi delineando; tendo sempre como referência o horizonte apontado pela comunidade, que foi participante de todo o processo da pesquisa, se disponibilizando para compartilhar sua história, seus costumes, suas vivências, suas memórias e seu patrimônio cultural.

2.1. UMA TRAVESSIA DE VIVÊNCIAS E TROCA DE SABERES

Em março de 2023, quando a Associação Quilombola Alto Santana teve o conhecimento da nossa aprovação para o mestrado e que tínhamos o objetivo de realizar a pesquisa junto àquela comunidade, fomos convidados a participar de uma reunião, na qual estiveram presentes outras pesquisadoras. Na ocasião, a presidente da AQAS, Fernanda Farias dos Santos (hoje, vice-presidente), e outras pessoas da diretoria que estavam presentes, afirmaram que acolhiam com satisfação as iniciativas das pesquisadoras. Contudo, solicitaram que cada uma tivesse o cuidado de não desgastar a comunidade com abordagens exaustivas e conflitantes, para que todas as iniciativas pudessem contar com a adesão dos moradores e que esses não se sentissem objeto dos estudos que seriam realizados. Estiveram presentes pesquisadoras de diferentes áreas do conhecimento: Antropologia, Sociologia, Arquitetura e Patrimônio. Foi um importante diálogo, que também contribuiu tanto para uma reflexão ética do desenvolvimento das diversas pesquisas, quanto para aproximar pesquisadoras com temáticas afins.

No nosso caso, houve uma proximidade com o Projeto Tem Quilombo nas Trilhas de Goiás – histórias, memórias e identidades no Alto Santana, que está sendo realizado pela Associação Quilombola do Alto Santana, em conjunto com o Instituto Federal de Goiás – Campus da Cidade de Goiás (representado pelo Neabinuances e o Nepaa) e a Universidade Estadual de Goiás (representada pelos cursos de Turismo e Patrimônio e o Neaad), cuja equipe, coordenada pela Professora Ms. Ádria Borges, apoiou-nos com registros de imagens e vídeos da Roda de Conversa A Voz das Matriarcas.

A pesquisa realizada junto à comunidade do Quilombo Alto Santana foi fundamentada no processo de Educação Patrimonial, lançando mão da estratégia de

inventário cultural, proposta pelo IPHAN (Florêncio, 2016); tendo como horizonte a mobilização e a participação da comunidade no processo de conhecimento das referências culturais, identificadas por ela como patrimônio cultural local.

Ainda sobre a estratégia de inventariar, cabe informar que a presente pesquisa teve como referência as diretrizes do IPHAN, que orienta:

O alvo primordial dos “inventários participativos” passou a ser a mobilização e sensibilização da comunidade para a importância de seu patrimônio cultural, por meio de uma atividade formativa que envolve produção de conhecimento e participação. (...)

Inventariar é um modo de pesquisar, coletar e organizar informações sobre algo que se quer conhecer melhor. Nessa atividade, é necessário um olhar voltado aos espaços da vida, buscando identificar as referências culturais que formam o patrimônio do local. Por fim, cabe enfatizar que esta iniciativa não tem a pretensão de servir de instrumento de identificação e reconhecimento oficial de patrimônio, nem substituir as atuais ferramentas utilizadas nos processos de proteção dos órgãos de preservação do patrimônio de qualquer esfera de governo. Apresenta-se, de preferência, como um exercício de cidadania e participação social, onde os seus resultados possam contribuir para o aprimoramento do papel do Estado na preservação e valorização das referências culturais brasileiras, assim como servir de fonte de estudos e experiências no contínuo processo de aprendizado (Florêncio et al, 2016, p. 6-7).

Almejando a participação da comunidade no desenvolvimento da pesquisa, optamos como metodologia a pesquisa-ação, que é tipo de pesquisa qualitativa, que, para além de produção acadêmico-científica, teve, também, como objetivo produzir um resultado prático a partir da realidade vivenciada pela comunidade do Quilombo Alto Santana. A escolha por esse método também influenciou em seu planejamento, pois a pesquisa-ação requer flexibilidade, envolvimento tanto da ação dos pesquisadores quanto das demais pessoas envolvidas no processo; dificultando a apresentação de um planejamento com etapas bem delimitadas (Gil, 2008).

Cientes dessa flexibilidade, para fins de orientação do percurso a ser trilhado, delineamos, inicialmente, como etapas para a pesquisa: (1) Estabelecimento de parcerias com os diversos sujeitos sociais que compõem a comunidade (moradores, lideranças locais, membros da associação do quilombo, poder executivo – agentes do poder público responsáveis pela implementação de políticas públicas –, poder legislativo, operadores do direito – poder judiciário e promotoria de justiça – instituições de ensino, especialistas e estudiosos sobre a temática, produtores de atividades culturais, dentre outros); (2) Planejamento coletivo da realização da pesquisa a partir das possibilidades de referências culturais que poderiam ser inventariadas, que fossem enquadradas nas

categorias propostas no inventário: lugares, objetos, celebrações, formas de expressão e saberes; (3) Realização de rodas de conversa temáticas, entrevistas, atividades culturais, dentre outras; (4) Levantamento documental, sistematização e interpretação de dados; (5) Criação de ambiente virtual para hospedar as informações coletadas sobre as referências culturais identificadas; (6) Publicização e difusão das informações coletas.

Importa-nos registrar que o desenvolvimento dessas etapas não foram estanques e a cronologia de sua execução exigiu a flexibilidade que tal pesquisa exige, ou seja, ao mesmo tempo em que as articulações eram feitas, também aconteciam as entrevistas e as rodas de conversas, sendo que as informações obtidas nestas, instigavam nova pesquisa documental. Sobre esse processo dinâmico, nos reportamos à Brandão (2008)

A experiência da vocação qualitativa me obriga – aquém e além dos métodos e das técnicas de pesquisa – a confiar em mim mesmo. Agora, não sou mais alguém que para ser objetivo precisa ser controlado. Posso ser eu mesmo. Posso falar livremente e ouvir com liberdade. Posso me tocar e conviver com o outro compartilhando com ele mais do que apenas os seus dados, a sua vida pessoal. Uma experiência neutra e ilusoriamente impessoal transforma-se na relação entre duas pessoas que, através de quem são e de como expressam o seu próprio ser, podem intertrocar saberes e vivências (Brandão, 2008, p. 6).

É importante destacarmos que o cotidiano da comunidade - compromissos de trabalho, subsistência, estudos, relações familiares, situações de adoecimento, dentre outras questões - foi um limite encontrado para a realização de um planejamento coletivo para o desenvolvimento da pesquisa, como pensado inicialmente na Etapa 2. Dessa forma, ela foi desenvolvida por meio da nossa percepção a partir dos elementos que foram abstraídos, tanto por meio das entrevistas quanto das rodas de conversa; bem como pelas referências culturais conhecidas por nós, em função de um certo nível de convivência junto à comunidade, e, também, alicerçado em nosso conhecimento teórico e experiência profissional.

Para a participação nas entrevistas, delimitamos como amostragem um número de 15 (quinze) pessoas, atentando para os seguintes critérios de inclusão: pessoas que há mais tempo residem no território e possuem narrativas que remetem à constituição do local; pessoas que são reconhecidas ou exercem liderança na comunidade; pessoas que fizeram parte do processo de certificação da comunidade como remanescente de quilombo; bem como os detentores de saberes.

As entrevistas contribuíram para a compreensão da relação das pessoas entrevistadas com a história do quilombo, como também para o conhecimento dos bens

culturais da comunidade. Os relatos foram documentados, utilizando como recurso anotações, registros fotográficos, de áudio e/ou de vídeo, com a prévia autorização das pessoas entrevistadas. Para as entrevistas foi elaborado um roteiro, que possibilitou o registro das informações; sendo utilizado como modelo o roteiro proposto pelo IPHAN (Florêncio, 2016).

O consentimento das pessoas participantes deu-se por meio da autorização (assinatura, rubrica ou verbal gravada) do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE e do Termo de Cessão de Uso de Imagem e/ou som da voz para fins científicos e acadêmicos. No momento da entrevista, foi-lhes explicado que os registros fotográficos, sonoros e/ou audiovisuais da conversa, seriam utilizados para os fins da pesquisa e do desenvolvimento do produto, como é exigido pelo mestrado profissional, sobre o qual discorreremos com mais detalhes no Item 3.

As entrevistas foram semiestruturadas, permitindo que o nosso diálogo com as pessoas entrevistadas acontecesse de forma espontânea, atentando sempre para uso de linguagem adequada. O que possibilitou o estabelecimento de confiança entre as partes. O roteiro de entrevista foi dividido em duas partes: na primeira buscava conhecer as informações referentes à identificação das pessoas entrevistadas e na segunda parte da entrevista foram feitas perguntas buscando identificar a relação da pessoa entrevistada com o bem cultural pesquisado.

Sobre o número total de pessoas entrevistadas, um elemento particular é importante registrar: em algumas situações o momento das entrevistas adquiriu características de roda de conversa. Isto porque quando a entrevista tinha a finalidade de conhecer um determinado bem cultural, eram convidadas a participar as pessoas que tinham uma relação direta com aquela manifestação cultural. Dessa forma, houve situações em que as entrevistas aconteciam de forma individual, outras em dupla, por se tratar de casais. Também aconteceram entrevistas com três ou mais pessoas, em função de determinada manifestação cultural ser realizada por mais de uma pessoa. Assim, ao todo, foram entrevistadas 21 (vinte e uma) pessoas, ou seja, seis a mais das quinze previstas inicialmente. Participaram da pesquisa:



Elenízia da Mata de Jesus



Delice Dias da Silva



Fernanda Farias dos Santos



Roselane Mendes dos Santos



Pio Domingos Teixeira da Cruz e
Cleusa Custódio da Silva



Getúlio Cardoso Avelar e
Maria das Graças Pires Luiz



Maria das Graças Siqueira Campos –
Dona Xica



Gustávio da Silva Pinheiro,
Fernando Antônio de Araújo e
Helênio David Silva Sá

 Terezinha Domingas Teixeira da Cruz e Antônio José Teixeira da	 Libério Teixeira da Cruz
 Geraldo Raimundo da Mota; Maria de Lourdes Pinto da Mota; Dionísio Raimundo da Mota; Ana Maria Pinto da Mota e Simone Pinto da Mota.	 Marciana Teixeira da Cruz
Figura 09: Participantes das entrevistas	

Entendemos como importante registrar que, antes de todas as entrevistas, fizemos o contato com as pessoas entrevistadas, ou por meio de visita residencial, ou por meio de contato telefônico, para explicarmos a finalidade da pesquisa, seus objetivos e produto, e para acordarmos o horário que melhor conviesse para cada participante; sendo que a maioria das entrevistas aconteceu em finais de semana, para que não fossem alteradas as rotinas das pessoas participantes.

A realização das rodas de conversa foi uma estratégia para a mobilização e participação na discussão de temas que possibilitassem a reflexão sobre cidadania, identidade, pertencimento e patrimônio e foram realizadas por meio de parcerias com diferentes atores que foram envolvidos no processo, tais como: produtores culturais locais, especialistas e instituições de ensino. Inicialmente, estavam previstas a realização de três rodas de conversa. No entanto, considerando o ano eleitoral, no qual participavam do pleito lideranças da comunidade, optamos por não realizar atividades dessa natureza nesse período.

Assim, foram realizadas duas rodas de conversa; sendo que ambas tiveram como participantes as mulheres mais velhas da comunidade. A escolha por esse grupo deu-se em função da informação vinda tanto da presidente da Associação Quilombola Alto Santana, Roselane Mendes dos Santos, quanto da vice-presidente, Fernanda Farias dos Santos, de que quando, no momento da solicitação de cadastro junto à associação quilombola, há alguma dúvida de que a pessoa interessada possui vínculo com a comunidade, as mulheres mais velhas são consultadas, pois por serem moradoras desde o surgimento daquela comunidade, elas apresentam condições de credibilidade para afirmar se aquela pessoa e/ou seus familiares já residiram na localidade.

Assim, foram realizadas duas rodas de conversa: a primeira teve como tema A Voz das Matriarcas, ocasião em que as mulheres, motivadas por nós, rememoraram o surgimento da comunidade, falaram dos desafios enfrentados diante da falta de estrutura urbana, da pobreza e das dificuldades, que eram suportadas coletivamente, bem como sobre o que entendem como patrimônio e o que para elas podia ser considerado como patrimônio da comunidade; a segunda roda teve como tema A Resistência e a Beleza das Matriarcas, quando incentivamos o diálogo sobre os desafios de ser mulher, sobre as violências vividas, mas, também sobre resistência. Nesse dia, foi realizado um ensaio fotográfico com o objetivo de fortalecer a autoestima, oportunizar encontros, vivências e, também, produzir imagens para o site do quilombo, que é produto desta pesquisa.

O site desenvolvido tem a finalidade de ser informativo, cultural e educacional, nele foram hospedadas as informações coletadas sobre as referências culturais identificadas, como forma de contribuir com o acesso às informações sobre o Quilombo Alto Santana, seu processo histórico e seu patrimônio cultural.

Para o desenvolvimento dele foram contratados uma empresa especializada e um fotógrafo profissional para assegurar a produção de imagens com qualidade. Espera-se que esse produto possa ser democraticamente utilizado pela comunidade como espaço de publicização das suas formas de se expressar, existir e resistir na/em sociedade.

2.1.2. As Matriarcas – o protagonismo das mulheres na transmissão da história oral e da cultura de uma comunidade

Antes de iniciarmos a pesquisa, traçamos como um dos passos a realização de Rodas de Conversa, com o objetivo de reunir a comunidade em torno de temas que contribuíssem para o conhecimento de suas expressões culturais. Pensamos em fazer um

amplo convite visando alcançar o maior número possível de participantes. Contudo, a realidade nos mostrou que havia um grupo reconhecido pela própria comunidade como detentor dos saberes ancestrais: as mulheres mais velhas – que são autoridade reconhecida localmente para afirmar se determinada pessoa e/ou sua família pertenceu àquele lugar.

Assim, optamos por reunir essas mulheres e dialogar com elas, a fim de conhecermos o processo de formação da comunidade. Para tanto, buscamos junto às lideranças da comunidade, especialmente, junto à presidente e vice-presidente da associação quilombola, quais seriam essas mulheres. Levantamos os seguintes nomes: Dona Sebastiana; Dona Candinha; Dona Xica; Dona Didi; Dona Delice; Dona Nair; Dona Eleuza; Dona Cleuza; Dona Ditinha; Dona Rosária; Dona Romilda; Dona Marciana; D. Lourdes; Dona Maria; Dona Otávia e Dona Domingas.

Identificadas as mulheres, propusemos a realização Roda de Conversa denominada *A Voz das Matriarcas*, que aconteceu no dia primeiro de junho do ano de 2024. Para mobilizá-las, reproduzimos um convite, que pudesse servir de lembrete e visitamos cada uma. Na visita, era explicado o objetivo do encontro e assumido o compromisso de buscar cada uma em sua residência para que fossem conduzidas até o Centro Cultural No Pé do Berimbau, local escolhido para a realização do evento.

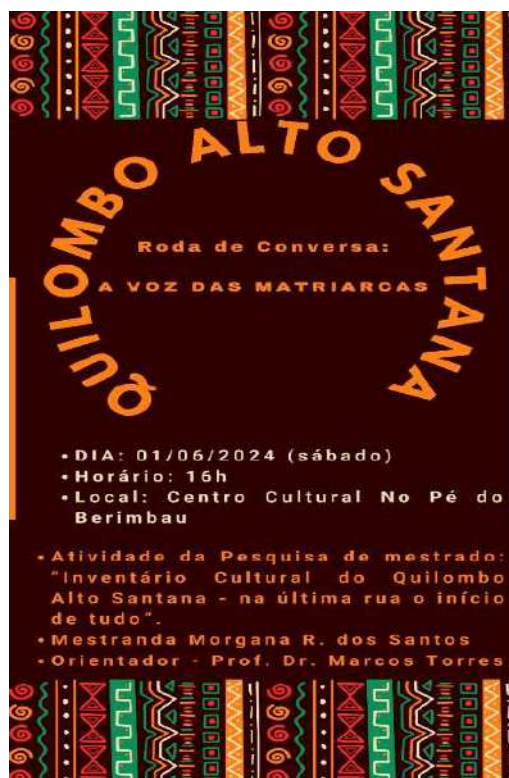


Figura 10: Material de divulgação da Roda de Conversa

Conforme o compromisso assumido, no dia da atividade (01/06/2024), passamos em nosso próprio veículo para buscar as convidadas. Nessa ação, como já mencionamos, contamos com o apoio da coordenadora do Projeto Tem Quilombo nas Trilhas de Goiás – histórias, memórias e identidades no Alto Santana, Professora Ms. Ádria Borges, que contribuiu tanto com o traslado, utilizando seu próprio veículo, quanto mobilizando parte da equipe do projeto, que fez os registros de imagens e vídeos da Roda de Conversa.

Estiveram presentes: Nair Fagundes Gonçalves (85 anos); Delice Dias Silva (85 anos); Otávia da Silva Sá (76 anos); Romilda Mendes dos Santos (70 anos); Dalva Mary da Silva Cardoso (69 anos); Josefa Joaquina Marques (69 anos); Benedita dos Reis Cardoso (67 anos); Marciana Teixeira da Cruz (67 anos) e Maria de Lourdes Pinto Mota (62 anos). Tiveram as ausências justificadas: Dona Xica, que se recuperava de uma grave enfermidade que lhe atingiu os pulmões (motivos pelo qual ficou hospitalizada, por muitos dias, em Unidade de Terapia Intensiva); Dona Rosária alegou que sentia dor de cabeça; Dona Sebastiana, também, se recuperava de uma forte gripe; Dona Candinha, por sua vez, com muita sinceridade, justificou a sua ausência declarando: “Sou muito sistemática. Você será sempre bem recebida aqui em casa. Mas sair daqui para participar de reuniões, festas eu não gosto. Por isso eu não vou”.



Figura 11: Roda de Conversa A voz das Matriarcas

Nessa primeira roda de conversa, participaram como observadoras: Joice Camila Cardoso de Souza (30 anos) e Hemanuely Cardoso Santos (15 anos) – filhas de Dona Benedita. Também participaram como observadores: Odair Mariano da Silva (marido de Dona Josefa); Mestre Leninho, proprietário do Centro Cultural No Pé do Berimbau - que cedeu o espaço para a realização da atividade -, Fernando Antônio de Araújo (Fernando Xandó) - que contribuiu com a organização do espaço – e a equipe do Projeto Tem Quilombo nas Trilhas de Goiás – histórias, memórias e identidades no Alto Santana - fez os registros de imagens e vídeos da Roda de Conversa.

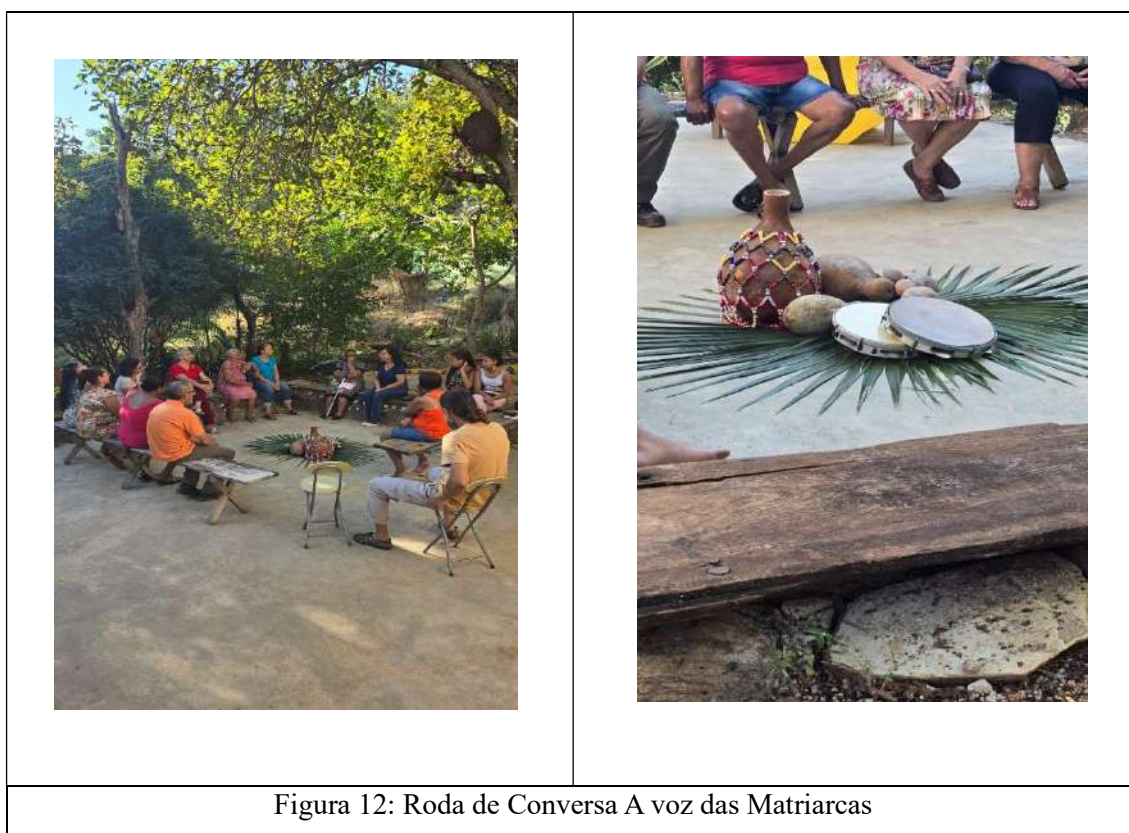


Figura 12: Roda de Conversa A voz das Matriarcas

Para a realização da roda de conversa A Voz das Matriarcas, buscamos como, como o próprio nome da atividade diz, a disposição das mulheres em forma circular. Entretanto, como no local não havia cadeiras individuais que pudessem acomodar todas as participantes. Assim, foram utilizados bancos rústicos e a roda assumiu forma de quadrado. Contudo, os sentidos propúnhamos com a circularidade permaneceram, quais sejam: o sentimento de presença e pertencimento; que todas podiam se olhar e se enxergar, especialmente, naquilo que as uniam, como o fato de serem mulheres moradoras de uma mesma comunidade; que naquele grupo não havia hierarquia de saberes e que tais saberes podiam ser complementares.

No primeiro momento, incentivamos a apresentação individual. Cada mulher se apresentou, dizendo seu nome completo, sua data de nascimento e há quanto tempo vivia naquela comunidade. Entretanto, a apresentação era desnecessária, entre elas, pois todas se conheciam. Observamos a existência de vínculos afetivos, de comadrio¹⁵ e de parentesco; além das manifestações de alegria pela oportunidade daquele encontro. A possibilidade dos diálogos com essas anciãs, confirmaram o que nos apontam o Coletivo de Mulheres da CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas:

Nas comunidades quilombolas os valores culturais, sociais, educacionais e políticos, são transmitidos aos mais jovens pela oralidade, e a mulher tem um papel fundamental nesta transmissão e preservação das tradições das comunidades, na manipulação das ervas medicinais, no artesanato, na agricultura, culinária, nas festas organizadas principalmente por elas, têm um papel social relevante para unir as pessoas e estabelecer vínculos de solidariedade e para transmitir experiências vividas. Estas mulheres na sua maioria têm pouco estudo, principalmente as adultas e idosas, sendo poucas que saíram da comunidade para estudar na cidade (CONAQ, 2018, p.188).

Na oportunidade as mulheres discorreram sobre a história da formação da comunidade e destacaram as manifestações culturais identificadas por elas como patrimônio cultural; norteando a definição das daquelas que deveriam ser categorizadas pela pesquisa. Tais narrativas serão aqui exposta em seguida, organizadas em dois subitens: Chupa Osso – “um lugar sagrado”, onde são registradas as narrativas que remetem à constituição da comunidade, e o Patrimônio Cultural, no qual são elencadas as manifestações culturais que são entendidas pelas matriarcas como patrimônio daquela comunidade.

2.1.2.1 Chupa Osso: *um lugar sagrado*

Dentre as participantes, a senhora Marciana foi a que, no primeiro momento, demonstrou motivação para falar. Ela argumentou que apesar de não ser a mais velha daquele grupo, ela se considerava a pessoa mais velha daquela comunidade pelo fato de ter nascido naquele lugar. Marciana é filha da Dona Honória Teixeira da Cruz (falecida),

¹⁵ Aqui nos referimos à relação de afinidade e cordialidade. No dicionário, só encontramos esse significado na forma masculina: compadrio. Mas aqui, fizemos a escolha de fazer a flexão de gênero e grafar o vocábulo no feminino.

uma mulher que tem uma grande presença na memória da comunidade por ter sido benzedeira, rezadeira e inspiradora de várias das expressões culturais que ainda são realizadas na comunidade.

Marciana relatou: “Isso tudo aqui era uma invasão. Era tudo muito pobre. As famílias tinham poucos recursos financeiros e as mães lutavam para garantir que tivesse o que comer na mesa para seus filhos”. Ela lembrou, ainda: “O bairro não tinha infraestrutura; as ruas não eram organizadas e, muito menos, tinham asfalto; também não tinha luz, e nem água encanada”.

As demais participantes do encontro confirmavam aquelas informações. A senhora Otávia verbalizou: “Tudo era feito com muito sacrifício. Minha mãe (falou referindo-se a Maria Eva Araújo, já falecida) e outras mulheres precisavam lavar a roupa no rio. A maior parte das mulheres que viviam aqui era lavadeiras de roupas, lavavam para terem condições de dar o que comer para os filhos”. Marciana voltou a dizer que tudo era muito difícil; disse que o bairro era chamado de “Chupa Osso”. Nesse momento, Dona Delice suspirou e levantando os olhos para o alto (mirando o céu, como se estivesse em oração), completou: “Um lugar sagrado”.

Pedimos a ela que explicasse um pouco mais sobre o que ela queria dizer com aquela expressão. Dona Delice falou: “Apesar de ser um lugar onde as pessoas eram muito pobres, todo mundo se ajudava, para poder conseguir criar os filhos, dar o que comer. As pessoas eram mais unidas”. Essa manifestação foi unanimidade. Foi possível ouvir frases soltas como: “Todo mundo era amigo”; “A gente olhava os filhos umas das outras”; “Tinha aquela confiança”.

Marciana rememorou: “Nenhuma autoridade lembrava da gente. Somente lá por volta dos anos de 1980 é que a comunidade passou a ter algum tipo de assistência dos políticos”. Otávia lembrou-se de um comício que houve no bairro. E o nome de um vereador “Chico Santana” foi lembrado por elas. Segundo elas, esse vereador teria sido o responsável pelo nome do bairro passar a ser Alto Santana, pela instalação da lavanderia e por outras melhorias no bairro. Elas não souberam falar o porquê da escolha desse nome. Algumas disseram acreditar que o vereador o havia escolhido porque era o sobrenome dele.

Essa informação despertou-nos o entendimento de que conhecer a história da denominação do bairro seria um elemento importante para compor essa pesquisa. Assim, para fins de registro e memória, importa-nos relatar que buscamos junto à Câmara Municipal e à Prefeitura de Goiás os registros de tais iniciativas, pois nos sites dos dois

órgãos, tanto os autógrafos de lei quanto as leis só estão digitalizados a partir dos anos 2000.

No site do Tribunal Regional Eleitoral encontramos a relação dos prefeitos e dos vereadores eleitos no pleito de 1982¹⁶, sendo que o município de Goiás-GO, elegeu como prefeito Adélio Alves de Aguiar, PMDB, com 6.654 (seis mil, seiscentos e cinquenta e quatro) votos e uma bancada de 11 vereadores, sendo: Bento Bueno; José Rodrigues da Silva; Brasil Santana de Azevedo; Nivaldo da Silveira Barbosa; Antônio Luiz dos Santos; Francisco Santana; José Carlos Godinho Nicolau; José Maurício Lúcio Lemes; José Manoel Neto; Pedro Garcia de Almeida e Vicente Francisco de Lima.

RESULTADO DE ELEIÇÃO — FORMULÁRIO RESUMO

ELEIÇÃO MUNICIPAL DE 15 DE NOVEMBRO DE 1982

ZONA — ESTADO: GOIÁS MUNICIPIO: GOIÁS ✓

SEÇÕES:

Organizadas 84 Funcionaram 84 ELEITORADO

Não funcionaram 0/0 Anuladas 0/0 (1) Apto a votar 21.643 ✓

Votantes 16.261 ✓

CANDIDATOS ELEITOS

PREFEITO E VICE-PREFEITO

	NOME	LEGENDA OU SUBLEGENDA	VOTAÇÃO OBTIDA
PREFEITO	<u>Adélio Alves de Aguiar</u> ✓	<u>P.M.D.B. -1</u>	<u>6.654</u> ✓
VICE	<u>Genesio Alves</u>	<u>P.V.D.B. -1</u>	<u>6.654</u>

VEREADORES

(Não incluir os suplentes)

	NOME	LEGENDA OU SUBLEGENDA	VOTAÇÃO OBTIDA
1	<u>Bento Bueno</u>	<u>P.M.D.B.</u>	<u>1.191</u> ✓
2	<u>José Rodrigues da Silva</u>	<u>P.M.D.B.</u>	<u>1.048</u> ✓
3	<u>Brasil Santana Azevedo</u>	<u>P.M.D.B.</u>	<u>622</u> ✓
4	<u>Nivaldo da Silveira Barbosa</u>	<u>P.M.D.B.</u>	<u>559</u> ✓
5	<u>Antônio Luiz dos Santos</u>	<u>P.M.D.B.</u>	<u>552</u> ✓
6	<u>Francisco Santana</u>	<u>P.M.D.B.</u>	<u>541</u> ✓
7	<u>José Carlos Godinho Nicolau</u>	<u>P.D.B.</u>	<u>430</u> ✓
8	<u>José Maurício Lúcio Lemes</u>	<u>P.M.D.B.</u>	<u>471</u> ✓
9	<u>José Manoel Neto</u>	<u>P.D.S.</u>	<u>437</u> ✓
10	<u>Pedro Garcia de Almeida</u>	<u>P.D.B.</u>	<u>396</u> ✓
11	<u>Vicente Francisco de Lima</u>	<u>P.D.S.</u>	<u>300</u> ✓
12			
13			
14			
15			

Figura 13: Resultado das eleições municipais, no ano de 1982 (TRE)

¹⁶ Disponível em https://apps.tre-go.jus.br/eleicoes-antigas/00031_19821115.pdf, p.139.

Em pesquisa realizado junto à Câmara de Vereadores, identificamos que, dentre os vereadores eleitos naquele pleito, os vereadores Bento Bueno e Francisco Santana foram os que apresentaram projetos de lei voltados para o atendimento das demandas daquela comunidade. Atendendo a nossa solicitação, a Secretaria da Câmara Municipal de Goiás entregou-nos cópias de alguns registros do Livro Ata, das Sessões em Plenário, realizadas no período de legislatura dos referidos parlamentares. Aqui destacamos o Projeto de Lei Nº 06/84, que aprova a denominação do “Chupa Osso” em Bairro Alto Santana, de iniciativa do vereador Francisco Santana.

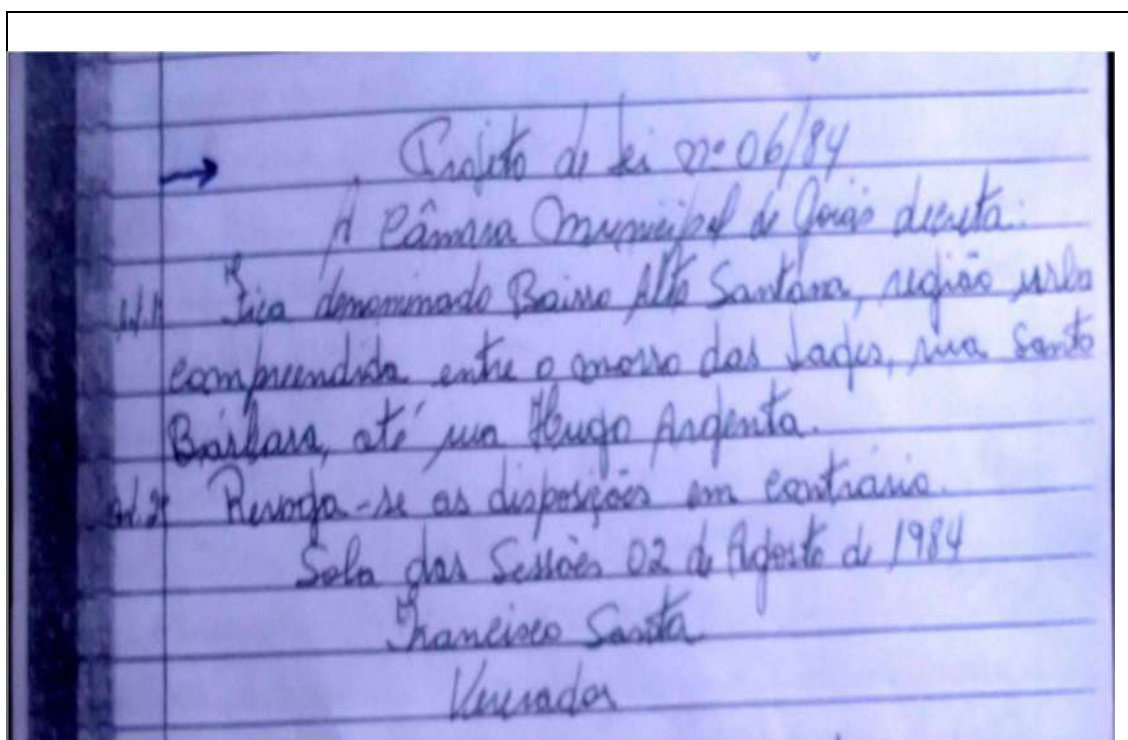


Figura 14: Livro de Registro da Secretaria Legislativa da Câmara Municipal de Goiás

Infelizmente, em função de reforma no setor de Arquivo da Câmara Municipal de Goiás, não tivemos acesso ao referido projeto de lei na sua íntegra. Nossa expectativa era de que, tendo acesso ao referido documento, poderíamos ler a justificativa que o fundamentava. Contudo, os documentos passariam por uma nova catalogação. O que não ficou pronto a tempo de concluirmos esse trabalho.

Outro documento que entendemos importante é o Projeto de Lei Nº 07/84, que dá nome à Rua Alto Santana, também de iniciativa do vereador Francisco Santana.

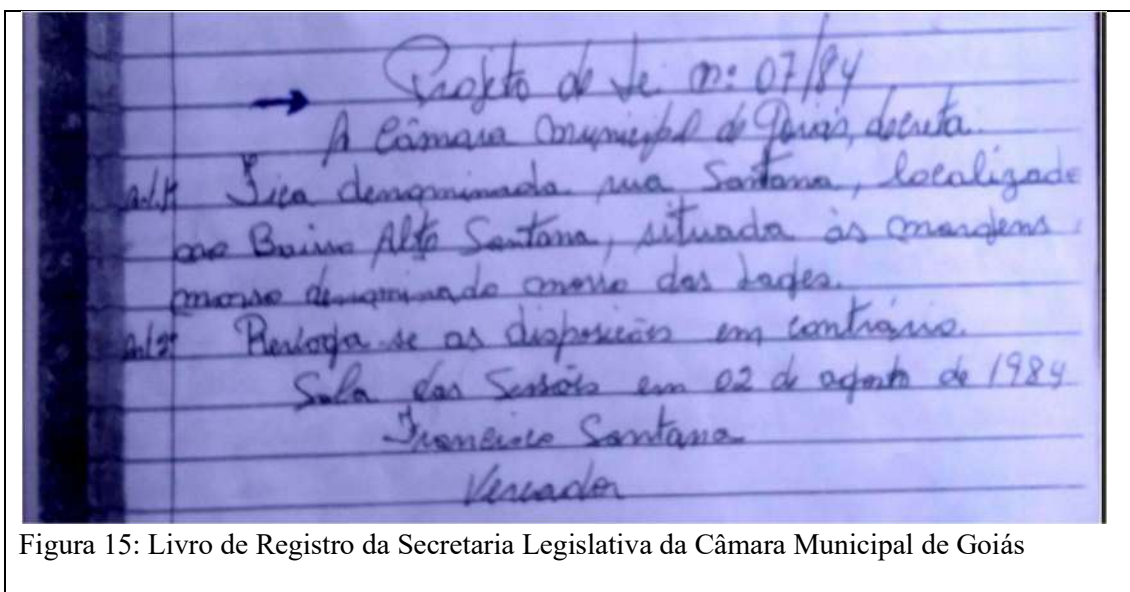


Figura 15: Livro de Registro da Secretaria Legislativa da Câmara Municipal de Goiás

Junto à Prefeitura, após solicitação ao Departamento de Controle Interno, tivemos acesso às referidas iniciativas sancionadas pelo prefeito Adélio Alves de Aguiar:

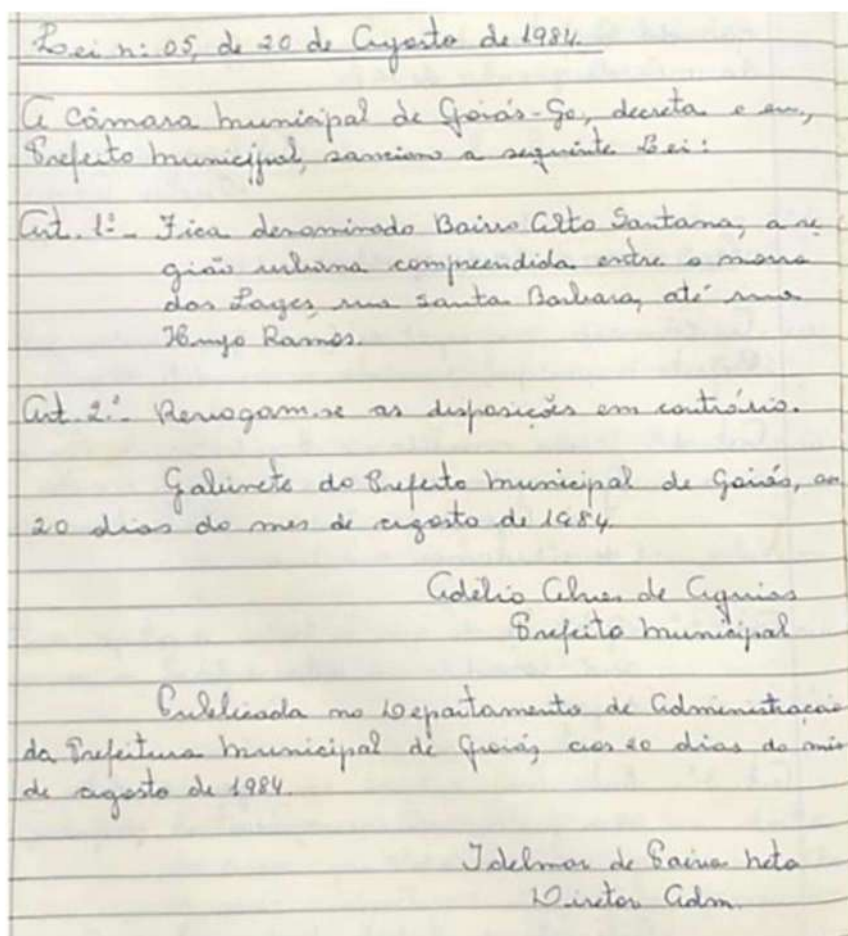


Figura 16: Arquivo da Secretaria de Controle Interno da Prefeitura de Goiás

Lei n.º 06 de 20 de Agosto de 1984.

A Câmara Municipal de Goiás - Go, decreta e eu,
Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica denominada rua Santana, localizada
no Bairro Alto Santana, situada às margens
do rio denominado rio das Lagoas.

Art. 2.º Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Goiás, aos
20 dias do mês de agosto de 1984.

Adelino Alves de Aguiar
Prefeito Municipal

Publicada no Departamento de Administra-
ção da Prefeitura Municipal de Goiás, aos 20 dias do
mês de agosto de 1984.

Idelmar de Sousa Neto
Diretor Adm.

Figura 17: Arquivo da Secretaria de Controle Interno da Prefeitura de Goiás

Outras iniciativas parlamentares que foram identificadas por meio das informações repassadas pela Secretaria da Câmara de Vereadores estão: solicitações de instalação de rede de água e energia elétrica (estes de iniciativa do vereador Bento Bueno), bem como de acesso à cesta básica de alimentos da COBAL - Companhia

Brasileira de Alimentos¹⁷, sendo esse último de autoria do vereador Valderi Marques Ferreira.

Requerimento n.º 21/85

Excmo. Sr.
Presidente da Câmara Municipal
nesta

O Vereador que este subscreve vem,
com o devido respeito, após a aprovação do ple-

maio, solicitar de V. Exa. se digne iniciar que
ao Sr. Dr. Vanderlei de Oliveira pelo blo. Si-
sidente do Saneamento para que o mesmo
faça possibilidade de colocar uma rede
de água nas seguintes localidades, sua E.
delia Pira, Vila Romana, Vila Lions e Co-
ro Alto, Santana.

Justificativa:

Sr. Presidente, Srs. Vereadores, como
conhecimento de todos, os moradores existentes
nestas localidades, sofrem a falta deste pa-
cioso líquido.

Sala das Sessões 01 de Fevereiro de 1985

Bento Bueno
Vereador

Figura 18: Livro de Registro da Secretaria Legislativa da Câmara Municipal de Goiás

¹⁷ Órgão do Ministério da Agricultura, criado em 1962 e extinto em 1990, que tinha o objetivo de promover o abastecimento estatal de artigos hortifrutigranjeiros, assim abrindo postos de varejo por todo o país.

Requerimento nº 57/86

Exmo. Senhor
 Antônio Luiz dos Santos
 Presidente da Câmara Municipal
 nesta

O subscritor do presente, Vereador nesta
 Câmara Municipal, vem com respeito, na forma
 regimental, após concordância do soberano Pleno
 solicitar de V. Exa, emio de ofício ao ilustre senh
 br. Wanderley de Oliveira Melo, Presidente da Sa
 noção, ao sentido de colocar redes de água, na
 Vila Lions, Bairros Aeroporto, Bonópolis e Alto
Santana nesta Cidade

Câmara Municipal de Goiás, sala das
 sessões, em 02 de Junho de 1986.

Bento Bueno
 Vereador

Justificativa:
 Sr. Presidente e Srs. Vereadores, esta
 justa reivindicação, merece ser estudada com
 todo carinho, pois é um apelo de todos nós
 e principalmente, dos moradores dos referidos

Figura 19: Livro de Registro da Secretaria Legislativa da Câmara Municipal de Goiás

Requerimento nº 54/89

Exmo. Senhor
 Sr. Baulmeir Borges
 Presidente da Câmara Municipal
 nesta:

O vereador como o presente assina, além au

ferimento legal, com o respeito devido, após deli
 qüo do plenário, solicito de V. Exa, emio de
 ofício ao ilustre Superintendente do Celul, ao
 sentido que o mesmo envie a cidade de Goi
 as dois caminhões do Celul para vender seus pro
 dutos, para que essas vendas funcionem, no par
 que Celul e bairro Alto Santana, permanecendo
 atual assimilar atendendo ao preço que os de
 Celul bairro Goiás Fundada, e seja estudada a
 possibilidade de se ter também vendida a esta
 música do Celul.

Sala das sessões da Câmara Municipal
 de Goiás, em 15 de fevereiro de 1989.

Valdemir Marques Pereira
 Vereador

Figura 20: Livro de Registro da Secretaria Legislativa da Câmara Municipal de Goiás

Tais documentos ilustram as narrativas das matriarcas de que a região era habitada por famílias empobrecidas e marginalizadas. Entretanto, apesar de toda dor e de toda luta vivida, apesar da nomenclatura estigmatizante e preconceituosa de “Chupa Osso”, foi possível identificar que para as anciãs essa expressão remete à memória do tempo em que as dores eram mola propulsora para a união e a resistência.

Identificamos que o “Chupa Osso”, para elas, é lugar sagrado é lugar de memória. Por isso, ousamos dizer que para algumas das mulheres mais velhas - como Dona Xica, que insiste em dizer: “Aqui é o Quilombo do Chupa Osso” – há um conflito entre almejar o respeito aos seus direitos humanos e o receio do apagamento da memória daquilo vivido e que compõe a sua história. As reflexões de Nora (1993) contribuem para compreender essas contradições:

Porque, se é verdade que a razão fundamental de ser um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para – o ouro é a única memória do dinheiro – prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só se vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações (Nora, 1993, p. 22).

A percepção desse sentimento contraditório foi um elemento que contribuiu para a delimitação da nossa pesquisa. Identificamos que, apesar de todo o movimento importante e necessário para se pensar ações que culminem com políticas públicas que promovam a igualdade de direitos, há por parte das anciãs e dos detentores do saber popular uma preocupação com o apagamento da memória, que tem no Bairro Alto Santana, especialmente, na Rua Alto Santana sua representação.

Dessa forma, decidimos que o recorte necessário para delimitar a pesquisa teria como foco as expressões culturais que ao longo das gerações são reproduzidas naquela comunidade, ou mais precisamente, aquelas que têm na Rua Alto Santana, seu lugar de referência. Para tanto, tomando o cuidado de não influenciar nas respostas, indagamos para as mulheres sobre o que acontece na comunidade e que para elas pode ser reconhecido como patrimônio - tendo como referência as categorias elencadas pelo IPHAN, quais sejam: lugares, objetos, celebrações, formas de expressão e saberes.

Na categoria lugares, as anciãs destacaram o Morro das Lajes e a Lavanderia Pública. Na categoria saberes foi lembrado o Bolo de Arroz de Dona Honória. Na categoria objetos, foram destacadas a arte com cerâmica da Dona Xica. Na categoria

celebrações, foram classificadas a Festa da Folia de Reis e a Festa de São Sebastião. Na categoria formas de expressão, foi destacada a Capoeira.

Assim, a Roda de Conversa A Voz das Matriarcas direcionou o percurso que essa pesquisa deveria seguir para inventariar as manifestações culturais existentes no Quilombo Alto Santana, tendo como recorte aquelas que acontecem na Rua Alto Santana.

2.2. NA ÚLTIMA RUA O INÍCIO DE TUDO

Mencionamos anteriormente que a Cidade de Goiás possui uma riqueza cultural que se manifesta de diferentes formas - sejam elas na música, no artesanato, no teatro, na poesia, na dança, nas celebrações. É comum encontrar pela cidade pessoas em volta de um violão, de um tambor ou de um pandeiro. Além das tradicionais serenatas ao luar, a cidade também é referência por seu Carnaval de marchinhas, de blocos e de escolas de samba.

Entretanto, observamos que no Alto Santana as expressões culturais estão intimamente ligadas às tradições familiares, que vão passando por gerações. A exemplo disso, se traçarmos um itinerário das manifestações culturais enumeradas pelas anciãs como patrimônio cultural, constataremos que todas acontecem na Rua Alto Santana.

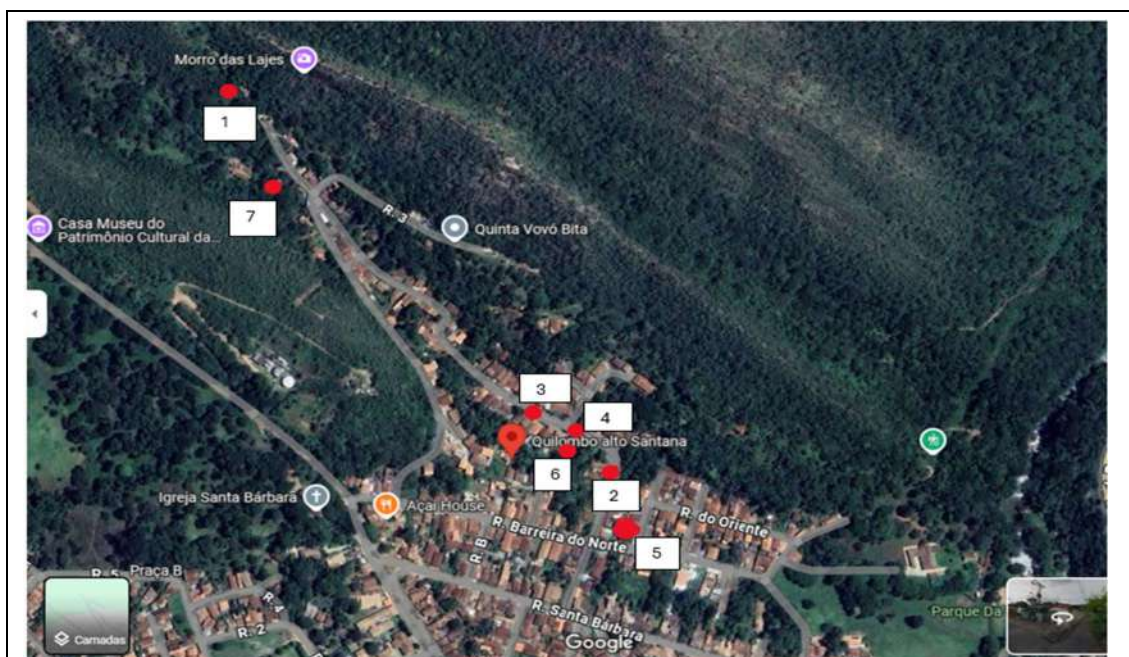


Figura 21: Vista aérea dos Setores Alto Santa e Santa Bárbara – Disponível em <https://www.google.com.br/maps/place/Quilombo+alto+Santana/> - pesquisa em 20/02/2025

Legenda
1– Morro das Lajes
2– Lavanderia Pública
3 – Bolo de Arroz da Dona Honória
4 – Folia de Reis
5 – Festa de São Sebastião
6 – Ateliê da Xica
7 - Capoeira

É na última rua, que fica aos pés do Morro das Lajes, que o patrimônio cultural daquela comunidade sobrevive e se renova, como Nêgo Bispo¹⁸ deixou registrado: “Nós somos o começo, o meio e o começo. Existiremos sempre, sorrindo nas tristezas para festejar a vinda das alegrias. Nossas trajetórias nos movem, nossa ancestralidade nos guia” (Bispo apud Ibirapitanga, 2004). Arriscamos em dizer que essa máxima de Bispo é experienciada na comunidade do Alto Santana, ou seja, as expressões culturais são reproduzidas, especialmente, movidas pelo sentimento de preservar aquilo que remete à fé e a história de cada pessoa, como se tais práticas simbolizassem um elo entre quem já foi, quem está e quem será; reproduzindo a circularidade do saber. Retomando as reflexões de Nora:

É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos. Não mais inteiramente a vida, nem mais inteiramente a morte. Como conchas na praia quando o mar se retira da memória viva (Nora, 1993, p. 13).

¹⁸ Antônio Bispo dos Santos, o Nêgo Bispo – quilombola, poeta, escritor, ativista político dos movimentos sociais, escreveu artigos e livros sobre a luta do povo negro; morreu em 03/03/2023, aos 63 anos.

Dessa forma, buscando contribuir a visibilidade desse saber circular, é que, nesse trabalho, demos ênfase nas expressões do patrimônio cultural especificado pelas anciãs. Contudo, é necessário destacar que no Quilombo Alto Santana existem outras manifestações culturais que são relevantes e que compõem a vida da comunidade, como: a Festa de Santa Bárbara, o Bloco Pilão de Prata, a Festa Junina, o Natal Solidário, dentre outras. Entretanto, para fins de delimitação da pesquisa, fizemos a escolha pelo recorte daquelas que foram especificadas pelas mulheres mais velhas.

Para fins desse inventário, conforme exposto, classificamos o patrimônio cultural pesquisado seguindo as orientações das categorias elencadas pelo IPHAN (2016). Dessa forma, nos itens que se seguem, discorremos sobre as seguintes categorias e seus respectivos bens culturais, na seguinte ordem: 1) Categoria Lugares: o Morro das Lajes e Lavanderia Pública Santana; 2) Na categoria saberes: o Bolo de Arroz de Dona Honória; 3) Na categoria celebrações: a Festa da Folia de Reis e a Festa de São Sebastião; 4) Na categoria objetos: a arte com cerâmica da Dona Xica; 5) Na categoria formas de expressão: a Capoeira.

2.2.1. Categoria Lugares

Acreditamos que, quando vivemos em uma determinada região, cidade ou país, armazenamos em nossa memória registros das experiências vividas, sejam elas boas ou ruins. Se somos convidados(as) a rememorar aquele tempo vivido, muitas vezes, podemos elencar um conjunto de situações, encontros, emoções, significados, dentre outros elementos, que nos reportam àquele período. Dessa forma, os lugares para uma comunidade são importantes de serem inventariados, pois são referências da história vivida e “podem significar novas descobertas, novos bens de nosso patrimônio que merecem ser cuidados” (Florêncio, 2016, p. 32).

A história oral identificada por meio dos relatos das anciãs mostrou-nos que o Morro das Lajes e a Lavanderia Pública Santana são lugares que reúnem muitos significados para a forma de viver em comunidade. O primeiro representou tanto espaço para se viver e coexistir no mundo, mesmo em condições rudimentares, como alternativa para a complementação da renda. O segundo, trouxe perspectiva de trabalho mais digno e seguro. Assim, tais lugares mereceram destaque nesse inventário e sendo apresentados a seguir.

2.2.1.1. O Morro das Lajes

Como mencionamos, a formação do Bairro Alto Santana deu-se em função da segregação econômica, social e territorial, em função das relações raciais e de trabalho. Identificamos que a ocupação da região aconteceu, inclusive, incentivada pela gestão municipal, à época, para dar passagem ao “progresso”, como rememorado por Dona Delice.

Aos pés do Morro das Lajes a comunidade foi se consolidando de forma rudimentar, em habitações sem estruturas adequadas para acomodar seus(suas) moradores(as), sem sistema de abastecimento de água e energia elétrica; onde a miséria e o sofrimento ficavam fora do alcance da visão. O processo de ocupação para fins de moradia do local, pode ser associado à concepção de racismo ambiental, pois são as comunidades marginalizadas que “sofrem os impactos negativos da degradação ambiental e da falta de acesso a recursos naturais e serviços ambientais, enquanto as populações mais privilegiadas usufruem de uma maior proteção ambiental e melhores condições de vida” (CEE-FIOCRUZ, 2023).

O Morro das Lajes, por muitos anos, além de ser o abrigo, foi também fonte de sustento para as famílias que ali chegavam. Como disse Dona Xica: “Minha filha, esse morro deu tudo que a gente precisou. Deu as ervas pra gente curar as doenças. Deu a madeira para cobrir o telhado da nossa casa. Deu a terra pra fazer os tijolos de adobe. Deu as lajes para fazer as calçadas. As paredes da cisterna da lavanderia foi toda coberta com as pedras do morro”.

Dona Delice rememorou: “Era do morro que a gente tirava o capim para fazer colchão, travesseiro. Tirávamos o capim para o nosso uso e para vender na cidade. As garrafadas, que eram o nosso remédio, eram preparadas com as ervas do morro”. Dona Otávia verbalizou: “Acredito que em toda a cidade tem pedra desse morro. Ele é importante não só para nós, mas toda a cidade”. A casa de Dona Otávia está localizada em um terreno reconhecido como zona rural. Ela possui escritura do imóvel, que antes dela, teria sido de propriedade de seu pai. Nesse terreno há muitos pés de cajuzinho do cerrado, que, em época de colheita do fruto, é fonte de renda extra para a senhora, que comercializa a massa da fruta para doceiras; além de extrair o suco, que é comercializado com sorveterias e lanchonetes.

Por sua vez, Dona Marciana relembrou de seu tempo de juventude, quando era comum subir o morro, para pegar frutos, ervas medicinais, capim e madeira. Ela falou com veemência: “Esse morro é o nosso principal patrimônio”!

O Morro das Lajes pode ser acessado tanto pelo Bairro Alto Santana, quanto pela Estrada Imperial¹⁹, passando pelo Parque da Carioca, que está situado às margens do Rio Vermelho, na região central da Cidade de Goiás. Pela Estrada Imperial, até chegar ao cume do morro, que possui um mirante natural, a trilha possui 1.200 metros, é íngreme e de difícil acesso às pessoas que não conhecem o percurso; a altitude máxima do mirante é de 644 metros; possibilitando uma visão panorâmica da Cidade de Goiás e grande parte da Serra Dourada (Mendonça et al, 2019, p.24).



Figura 22: Vista da Cidade de Goiás, a partir do Mirante Natural do Morro das Lajes – Do lado direito, avista-se o Cemitério São Miguel. Na parte baixa na foto, os telhados das casas do Bairro Alto Santa (Foto: Fernando Arkanjo)

¹⁹ A Trilha da Estrada Imperial percorre o traçado original da estrada explorada por bandeirantes. Eles saíam do Rio de Janeiro e de São Paulo, passavam por Paracatu, em Minas Gerais, até alcançar a Cidade de Goiás. Chamada de “Estrada do Nascente”, ela fazia parte das principais rotas coloniais do século XVIII, como o Caminho do Anhangüera (Boaventura, apud Mendonça et al, 2019, p.22).



Figura 23: Vista da Cidade de Goiás, a partir do Mirante Natural do Morro das Lajes –
Acima, avista-se a Serra Dourada (Foto: Fernando Arkanjo)



Figura 24: Vista da Cidade de Goiás, a partir do Mirante Natural do Morro das Lajes –
Ao centro, avista-se a Catedral de Santana (Foto: Fernando Arkanjo)



Figura 25: Vista da Cidade de Goiás, a partir do Mirante Natural do Morro das Lajes – Ao centro, avista-se a Igreja São Francisco (Foto: Fernando Arkanjo)



Figura 26: Vista da Cidade de Goiás, a partir do Mirante Natural do Morro das Lajes – Ao centro, avista-se o Museu das Bandeiras (Foto: Fernando Arkanjo)

Pelo Bairro Alto Santana, a trilha é mais conhecida pelas pessoas que residem na região. Por esse acesso, a trilha também é muito acidentada. No percurso até o mirante natural é possível contemplar a vegetação e animais silvestres. A paisagem é típica do cerrado, com árvores de pequeno e médio porte, que apresentam galhos retorcidos.

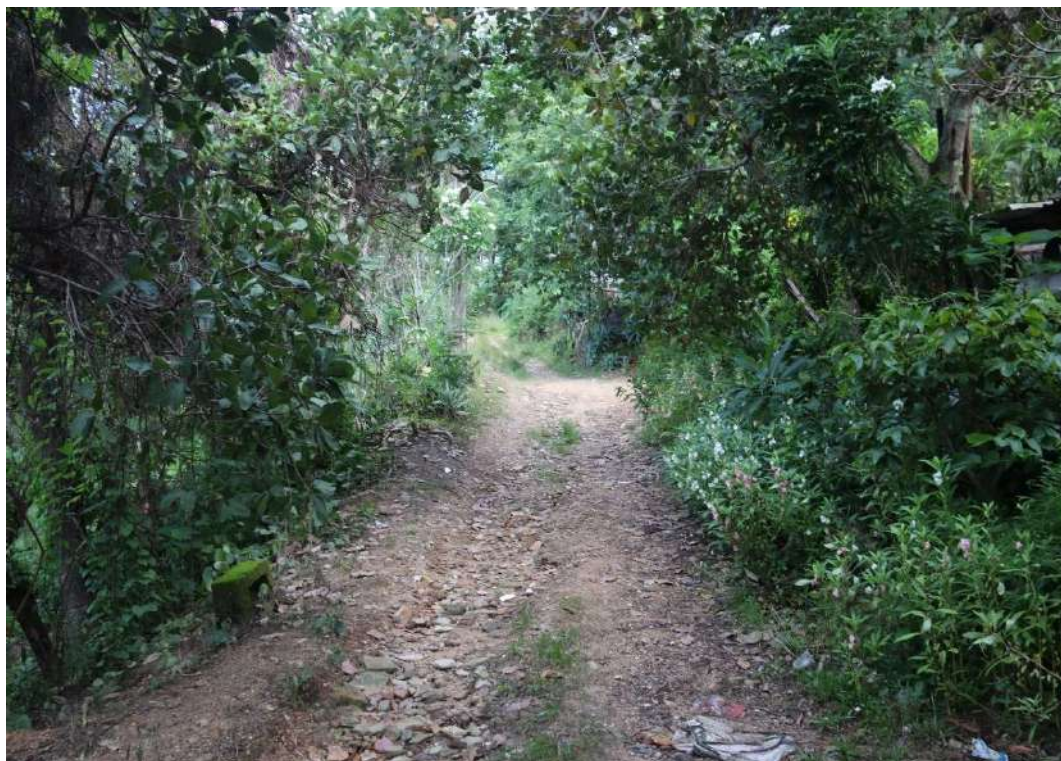


Figura 27: Trilha de acesso ao Morro das Lajes – continuação da Rua Alto Santana
(Foto: Fernando Arkanjo)

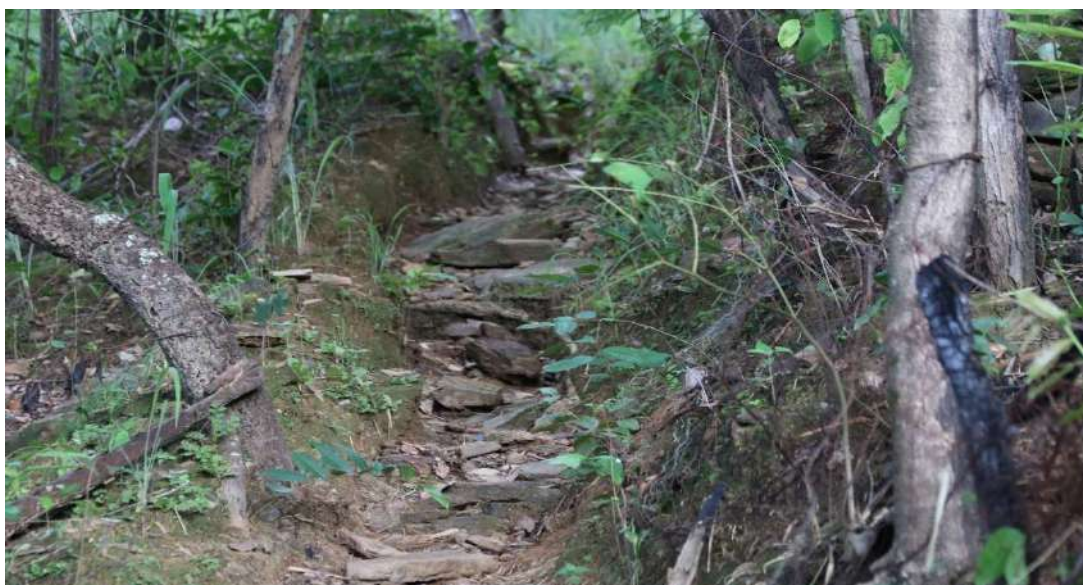


Figura 28: Trilha íngreme e com obstáculos naturais (Foto: Fernando Arkanjo)



Figura 29: Animais Silvestres (Foto: Fernando Arkanjo)





Figura 30: Paisagem Natural (Foto: Fernando Arkanjo)



Figura 31: Paisagem Natural – Terreno rochoso (Foto: Fernando Arkanjo)

O Morro das Lajes, por sua preservação natural, por sua localização próxima ao centro cidade, pela visão que ele proporciona, tem um forte potencial para compor a rota das pessoas que apreciam práticas de turismo ecológico. Entretanto, faz-se necessário que a gestão municipal: invista em estratégias de divulgação do local, como ponto turístico; promova estruturação das trilhas, com manutenção permanente e sinalização; incentive a visitação do local, associando às potencialidades para geração de trabalho e renda para a comunidade do Quilombo Alto Santana; invista na infraestrutura local, como saneamento, iluminação das vias públicas e de acesso às trilhas, e calçamento das ruas do bairro; dentre outros. Ressaltamos que esse planejamento deve ser feito tendo a comunidade como parceira e as pessoas moradoras do local como sujeitas direitos, capazes de opinarem e decidirem sobre as questões que envolvem seu cotidiano, seu jeito de viver e suas necessidades sociais, econômicas, políticas e culturais.

2.2.1.2. A Lavanderia Pública Santana

A Lavanderia Pública Santana é outro lugar que reúne um conjunto de memórias e significados para a comunidade do Quilombo Alto Santana. Ela está localizada no início da Rua Alto Santana. A Lavanderia é símbolo de uma conquista da comunidade, que era composta por muitas mulheres que tinham como ofício “lavadeira de ganho”, como diz Dona Xica, ou seja, mulheres que lavavam roupas como forma de sustento. Sobre as atividades de trabalho e renda realizadas pelas mulheres, Brandão (1977), em pesquisa realizada no início dos de 1970, identificou os seguintes dados:

Há trinta e seis lavadeiras com um rendimento mensal raramente superior a Cr\$ 120,00 por uma quantidade em geral muito grande de “libras de roupa” lavadas. Doze são empregadas domésticas, jovens ainda e filhas do casal, ou viúvas que residiam na casa dos patrões (há muito mais empregadas domésticas “de cor”, inclusive vindas diretamente das fazendas). Cinco mulheres são “biscateiras” de baixo nível e duas delas catam capim para fabrico de colchões de palha. A nível de trabalho qualificado, foram achadas quatro paneleiras, uma enfermeira (não formada) e uma professora primária. Sessenta e seis mulheres não trabalham “para fora” porque a quantidade de filhos menores obriga ao exclusivo trabalho de casa, ou porque o salário do marido é julgado suficiente (Brandão, 1977, p.79).

Assim, observamos que trabalhar como lavadeira era a principal fonte de renda das mulheres. Trabalho que era realizado com muita dificuldade, pois no bairro não havia rede de água; fazendo com que as lavadeiras se deslocassem até o Rio Vermelho, onde

atualmente é o Parque da Carioca, com a trouxas de roupas na cabeça, para que pudessem exercer o seu ofício. Antes dos anos 90, era comum a presença de diversas mulheres à beira do rio, com suas trouxas de roupas e suas crianças, sob sol forte, esfregando, batendo, quarando²⁰ e secando as roupas nas pedras do rio.



Figura 32: Lavadeiras no Rio Vermelho – Foto de Leandro Caetano
– Reproduzida e exposta no mural do Ecomuseu, situado do Parque da Carioca, Cidade de Goiás-GO

As anciãs relataram que para amenizar a falta da rede de água, por iniciativa de algumas famílias - especialmente, da mãe de Dona Xica, Tereza do Rosário Barros, e do pai de Dona Candinha, Américo Souza Jesus -, foi construído um poço, para o suprimento da água. Segundo Dona Marciana, em função da construção da lavanderia, o poço foi fechado, porém está preservado; sendo que sua água é límpida, conforme destacado pelas mulheres.

A pesquisa documental junto à Câmara de Vereadores identificou o envio da Mensagem do prefeito Adélio Alves de Aguiar, solicitando autorização para a doação de terreno à Fundação Legionárias do Bem-Estar Social²¹ para a construção da Lavanderia Pública Santana.

²⁰ Expressão utilizada para se referir ao hábito de colocar as roupas expostas ao sol para clareá-las.

²¹ Entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Goiânia e jurisdição em todo território do Estado, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, rege-se pelo disposto neste Estatuto, no seu Regimento e na legislação civil pertinente Decreto Nº 2.409/09/1984. Hoje,

seguinte Lei:

1º É autorizada a Prefeitura Municipal de Goiás a doar um terreno de construção urbana à Fundação Legiãoários do Bem-Estar Social, instituída pela Lei Estadual nº 8838, de 04 de junho de 1980, com nova denominação dada pela Lei Estadual 9347 de 21 de julho de 1983, para a construção e funcionamento de uma lavanderia pública.

2º O terreno mencionado no artigo 1º desta Lei possui área de 219,00 m² (duzentos e dezanove) metros quadrados, localiza-se na Rua Santana, nesta cidade, possuindo os seguintes limites e confrontações:

I Frente - 23,70 m (vinte e três metros e setenta centímetros) para a Rua Santana.

II Fundos - 6,00 m (seis metros); 12,50 m (doze metros e cinquenta centímetros) e 9,50 m (nove metros e cinquenta centímetros) para o lote 0006, quadra 007, setor 011, de propriedade do Sr. Heqquim Roqueira da Silva.

III Lado Direito - 5,50 m (cinco metros e cinquenta centímetros) para a Rua Santana.

IV Lado Esquerdo - 10,30 m (dez metros e trinta centímetros) para a Rua Santana.

3º Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fornecido pela mensagem nº 06/84 do Sr. Prefeito Municipal.

Prefeito da Lei nº 09/84

Autoriza a Prefeitura Municipal de Goiás e a Câmara Municipal de Goiás a celebrarem convênio com

Figura 33: Livro de Registro da Secretaria Legislativa da Câmara Municipal de Goiás

extinta. Sendo que, na estrutura da administração pública do estado de Goiás, a atuação correspondente é feita pela Organização das Voluntárias do Estado de Goiás – OVG.

Junto ao arquivo da Prefeitura, não localizamos a referida lei. Contudo, a existência da lavanderia é a confirmação de que tal tratado foi firmado. Na edificação, existem duas placas: uma registra a inauguração, no ano de 1984 e outra de sua reforma, no de 1992.



Figura 34: Placa de Inauguração (Foto: Fernando Arkanjo)



Figura 35: Placa de Reestruturação (Foto: Fernando Arkanjo)



Figura 36: Fachada da Lavanderia Pública Santana (Foto: Fernando Arkanjo)



Figura 37: Disposição dos Tanques da Lavanderia Pública Santana (Foto: Fernando Arkanjo)



Figura 38: Disposição dos Tanques da Lavanderia Pública Santana (Foto: Fernando Arkanjo)



Figura 39: Poço original feito pela comunidade, localizado no terreno da Lavanderia Pública Santana (Foto: Fernando Arkanjo)

Segundo o relato das mulheres, a lavanderia contribuiu em muito para que as lavadeiras tivessem mais dignidade ao trabalhar. Dona Xica, que mora bem próximo (duas casas acima) lembrou: “Antigamente todos os tanques ficavam cheios de lavadeiras”. Pois, inexistia o sistema de abastecimento pública de água nas residências. O que continuou sendo pauta na Câmara Municipal, conforme as iniciativas que os documentos seguintes registram:

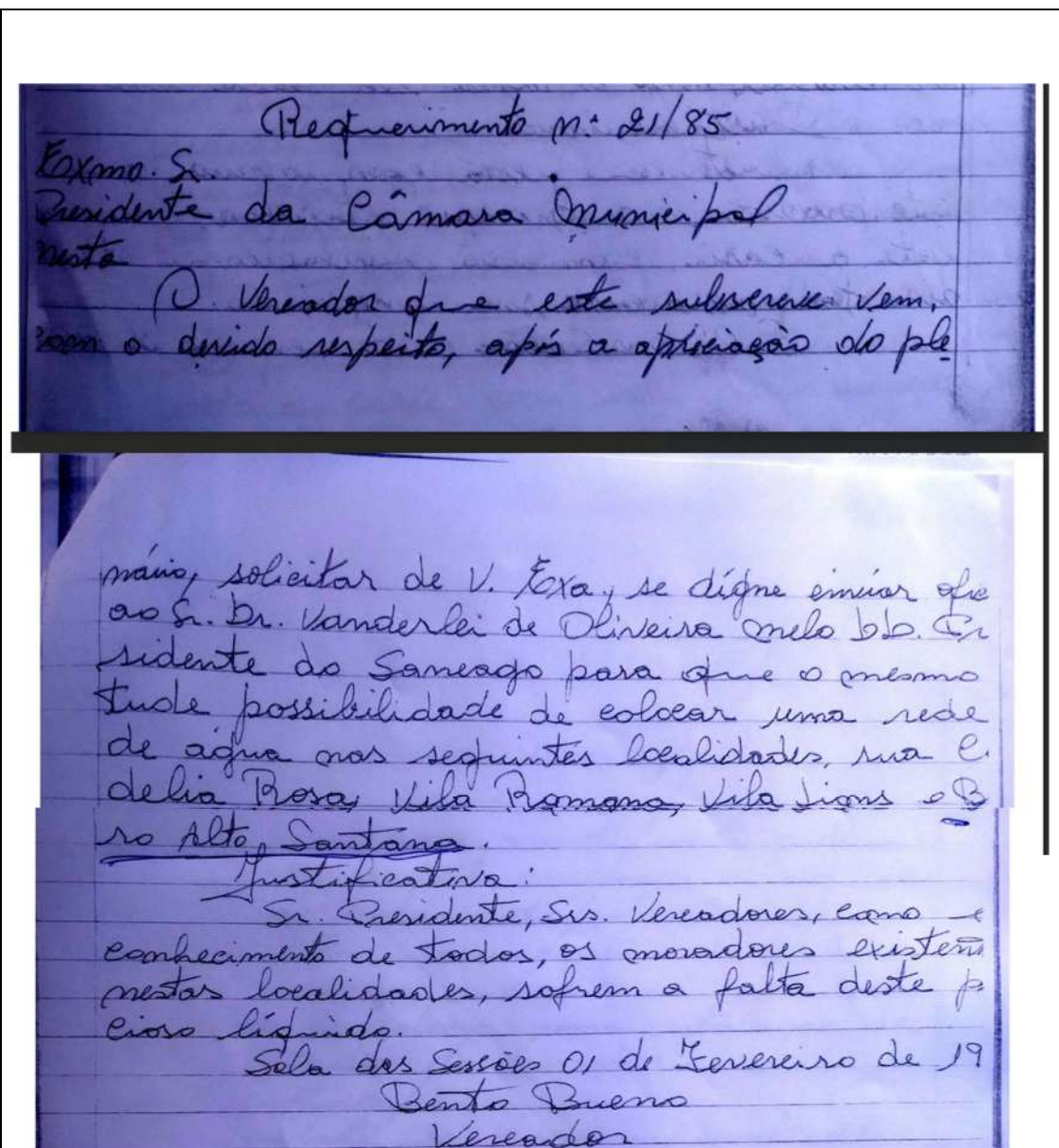


Figura 40: Livro de Registro da Secretaria Legislativa da Câmara Municipal de Goiás

Requerimento nº 57/86

Exmo. Senhor
 Antônio Luiz dos Santos
 D.D. Presidente da Câmara Municipal
 nesta

O subscrito do presente, Vereador nesta
 Câmara Municipal, vem com respeito, na forma
 regimental, após concordância do soberano Plenário
 solicitar de V. Exa., em nome de ofício ao ilustre senh.
 Sr. Wanderley de Oliveira Melo, Presidente da Sa.
 creta, no sentido de colocar redes de água na
 Vila Lions, Bairros Aeroporto, Bonidópolis e Alto
Santana nesta Cidade

Câmara Municipal de Goiás, sala das
 sessões, em 02 de junho de 1986.

Bento Bueno

Vereador
 Justificativa:

Sr. Presidente e Srs. Vereadores, esta
 justa reivindicação, merece ser estudada com
 todo carinho, pois é um apelo de todos nós
 e principalmente, dos moradores dos referidos

Figura 41: Livro de Registro da Secretaria Legislativa da Câmara Municipal de Goiás

No ano de 1995, é inaugurado Sistema de Abastecimento de Água Alto Santana, como demonstra a placa fixada em uma pequena edificação instalada ao lado da Lavanderia Pública Santana:

Requerimento Nº 100/86

Exmo. Sr.
 Antônio Luiz dos Santos
 D.D. Presidente da Câmara Municipal
 Cidade de Goiás

O abaixo assinado, Vereador nesta Casa de
 Leis, vem com respeito, de acordo com as formalidades
 legais, depois da apreciação do Plenário, solicitar de
 V. Exa., expediente ao Sr. Adélis Alves de Aguiar, D.D. Pre-
 feito Municipal, no sentido de colocar luminárias e
instalar um Chafariz no Bairro Alto Santana nesta

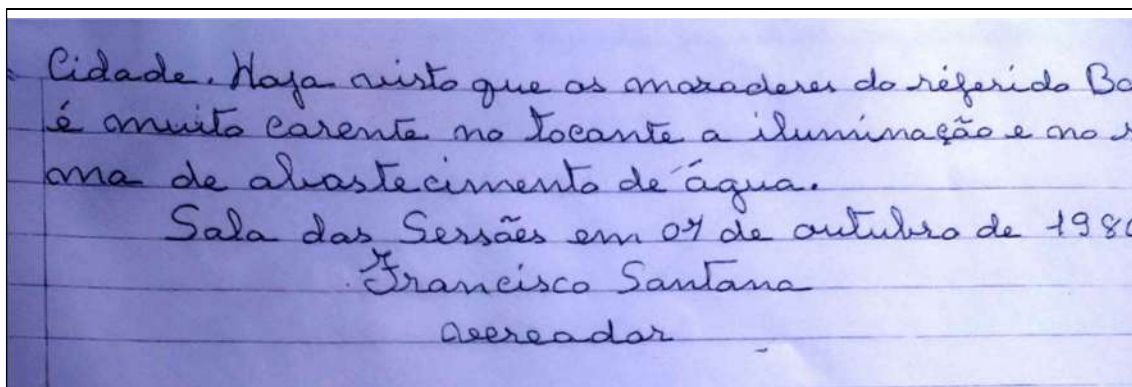


Figura 42: Livro de Registro da Secretaria Legislativa da Câmara Municipal de Goiás



Figura 43: Inauguração do Sistema de Abastecimento de Água - localizado no terreno da Lavanderia Pública Santana (Foto: Fernando Arkanjo)

Na medida em que as casas eram abastecidas com a água e com o advento das máquinas de lavar roupas, o uso da lavanderia foi diminuindo. Conforme Dona Xica: “Pelo que sei, acho que apenas umas três pessoas usam a lavanderia com frequência. Eu, mesmo tendo máquina de lavar em casa, para economizar a água e a luz, às vezes, costumo usar a lavanderia. Mas aquelas pessoas que moram mais pra cima do morro, é mais fácil lavar a roupa em casa”.

Como pode ser observado nas fotos, a lavanderia precisa de uma nova reforma. Mesmo que tenha reduzido o número de pessoas que fazem uso dela para sua finalidade principal, com uma nova estruturação do espaço, a lavanderia, além de continuar oferecendo a possibilidade de lavagem de roupas, pode vir a ser um espaço de convivência da comunidade, bem como: de reuniões, de realização de cursos, dentre outras possibilidades que a própria comunidade pode enumerar, conforme as suas necessidades. Entretanto, como muito frisado pelas mulheres é importante que se preserve o poço, pois ele é a uma das representações dos tempos difíceis de trabalho, luta e resistência.

2.2.2. Categoria Saberes

Quando temos a oportunidade de contato com o conjunto de pessoas, que trazem no corpo, nos rostos e nas mãos as marcas dos tempos vividos, somos agraciados(as) com o privilégio de conhecer histórias guardadas, adormecidas nas memórias e nos corações. Ao reunir as anciãs para uma roda de conversa foi possível identificar que cada uma delas tinha um saber, seja uma receita de chá para curar cólica de crianças ou um benzimento para curar espinhela caída²².

Entretanto, como saber especial que se constitui como referência cultural para a comunidade foi destacado por elas o Bolo de Arroz da Dona Honória. Segundo elas, toda a reza, toda Festa de Folia de Reis, toda Festa de São Sebastião era esperado que Dona Honória fizesse aquela iguaria. O Bolo de Arroz da Dona Honória representa a memória afetiva tanto pelo sabor quanto pela oportunidade de geração de renda para algumas famílias.

Para conhecer as particularidades desse saber, suas dimensões entre o sabor e a subsistência, contamos com a colaboração de Dona Marciana²³, filha de Dona Honória, que se dispôs a relatar a história de sua mãe (hoje falecida), o costume e a receita do bolo de arroz, bem como sobre a relação que Dona Honória estabelecia com as crianças do bairro, por meio dessa atividade de renda.

²² Expressão popular para se referir a dor no peito, nas costas e pernas causada por esforço físico.

²³ Marciana Teixeira da Cruz, concedeu-nos entrevista no dia 14/12/2024, em sua casa, situada na Rua Alto Santana.

2.2.2.1 - O Bolo de Arroz da Dona Honória

Falar da receita do bolo de arroz da Dona Honória, ou “Tia Honória”, como muitas pessoas se referem a ela, despertou-nos o desejo de conhecer sobre a história de quem o criou, especialmente porque, como será possível identificar nas páginas seguintes, a referida senhora faz parte da memória das pessoas que vivem no Quilombo Alto Santana.

Gentilmente, Marciana rememorou aspectos da vida de sua mãe, emocionou-se durante o seu relato e fez reflexões importantes sobre o “sistema em que foi criada” e as dificuldades enfrentadas pelas famílias empobrecidas, bem como sobre as condições de ser mulher em uma sociedade machista.

Honória Teixeira da Cruz nasceu em 30/09/1933, na zona rural do Distrito de Buenolândia, Goiás-GO, e faleceu em 04/07/2002, em função de complicações de saúde, por ter sido acometida por Tuberculose²⁴. A filha não soube precisar em que ano a mãe mudou-se para o Alto Santana, mas sabe que foi em função do casamento com seu pai e que ela, Marciana, havia nascido naquele local (há 68 anos). Quando Marciana estava com 05 anos, Honória separou-se do marido; tendo criado a filha sozinha.

Entretanto, Marciana destacou que Dona Honória, além dela, criou outros três sobrinhos, porque a mãe deles, que era sua irmã, havia falecido e deixado as cinco crianças. Inicialmente, Honória trouxe para junto de si quatro dos sobrinhos. Porém, em função das dificuldades, teria chamado o pai destes e entregado uma das crianças. Contudo, pouco depois um afilhado também passou a morar com ela. Honória também teve mais um filho, Pio Domingos, filho de seu segundo casamento com Pio Antônio, com quem viveu por oito anos.

Segundo Marciana, apesar das dificuldades: “Deus abençoou tanto a minha mãe que, mesmo naquela dificuldade toda, nós não temos lembrança de que algum dia sequer nós tenhamos dormido sem comer; que nós não tivéssemos almoçado ou jantado. Porque sempre tinha alguma coisa para colher no quintal. Uma coisa que ela não permitia era falar eu não gosto de comer isso. A gente teve que aprender a gostar de comer o que tinha para aquele dia”.

De acordo com Marciana, apesar de muito simples, de ser uma casa muito pobre, tinha lugar para todo mundo. A edificação tinha cômodos feitos com tijolo de adobe e

²⁴ Doença infecciosa causada pela bactéria *Mycobacterium tuberculosis*, também conhecida como bacilo de Koch. A doença é transmissível e pode afetar os pulmões e outros órgãos.

com paredes feitas de pau a pique²⁵, que eram feitos por ela, a filha e os sobrinhos. Marciana lembrou, achando graça: “A casa era simplesinha e baixa. Acho que minha mãe projetava a casa pensando no tamanho dela, que era baixinha”. Em um porta-retrato, a filha guarda um desenho que foi feito da casa em que moravam.



Figura 44: Casa de Dona Honória – Foto do arquivo da família.

Dona Honória está guardada na memória da filha como uma mulher forte, que nunca esmoreceu diante das dificuldades. Uma das formas de sustento encontradas por ela foi a aquisição da barrigada, ou seja, das entranhas do gado, que ela comprava no matadouro e levava para casa para fazer a limpeza, deixando de forma adequada para o consumo, revendendo para terceiros. Também era comum ter no quintal porcos e galinhas, mas estes eram destinados, especialmente, para o consumo da família.

²⁵ Pau a pique, também conhecida como taipa de mão, taipa de sopapo e taipa de sebe, é uma técnica construtiva antiga e vernacular (artesanal com uso de materiais locais) que consiste no entrelaçamento de madeiras verticais fixadas no solo, com vigas horizontais, geralmente de bambu, amarradas entre si por cipós, dando origem a um grande painel perfurado que, após ter os vãos preenchidos com barro, transforma-se em parede.

De acordo com Marciana, era tudo muito difícil, mas tinha-se o necessário para viver. As crianças estudavam, ajudavam no trabalho da casa e, também, tinham tempo para brincar. Ela falou: “Não tinha luz. Mas a gente gostava de brincar, à noite, sob o luar”. E completou usando uma frase que, constantemente, era repetida por sua mãe: “Quem não contenta com o pouco, não pode merecer o muito”.

Dona Honória, com essa frase, longe de demonstrar conformismo diante da difícil realidade econômica, queria ensinar que se deve ser humilde e ao mesmo tempo lutar para “merecer o feijão que se come”. Segundo Marciana: “Minha mãe era uma mulher forte, acostumada com a dureza; foi criada na roça, no cabo da enxada; aprendeu que tinha que trabalhar para produzir e, assim, ela passou para nós”.

É nessa vivência de luta e resistência que Dona Honória decide passar a fazer bolo de arroz, com fins de comércio. Nessa etapa da vida, após sua aposentadoria, que aconteceu quando ela estava com 51 anos, o que era comum no cotidiano da família passou a ser fonte de renda. Por falta de recursos financeiros, o bolo de arroz era feito em formas improvisadas, seja reaproveitando latas de sardinha ou latas de óleo, que Dona Honória cortava e com o alicate fazia dobras para evitar cortes no momento do manuseio. Nada era impedimento para que ela desistisse de lutar pelo sustento.

Nesse processo, ela envolveu um conjunto de meninos, que eram da família ou da vizinhança, que vendiam o bolo de arroz de porta em porta. Marciana destacou: “Naquela época, não era proibido criança trabalhar. Os pais das famílias pobres tinham o conceito de que os filhos tinham que trabalhar logo cedo, antes que aprendessem coisa diferente. Era uma forma dos meninos ganharem um dinheirinho”. Além disso, os meninos que vendiam o bolo também vinham na expectativa de ter o que comer no café da manhã, porque como o bolo era assado na madrugada e vendido bem cedinho, Dona Honória servia café ou chá com bolo, antes deles saírem pelas ruas.

Em conversa informal, com Silvano Marques Rodrigues (conhecido como Nany), ele relatou que foi um dos meninos que vendia o bolo de arroz. Segundo ele, tinham meninos que vendiam bolo de arroz de outras pessoas, mas o grupo que vendia o bolo de arroz da Dona Honória tinha um jeito diferenciado de anunciar o produto. O que fazia com que as pessoas soubessem que aquele bolo era feito por Dona Honória. O anúncio era feito como se estivessem cantando: “Oiiiiiii bolo de arroooooiizzzz”.

Conforme Nany, o grupo era composto por cerca de oito a dez meninos. Ele, na época, tinha dez anos e junto com ele outros meninos; tendo se lembrado de alguns nomes: “Pio, Adão, Josélio, Edilson, Dery, Tião, Valdeci, Valdir”. Segundo ele, o

pagamento era feito em forma de porcentagem, de seis a sete por cento daquilo que era vendido. Além de vender o bolo, algumas vezes os meninos buscavam a lenha, serviço que Dona Honória também pagava, ou com dinheiro ou com o bolo.

Nany disse que preferia receber seu pagamento em bolo para poder levar para seus irmãos, que eram muitos, e assim ajudava a ter comida em casa. Ele demonstrou saudosismo e afirmou que teve uma infância sadia. Atualmente, está com 52 anos, afirmou não ter parentesco com a família de Dona Honória; acrescentando que a vivência da infância construiu uma amizade forte e sincera entre ele e o filho caçula de Dona Honória, Pio Domingos.

Com o passar do tempo, os meninos foram crescendo e Dona Honória foi ficando sem ter quem vendesse seus bolos e, aos poucos, ela foi deixando esse ofício. Atualmente, nenhuma pessoa da comunidade faz bolo de arroz para vender. Mas, é comum tê-lo nas festas e celebrações religiosas. Dona Marciana, única filha, aprendeu a fazer o bolo de arroz. Mas, segundo ela, não há registro da receita em nenhum escrito.

Hoje, Marciana faz o bolo de arroz para a família, especialmente para agradar aos netos. Contudo, para nos receber em sua casa, ela fez o bolo de arroz para que pudéssemos, além de conhecer a história, sentir o seu sabor.



Figura 45: Bolo de Arroz da Dona Honória – Feito por Marciana (Foto Morgana).

A receita feita por ela, foi adaptada da receita feita por sua mãe, em função da quantidade. Apesar de não ter a receita escrita, ela enumerou os ingredientes:

- ✓ 04 copos e meio de fubá de arroz;
- ✓ 02 copos de farinha de trigo;
- ✓ Coalhada para dar o ponto;
- ✓ 02 medidas de açúcar;
- ✓ 01 xícara cheia de gordura de porco;
- ✓ Erva-doce a gosto;
- ✓ Uma pitada de sal;
- ✓ 01 colher e meia de fermento em pó.

Modo de fazer:

- ✓ Colocar o fubá de arroz e a farinha de trigo em um recipiente;
- ✓ Derreter a gordura de porco (sem esquentar);
- ✓ Despejar a gordura derretida sobre o fubá de arroz e a farinha trigo (mexendo bem para não ficar encaroçada);
- ✓ Acrescentar os demais ingredientes e a coalhada (esta tem a função de dar o ponto cremoso na massa);
- ✓ Preparar a massa um dia antes de assar, para deixá-la descansar;
- ✓ Levar ao forno na manhã do dia seguinte.

Esta receita rendeu duas saborosas travessas de bolinhos, que foram assados em forma apropriada para o formato apresentado.



Figura 46: Bolo de Arroz da Dona Honória – Feito por Marciana (Foto Morgana).

É válido registrar que a conversa foi recheada pelo bolo de arroz, acompanhada por um café feito na hora.



Figura 47: Dona Marciana preparando o café para servir com o bolo de arroz (Foto Morgana)

Sobre o bolo de arroz identificamos que ele tem sabor suave, mas, também, marcante. Essa experiência sensorial, permitiu-nos perceber que a memória que a comunidade tem do Bolo de Arroz da Dona Honória traz em sua composição ingredientes que envolvem: afetividade, resiliência, resistência, solidariedade e fé. Elementos que marcaram a vida de Dona Honória e que compõem a história do Quilombo Alto Santana.

2.2.3. Categoria Celebrações

As festas e celebrações são ritos realizados por comunidades ou grupos, motivados por diferentes objetivos, mas que possuem elementos importantes que expressam o modo de viver em comunidade (Florêncio, 2016). No Quilombo Alto Santana, identificamos a tradição da realização de celebrações, como: a Folia de Reis, a Festa de São Sebastião, a Festa Junina, o Natal Solidário, dentre outras. Contudo, as duas primeiras são realizadas na comunidade por gerações, por iniciativas particulares, mas que mobilizam diferentes pessoas, especialmente, motivadas pela fé. Fazer memória a essas duas tradições - evidenciando os principais atores, as formas de organização e o sentimento das pessoas que participam dessas realizações - é que o pretendemos, nessa categoria.

2.2.3.1. A Festa da Folia de Reis

As celebrações da Folia de Reis são uma tradição das pessoas que praticam o catolicismo. Entretanto, elas acontecem independente da estrutura organizativa da Igreja Católica. No processo organizativo, os devotos são os(as) protagonistas; são eles que definem a forma do rito, as pessoas que participam e quais as suas funções.

A vivência da solidariedade que se dá através da doação de alimentos, dos grandes mutirões que preparam a comida e a torna acessível a todas as pessoas e o sentimento de pertença a um grupo que caminha de forma autônoma com suas crenças e verdades é a grande tônica da Folia de Reis (Pereira, 2007, p.56).

A solidariedade e a crença popular são os principais elementos que destacamos na realização da Folia de Reis no Alto Santana, cuja tradição se repete há mais de sessenta anos. Atualmente, a principal referência desta celebração é o casal Pio Domingos Teixeira da Cruz (54 anos) e Cleusa Custódio da Silva (51 anos). Em entrevista concedida à pesquisa, em 13 de setembro de 2024, o casal afirmou que há vinte anos realiza a Folia de Reis, para manter a tradição iniciada pelo pai de Pio Domingos, que é filho de Pio Antônio da Paixão e Honória Teixeira da Cruz (cuja história registramos quando discorremos sobre o bolo de arroz).

De acordo com o relato do casal, Pio Antônio, em função do adoecimento de uma das filhas (fruto de relacionamento anterior a Dona Honória), fez a promessa de realizar a Folia de Reis, na fé de que sua filha fosse curada. O milagre desejado por ele foi alcançado. Assim, deu-se início à tradição.



Figura 48: Reza da Folia de Reis em torno da Mesa
A mulher é Maria Eva Araújo (Dona Fia), do lado direito dela está Pio Antônio da Paixão
(Foto: Arquivo pessoal de Fernando Antônio de Araújo – Fernando Xandó)

Segundo Pio Domingos, seu pai tem descendência indígena, da região de Aruanã-GO; tendo se deslocado para a Cidade de Goiás, após ter ficado viúvo. Quando chegou na cidade, conheceu Honória (que também tinha descendência indígena), passando a se relacionar com ela. Dona Honória era muito religiosa, conhecida na comunidade como benzedeira, e acolheu com prontidão a promessa assumida por seu companheiro.



Figura 49: Honória Teixeira da Cruz – Benzimento (Foto: Arquivo pessoal de Pio Domingos)

O relacionamento de Pio Antônio e Honória findou-se após oito anos de convivência. Contudo, mesmo separados, a tradição de realizar a Festa da Folia de Reis foi mantida na casa de Dona Honória, que tinha satisfação em realizar a festa em sua casa. Com a morte dela, em 2002, Pio Domingos e Cleusa mudaram-se para a casa em que ela morava e deram continuidade a celebração. Pio Antônio morreu, no ano de 2013, aos 90 anos.

A casa de Dona Honória que era feita de adobe e pau a pique, foi demolida, dando lugar a uma edificação em alvenaria convencional, que foi sendo construída aos poucos; priorizando espaços que pudessem abrigar os festejos. Na frente e em uma das laterais, os espaços possuem telhado e aos fundos há uma grande cozinha, que, em período de festas comunitárias, é ocupada por cozinheiras e cozinheiros voluntários que se juntam motivados pela fé, ou pela solidariedade.

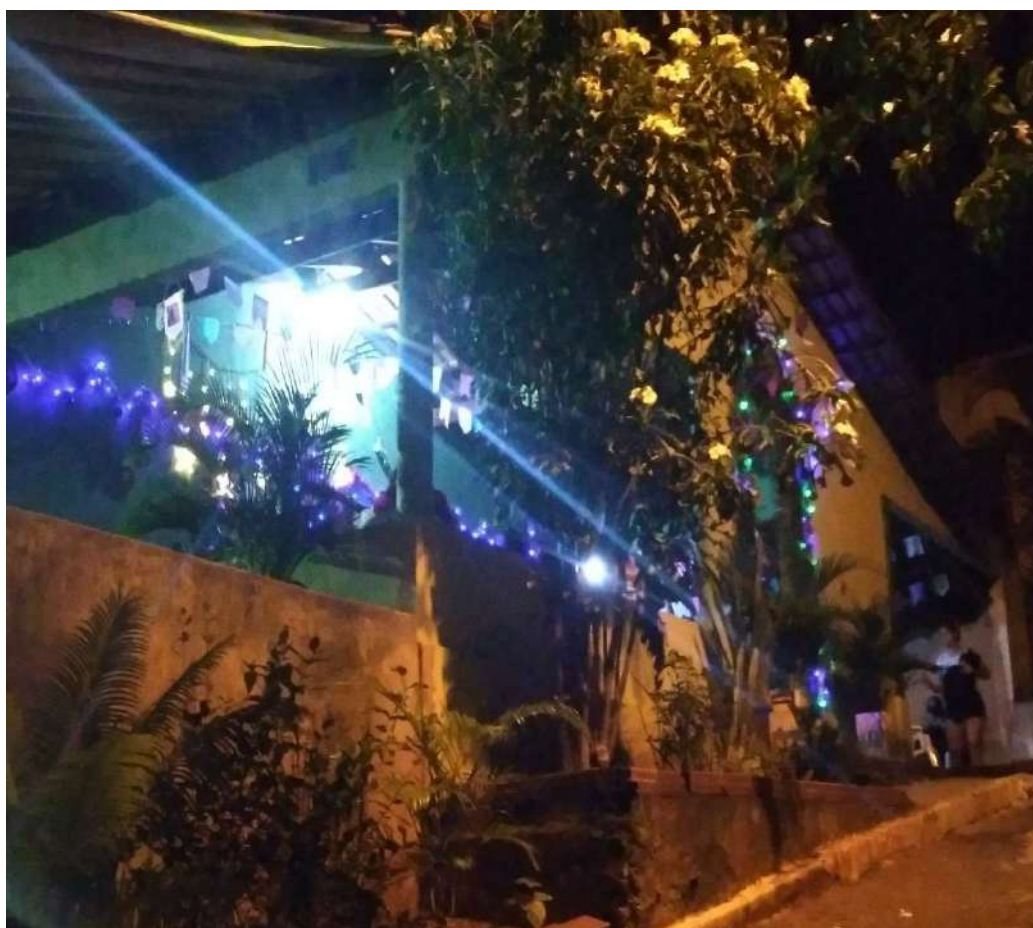


Figura 50: Casa de Pio Domingos e Cleusa – (Foto: Morgana)



Figura 51: Frente da Casa de Pio Domingos e Cleusa – (Foto: Morgana)



Figura 52: Lateral da Casa de Pio Domingos e Cleusa – (Foto: Morgana)



Figura 53: Cozinha da Casa de Pio Domingos e Cleusa – (Foto: Morgana)

Tanto Pio Domingos quanto Cleusa trazem desde a infância o gosto pela Folia de Reis. Cleusa relatou que seus pais também tinham o costume de oferecer o pouso²⁶ para a folia. Assim, ela cresceu aprendendo a gostar de ver as pessoas reunidas com fé e com alegria.

Cabe aos festeiros toda a responsabilidade de preparar o encerramento da festa, que envolve: oferecer o café da manhã, o almoço e a janta para os foliões, bem como para as pessoas da comunidade que participam. Indagados sobre como fazem para conseguir oferecer comida para muitas pessoas, Pio Domingos e Cleusa explicaram que eles fazem um planejamento anual, para que não falte recurso financeiro para comprar os alimentos. Mas destacaram que são muitas as ofertas que recebem de pessoas amigas, de colegas de trabalho e das ofertas que o encarregado recebe durante os dias de Folia.

Cleusa é a pessoa que comanda a cozinha. Segundo ela, quando as ofertas começam a chegar ela vai separando os alimentos por gênero e observando o que tem e o que falta. No dia 05/01, véspera da festa, ela faz as compras de tudo que está faltando.

²⁶ No rito da celebração, o Pouso significa o período em que a Bandeira permanece na casa da pessoa que a acolhe. Comumente, é compreendido entre as 5h e às 17h, quando os foliões se reúnem novamente para continuar o percurso.

Essa compra é feita com o dinheiro que eles economizaram ao longo do ano. Apesar de ser uma despesa significativa, observamos que o casal tem a celebração como algo sagrado para suas vidas. Pio Domingos disse: “Nós somos muito abençoados. A gente ganha muita coisa e a comunidade ajuda”.

A bandeira que circula na região do Alto Santana possui a cor vermelha, que foi uma escolha de Pio Antônio. Essa cor predomina nas demais ornamentações que compõem a celebração. Todo o rito da Folia de Reis é organizado por um personagem que recebe o nome de Encarregado. Atualmente, o encarregado da folia da bandeira vermelha é Getúlio Cardoso Avelar²⁷ (60 anos), que o faz com o apoio de sua esposa Maria das Graças Pires Luiz (76 anos).

Senhor Getúlio assumiu essa função há três anos, a pedido de Pio Domingos e Cleusa, pois não havia pessoa interessada em assumir tal responsabilidade. De acordo com ele existem quatro funções na Folia de Reis, que são de grande importância e sem elas não há como realizar a celebração, são elas: o Encarregado; o Festeiro; o Embaixador; e os Foliões.

Como dissemos, o Encarregado tem a função de organizar o giro da bandeira. O giro é o percurso que a bandeira realizará durante onze noites, ou seja, identificar e definir em quais locais serão oferecidos o pouso para a bandeira. Além disso, cabe a ele a tarefa de selecionar os foliões que acompanharão a bandeira durante as onze noites.

Ao Festeiro, por um período de três anos, cabe a responsabilidade de organizar a festa de encerramento. Nesse período ficam sob a responsabilidade dele a guarda da bandeira, das vestimentas e dos instrumentos musicais que são usados pelos foliões. Nos anos de 2022, 2023, 2024 Pio Domingos e Cleusa foram os festeiros.

O Embaixador tem a função de puxar os cantos no presépio e na mesa da refeição. Os foliões possuem atribuições diversas: são tocadores de instrumentos (viola, caixa, cavaquinho, sanfona, dentre outros); são rezadeiras; são catireiros. Nessa folia não há palhaços. O grupo de foliões pode conter de vinte a trinta pessoas; sendo que a presença de, pelo menos duas crianças, é indispensável. Pois existem cantos que são específicos para crianças.

Conforme senhor Getúlio, a folia da bandeira vermelha é a mais tradicional na região. De acordo com a tradição, no mês de outubro, a bandeira sai da casa do festeiro e

²⁷ Getúlio Cardoso Avelar e Maria das Graças Pires Luiz concederam entrevista para a pesquisa no dia 14/12/2025.

vai para a casa de onde ela sairá no primeiro dia do giro, dia 26 de dezembro de cada ano. No dia da saída da casa do festeiro é comum ter a reza, o catira²⁸ e um lanche. Nesse dia, Cleusa e Pio Domingos servem uma saborosa farofa (nós pudemos comprovar), que é feita por Cleusa e é já esperada por todas as pessoas que participam.



Figura 54: Reza antes da saída da bandeira. (Foto: Morgana)



Figura 55: A Catira (Foto: Morgana)

²⁸ A catira (ou o catira) é uma dança em que o ritmo musical é marcado pela batida dos pés e mãos dos(as) dançarinos (as), que dançam sob o som de uma dupla de violeiros, que tocam e cantam.



Figura 56: Cleusa e Pio Domingos servindo farofa no dia da saída da bandeira.

- 13/10/2023 - (Foto: Morgana)

Segundo senhor Getúlio, durante as onze noites de giro, a bandeira pousa em casas diferentes. No percurso do giro, ela entra na casa de pessoas devotas que pediram anteriormente, mas entra em qualquer casa que a pessoa moradora pedir. Normalmente, nesses lugares é feita alguma doação, que é entregue ao encarregado e este, posteriormente, ao festeiro.

A casa que oferece o pouso, também oferece o café da manhã aos foliões, pois a bandeira chega por voltas das 5h. Nessa casa a bandeira passa o dia. Por volta das 17h, os foliões começam a se reunir novamente, rezam, jantam (comida que é servida, primeiramente, para eles e, depois, para todas as pessoas da comunidade que quiserem participar) e saem, por volta das 22h, para continuar o giro até chegar na próxima casa do pouso. Assim são os onze dias/noites de festa. É comum que as pessoas da comunidade marquem presença nos jantares. É necessária muita disposição para alimentar centenas de pessoas. E a comida, sempre, dá! Resultado da solidariedade entre pessoas que se unem em torno de um mesmo propósito: a fé.

No dia 06/01, Dia dos Santos Reis, a bandeira chega na casa do festeiro, onde permanecerá pelo período de três anos. Nesse dia, é festa o dia inteiro. A casa do festeiro é tomada por foliões, bem como por pessoas da comunidade que chegam para auxiliar na cozinha, para participar da reza, para assistir a catira, para comer. Há muita simbologia e respeito pelo rito. Há muitos sorrisos, abraços, contação de causos, reencontros que fortalecem os vínculos das pessoas da comunidade.



Figura 57: O Presépio. (Foto: Morgana)



Figura 58: As Coroas dos Festeiros (Foto: Morgana)



Figura 59: A chegada dos Foliões na casa dos Festeiros (Foto: Morgana)



Figura 60: A espera dos Festeiros pela chegada solene da bandeira. (Foto: Morgana)



Figura 61: A entrada da bandeira na casa dos Festeiros (Foto: Morgana)



Figura 62: O alimento sendo preparado por muitas mãos. (Foto: Fernando Arkanjo)



Figura 63: A Catira (Foto: Fernando Arkanjo)



Figura 64: A Reza (Foto: Fernando Arkanjo)

Nós tivemos a oportunidade de participar de algumas etapas dos preparativos, auxiliando, especialmente, na cozinha. O momento do preparo dos alimentos é cooperativo. Nessa hora são lembradas histórias de infância; são trazidas na memória as pessoas mais velhas, que iniciaram a tradição da Folia de Reis, como Dona Honória, senhor Pio Antônio, Dona Fia (Maria Eva Araújo) e outros nomes significativos para a comunidade.

No momento da reza, observamos gerações que se misturam, crianças, jovens, adultos, e pessoas idosas em volta do presépio manifestando a fé. Cada uma depositando naquele símbolo sagrado suas angústias, sofrimentos, mas também seus agradecimentos pelas graças recebidas. Não há a presença formal da igreja católica. São as pessoas comuns da comunidade, reconhecidas por sua tradição e por sua fé, que exercem o papel simbólico de diálogo com a divindade. Essa experiência observada e vivida, aproximou-nos das reflexões de Pereira (2007) de que

A Folia de Reis, ao considerar a história de vida das pessoas, ao considerar suas raízes, valorizar saberes, suas crenças e suas verdades, ela possibilita uma inclusão sociocultural desses agentes numa esfera de valores que é reconhecida e validada socialmente (Pereira, 2007, p.73).

Além disso, essa celebração mostrou-nos que para as pessoas devotas, mesmo diante da rudeza da vida, é possível viver momentos de leveza, de confraternização, de solidariedade, de contentamento e de esperança.

2.2.3.2. A Festa de São Sebastião

São Sebastião nasceu no ano de 256 d.C., na cidade francesa de Narbona. Seu nome tem origem grega, Sebastos, significa divino, venerável; foi militar do exército romano. Por ser um defensor dos cristãos, foi condenado à morte pelo imperador Maximiano. A imagem do Santo é representada por um homem branco, amarrado em uma árvore - que simboliza a sua força -, tendo o corpo cravado por flechas, que representam o martírio sofrido por ele. O Santo é reconhecido pelos cristãos como sendo protetor contra pestes, a fome e a guerra. A data de sua celebração é o dia 20 de janeiro.



Figura 65: O Altar de São Sebastião – (Foto: Fernando Arkanjo)

No Quilombo Alto Santana, a tradição de se fazer a festa de São Sebastião foi iniciada com Dona Honória. Tanto Marciana, quanto Pio Domingos afirmaram que a mãe teria começado a fazer a festa porque teria feito um voto ao Santo para que ele protegesse os animais que ela criava no quintal, como galinhas e porcos, que serviam, especialmente, para o sustento da família. Sem precisar exatamente a quantidade anos, os filhos disseram que ela fez a celebração por cerca de trinta anos. Como ela era rezadeira, fazia a novena (rezas por nove dias) e no dia vinte de janeiro realizava uma festa, na qual servia bolo de arroz, biscoitos e outras quitandas feitas por ela.

Com a morte de Dona Honória, quem deu continuidade à tradição foram os sobrinhos dela, Terezinha Domingas Teixeira da Cruz (47 anos), conhecida como Tereza, e Antônio José Teixeira da Cruz²⁹ (50 anos), conhecido como Tuché. Eles são filhos de Libério Teixeira da Cruz (84 anos) - irmão de Dona Honória - e Cândida de Souza de Jesus Cruz (84 anos). Sob a responsabilidade deles, a festa de São Sebastião já é realizada há 21 anos. Terezinha, que faz aniversário no dia 19 de janeiro, disse que não tem costume

²⁹ Terezinha, Antônio José e Libério concederam entrevista à pesquisa no dia 08 de novembro de 2024.

de celebrar a data porque nesse dia dedicasse à fabricação dos biscoitos e bolos que são servidos às pessoas que comparecem para a reza.

A festa é realizada na casa de Antônio José, que fica ao lado da casa de seus pais. Seu Libério disse que ele é quem prepara o altar para a reza. Segundo ele, a imagem que é colocada no altar foi um presente de uma pessoa amiga, pois a que ele herdou da irmã (Honória) estava quebrada e colada. Senhor Libério disse que não é bom ter imagens quebradas em casa. Por isso, ele se desfez da imagem antiga de São Sebastião. Para tanto, ele levou-a até o rio e deixou que ela fosse carregada pela correnteza.

Terezinha declarou-se como uma devota fervorosa de São Sebastião, dizendo: “Não é sacrifício pra mim deixar de celebrar meu aniversário para fazer as honras a São Sebastião. É uma alegria poder contar com as bênçãos do Santo e uma responsabilidade rezar por todas aquelas pessoas que pedem as orações para proteção”. Segundo ela, normalmente, os pedidos de oração são referentes à proteção dos animais domésticos, criação de quintal e da roça.

Para a realização da festa há um preparo que envolve despesa financeira. Porém, Terezinha declarou que recebe doações de pessoas devotas, que doam, leite, queijo, farinha, polvilho, dentre outros ingredientes necessários para que sejam feitas as quitandas. Contudo, ela e o irmão arcam com as despesas que forem necessárias para assegurar que tenha alimento para todas as pessoas que comparecerem.

De acordo com ela, a cada ano aumenta o número de pessoas. O que necessariamente, implica no aumento da quantidade de biscoitos a serem produzidos. Segundo Terezinha, a Associação Quilombola, da qual ela faz parte, teria conversado para saber se ela tinha o interesse de que a festa passasse a ser assumida pela associação. No entanto, ela disse ter preferido continuar, junto com o irmão, com essa responsabilidade, e contar com o apoio da comunidade e da associação. Ela justificou que tomou essa decisão pensando na manutenção da tradição de ser uma festa realizada por sua família.

No dia que antecedeu a festa (19/01/2025) estivemos presentes para participar do feitiço dos biscoitos que seriam servidos para as pessoas, após a reza do dia seguinte (20/01/2025). Ao chegar à casa de Antônio, encontramos o núcleo familiar envolvido com os preparativos das massas. Como a cozinha da casa é pequena, os fornos foram instalados na sala e a produção das massas foi realizada na garagem.



Figura 66: O alimento preparado com o ingrediente da fé (Foto: Fernando Arkanjo)

Como não poderia ser diferente, o momento do preparo dos alimentos é mais uma oportunidade para a família dialogar sobre questões referentes ao cotidiano, rememorar tempos em que os mais velhos tinham condições de assumir mais funções na celebração. A todo tempo foi possível constatar o sentimento de satisfação dos familiares por aquele momento. Tudo era organizado e pensado para acolher e alimentar a todas as pessoas que ali comparecessem. Fizeram parte do cardápio: biscoito de queijo, bolo de fubá, bolo de chocolate, bolacha de nata, bolo de arroz e leite de onça³⁰.

³⁰ Bebida feia com aguardente, leite condensado e leite de coco

Nesse ano, senhor Libério pediu aos filhos que o altar pudesse ser montado na casa dele. Ele justificou: “Estou muito velho. Não sei quantas festas ainda poderei participar”. E assim foi feito.



Figura 67: Senhor Libério e Dona Candinha a frente do altar.
No centro a imagem de São Sebastião. (Foto Fernando Arkanjo)



Figura 68: Antônio José, Libério, Terezinha e Dona Candinha (Foto Fernando Arkanjo)

Na medida em que as pessoas vão chegando, vão se acomodando em torno do altar para o início da reza. A pequena sala se amplia pela força da fé.



Figura 69: Reza da Ladainha de Nossa Senhora (Foto Fernando Arkanjo)

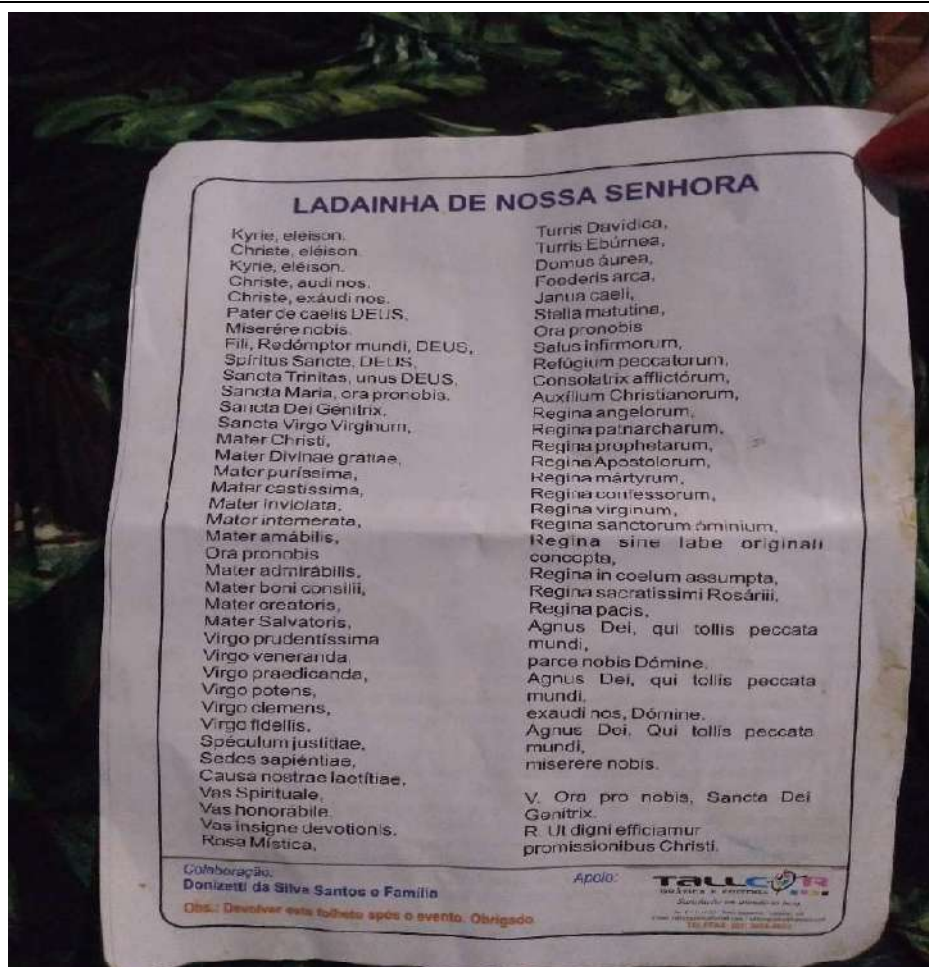


Figura 70: Ladainha de Nossa Senhora (Foto: Fernando Arkanjo)

Observamos que rezar a Ladainha de Nossa Senhora é um rito presente tanto na Festa de São Sebastião quanto na Folia de Reis. A ladainha é cantada em latim; sendo que poucas pessoas a fazem lendo. A maioria a tem memorizada. Contudo, não sabemos dizer se todas as pessoas que a entoam sabem a sua correspondência na língua portuguesa. Mas percebemos que, independentemente do conhecimento de sua tradução, para as pessoas que a rezam o significado está na devoção à Virgem Maria.

Após a oração, foi realizada a procissão que percorreu a rua até a chegada na casa de Dona Honória (hoje, de Pio Domingos e Cleusa). A frente, estava Terezinha com a bandeira de São Sebastião, que foi acompanhada pelos demais fiéis, que carregavam velas, em sinal de fé e respeito.



Figura 71: Procissão de São Sebastião (Foto: Fernando Arkanjo)



Figura 72: Fiéis acompanhando a Procissão de São Sebastião – Caminhando no sentido na casa de Dona Honória – Hoje, de Pio Domingos e Cleusa. (Foto: Fernando Arkanjo)

De volta à casa dos festeiros, foi hasteado o mastro com a bandeira de São Sebastião. Os homens se juntaram para levantar o mastro e depositá-lo em uma cova feita com esse fim. Nesse momento, foi possível observarmos que os olhos do senhor Libério estavam marejados de lágrimas, pela emoção de poder hastear o mastro, por mais um ano.



Figura 73: Hasteamento do mastro (Foto: Fernando Arkanjo)



Figura 74: Bandeira de São Sebastião hasteada (Foto: Fernando Arkanjo)



Figura 75: As velas depositadas aos pés do mastro. (Foto: Fernando Arkanjo)

Após o hasteamento da bandeira, as velas são depositadas aos pés do mastro. Senhor Libério contou-nos que o mastro é feito da madeira pau areia. Buscamos informações sobre essa madeira, mas não encontramos registros de madeira com o nome que é conhecido por ele. Contudo, o que se podemos afirmar é que se trata de uma madeira resistente, pois o mastro utilizado para hastear a bandeira é o mesmo que era usado por

Dona Honória. Após a festa, a madeira é guardada sob a cobertura da garagem, entre as telhas e as madeiras do telhado, protegida das intempéries da natureza.

Com a bandeira de São Sebastião enfeitando o céu, é servido o lanche que foi preparado pelos festeiros, bem como outras quitandas que chegaram, por meio de doações de devotos. O alimento servido é o suficiente para saciar as pessoas presentes; sendo que algumas delas levam para casa, para partilhar com quem não pode ir.

Além da Terezinha e Antônio José, a tradição de rezar para São Sebastião também é realizada pela família do senhor Geraldo Raimundo da Mota, mais conhecido na comunidade como Geraldo Poeira, ou somente Poeira. Em entrevista realizada no dia 19 de janeiro de 2025, foi possível dialogar com os familiares que são responsáveis pela realização da reza: o casal Dionísio Raimundo da Mota (73 anos) e Ana Maria Pinto da Mota (66 anos); o casal Geraldo Raimundo da Mota (71 anos) e Maria de Lourdes Pinto da Mota (63 anos) e Simone Pinto da Mota (47 anos, filha de Dionísio e Ana Maria).

Segundo eles, a reza é uma tradição familiar iniciada pela mãe de Dionísio e Geraldo, a senhora Delmira Ramos da Mota, conhecida por Dona Nega, que faleceu no ano de 2018, aos 87 anos. Com a morte de Dona Nega e com o período da pandemia, a família ficou três anos sem realizar a celebração. Mas por incentivo de Simone a família voltou a fazer a reza para São Sebastião, como era realizada pela matriarca da família.



Figura 76: Família Mota ao lado do Altar de São Sebastião. (Foto: Morgana)

Na tradição da família Mota, a reza para o santo é realizada às 14h, como Dona Nega fazia. Participam do momento de oração os familiares, bem como pessoas da vizinhança que conhecem a tradição da família. Na casa em que Dona Nega morou, é

montado um altar para São Sebastião, ao lado do presépio, que só é desmontado após o dia de São Sebastião.



Figura 77: Presépio da Família Mota. (Foto: Morgana)

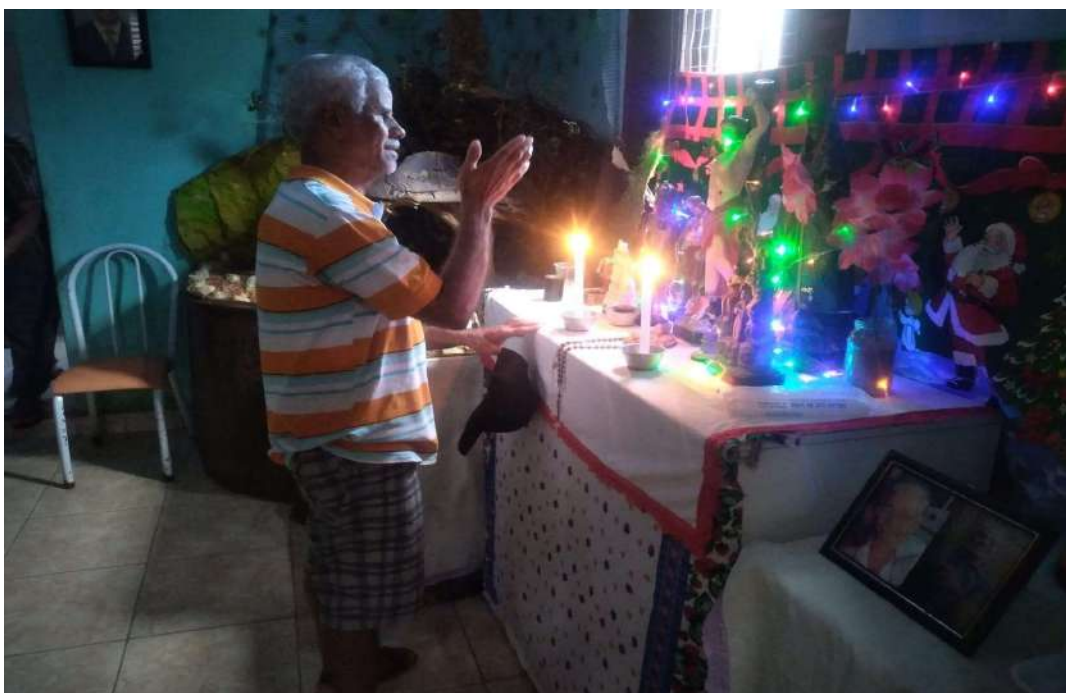


Figura 78: Geraldo Raimundo da Mota, em oração a São Sebastião (Foto: Morgana)

Simone disse que motivou os familiares a darem continuidade a reza porque sabia o quanto era significativo para sua avó. Ela e os demais familiares afirmaram que, no momento da reza, pedem as bênçãos de São Sebastião e, também, sentem a presença de Dona Nega. Para eles, manter essa tradição, além de manter viva a memória da avó, contribui para a união da família. Após a reza é servido um lanche preparado pelos familiares.

Quando a tradição de rezar para o santo foi iniciada pela família, teve influência de Dona Honória, que era rezadeira, puxava as orações na casa de Dona Nega e à noite realizava em sua casa, seguida da festa. Atualmente, a tradição é mantida, à tarde, se reza no altar da casa de Dona Nega e, à noite, a família Mota participa da festa realizada por Terezinha e Antônio José; sendo que o senhor Geraldo Poeira é o capitão do mastro, ou seja, aquele responsável por erguer a bandeira. Como ele está com mais idade e visão prejudicada, essa função é compartilhada com outros homens convidados pelos festeiros.

Participando das duas celebrações: Folia de Reis e Festa de São Sebastião, observamos que ambas possuem ritos comuns, como a reza e a comida farta. Cada uma tem a sua especificidade, mas as duas são expressões da vida cotidiana da comunidade. De acordo com o entendimento de Parker (1995)³¹

As religiões populares são manifestações coletivas que exprimem a seu modo, de forma particular e espontânea, as necessidades, as angústias, as esperanças e os anseios que não encontram resposta adequada na religião oficial ou nas expressões religiosas das elites e das classes dominantes (Parker, 1995, p. 55-6, apud Pereira, 2007, p.55)

Compreendemos que a realização das celebrações populares, livres das formas conservadoras e elitizadas das igrejas - nesse caso, em especial, da Igreja Católica -, são oportunidades que fortalecem os vínculos comunitários e podem se constituir em espaços férteis para a formulação de novas formas de se viver em sociedade, problematizando as situações de exclusão, preconceito e pauperização, construindo alternativas coletivas para o enfrentamento de questões sociais e econômicas complexas que oprimem e reproduzem as desigualdades.

³¹ Parker, Cristian. *Religião Popular e modernização capitalista: outra lógica na América latina*. Trad. Atílio Brunetta. Petrópolis: Vozes, 1995.

2.2.4. Categoria Objetos – As Cerâmicas da Dona Xica

Reconhecida pelas matriarcas como patrimônio, a arte de lidar com o barro para a confecção de panelas, potes, cumbucas, enfeites, dentre outros artefatos, tem na figura da senhora Maria das Graças Siqueira Campos³², ou Dona Xica como é conhecida, a sua maior expressão.



Figura 79: Ateliê Da Xica – situado em sua casa, na Rua Alto Santana.
(Foto Fernando Arkanjo)

Dona Xica, apesar de ser uma das referências como paneleira³³, na Cidade de Goiás, é uma mulher de vida simples e de baixo poder aquisitivo. O que, acreditamos ser resultado da discriminação racial, social e econômica que a população negra vivenciou, e vive, no processo de organização da sociedade vilaboense, goiana e brasileira. A esse respeito, Brandão (1977) aponta

Os negros e pobres são artesãos, enquanto os brancos “de posição (mesmo quando não necessariamente ricos) são artistas. O fato de que os “potes de barro em Goiás Velha” sejam uma das atrações turísticas da cidade, não afasta da pobreza e de uma vida quase marginal algumas das melhores “poteiras” de Goiás. No extremo oposto, duas mulheres

³² Maria das Graças Siqueira Campos concedeu-nos entrevista, no dia 12/09/2024. Quando narrou sua história com o artesanato.

³³ Paneleira é a expressão comumente usada na Cidade de Goiás para se referir às mulheres que fazem panelas de barro.

brancas de inegáveis qualidades artísticas são conhecidas em todo o estado: uma senhora ao mesmo tempo poetisa e doceira e uma pintora célebre na região pelo uso exclusivo, em seus pratos, das areias coloridas da Serra Dourada (Brandão, 1977, p.85).

A análise do autor ainda é uma realidade no contexto da Cidade de Goiás. Dona Xica, apesar de ser uma artesã que produz peças de indiscutível beleza, não obtém do seu ofício a renda condizente para viver com as condições adequadas que lhe assegurem, na velhice, qualidade de vida. Atualmente, Dona Xica está com 74 anos. Com um sorriso sempre presente no rosto, ela nos recebe em sua casa, sempre demonstrando disposição para relatar a sua história; contou-nos dos desafios de criar os filhos sem contar com a presença responsável dos pais; falou-nos da vida sofrida na realização do trabalho doméstico, pouco respeitado e valorizado; e na sua identidade como artesã, que representou para ela uma nova perspectiva de vida.

Dona Xica nasceu na zona rural do município de Goiás, mudando-se com seus pais para o Alto Santana, quando ainda era muito pequena. Ela teve cinco filhos (todos homens). O primeiro morreu após sete dias de nascido. Outro morreu aos 33 anos de idade, após um acidente de motocicleta. Dona Xica disse ter trabalhado muito tempo como empregada doméstica, falou: “Eu trabalhei para esse povo rico quase todo da cidade”.

Aos 25 anos de idade, por meio de sua irmã mais nova, Divina Célia (ou Dona Didi, como é conhecida) aprendeu a fazer panelas de barro. A sogra de Dona Didi era paneleira e ensinou-a o manuseio com o barro. Por sua vez, Dona Didi ensinou para Dona Xica, que aprendeu a técnica com facilidade. Pouco tempo depois, ela teve contato com Dona Hilda - que também fazia artesanato em barro, usando acabamentos diferenciados – dispondo-se a ensinar para Dona Xica a técnica utilizada por ela. Os produtos feitos por Dona Xica possuem cor amarelada ou avermelha. Segundo ela, o acabamento na cor preta exige mais trabalho; tendo ela se adaptado melhor na confecção de produtos de cores naturais.

Indagada sobre como o trabalho dela ficou conhecido, Dona Xica narrou: “Foi assim: Um dia levantei cedo; deixei os meninos dormindo; fui comprar pão na padaria da Rua Santa Bárbara e decidi ir na casa de Dona Hilda. Ela falou assim: Xica você está sabendo de um padre que chegou aqui em Goiás? Ele vai comprar panela; vai comprar coisas dos artesãos que fazem trabalho manual. Vá lá! Quem sabe, você consegue vender suas peças. Eu falei: Eu vou lá Dona Hilda! E fui. Quando cheguei lá fui recebida pela

Lurdinha, que me explicou que o padre não ia comprar panela. Ela falou: A gente vai fundar a Associação dos Artesãos de Goiás. Quem fizer coisas a mão é pra trazer pra cá, que a gente via vender. Todo mês terá uma reunião para fazer o levantamento do que vendeu e não vendeu. Eu já tinha uma caixa cheia de coisas prontas. Me disseram que eu tinha que colocar meu nome no fundo de cada peça e colocar etiqueta com o preço. E assim foi. No fim do mês, somava tudo que tinha vendido; descontava o fundo de garantia. Eu ganhava mais que como empregada doméstica. Eu ficava alegre quando chegava o fim do mês”.

A Associação dos Artesãos, fundada por Frei Marcos, fez diferença na vida de Dona Xica. Entretanto, por questões pessoais, aos 30 anos de idade, ela mudou-se da Cidade de Goiás para Goiânia. Nesse período estava casada. Passados 18 anos, com a morte do marido e de um de seus filhos, ela disse que ficou desolada e decidiu voltar para a Cidade de Goiás. Onde retomou o ofício de paneleira. Contudo, a Associação dos Artesãos havia encerrado suas atividades; permanecendo, na Igreja no Rosário, um espaço disponível para a exposição de artesanato; sendo que, até os dias atuais, Dona Xica expõe seus produtos no referido local. Peças que também ficam expostas na varanda da sua casa, onde ela estruturou seu ateliê.



Figura 80: Dona Xica e suas cerâmicas (Foto: Fernando Arkanjo)



Figura 81: Forno à lenha de Dona Xica
- Utilizado para queima das peças maiores e em grande quantidade –
(Foto: Fernando Arkanjo)



Figura 82: Forno à lenha de Dona Xica
– Utilizado para queima das peças menores e em pequena quantidade –
(Foto: Morgana)



Figura 83: Peças aguardando secagem para a queima
(Foto: Fernando Arkanjo)



Figura 84: Peças expostas para venda (Foto: Fernando Arkanjo)

Em meados do ano de 2024, Dona Xica ficou com a saúde muito debilitada. Em função de complicações respiratórias, ela foi hospitalizada por longos dias. Nesse período, as questões financeiras agravaram-se. Para apoiá-la, diversas iniciativas aconteceram. Dentre elas, destacamos a Exposição Contém Memória, realizada em Goiânia-GO, por iniciativa da Coordenadora do Neabinuances, Professora Ms. Ádria Borges, e da artista plástica, Ralyanara Freire, com o apoio de um conjunto de instituições. A finalidade principal do evento foi divulgar o trabalho e comercializar as peças produzidas por Dona Xica e, assim, levantar recursos financeiros. Tal iniciativa rendeu bons resultados.



The image is a screenshot of a Facebook post from the page 'ne abinuances e 2 outros'. The post features a photo of several large, light-brown ceramic pots with handles. To the right of the photo is a text box with the following information:

contém memória

CURADORIA:
Ralyanara Freire & Ádria Borges

Dia 19 de Junho de 2024

18h00 Exibição do Filme:
XICA
Direção: Viviane Goulart
Doc, 2019 - 17 min

19h00 Vernissage da Exposição:
Contém Memória

Adufg-Sindicato
9ª Avenida, Nº 193, Setor Leste Vila
Nova Goiânia-GO

At the bottom of the post, there is a row of logos for various organizations, including 'contém memória', 'Adufg', 'NEAB', 'PINDOBA', and others.

Figura 85: Divulgação da Exposição - Contém Memória
(Foto Disponível em @adria_borges1 e outros)

Hoje, com a saúde fortalecida, Dona Xica voltou ao seu ofício. Contudo, ela ainda necessita do suporte dos filhos para a queima das peças. Por isso, ela improvisou um forno menor, no qual ela pode queimar as peças menores; facilitando o seu manuseio. Ao ser questionada sobre os riscos à sua saúde com a exposição à fumaça, ela sorri e diz: “Essa

gente (referindo-se aos filhos) não quer que eu mexa mais com isso. Mas é isso que me faz feliz”.

O artesanato de Dona Xica atrai turistas e contribui para que mais pessoas conheçam a história do Quilombo Alto Santana. O que é uma via de mão dupla, pois, de acordo com ela “de vez em quando, sobe um turista para o morro e passa por aqui”. Contudo, constatamos que Dona Xica, não está preparada para lidar com tecnologias modernas, como o uso do PIX³⁴ - pois ela não tem celular e nem pessoa ao seu lado disposta a assumir tal responsabilidade. O que faz com que ela perca oportunidades de vendas.

Assim, entendemos que se faz necessária a implementação de uma política pública de turismo e cultura que dê visibilidade para os potenciais artísticos que existem no quilombo, promovendo a geração de trabalho e renda. Entretanto, acreditamos que não basta apenas a divulgação e o incentivo para que as pessoas comprem artesanato produzidos por quilombolas. Também é necessária a realização de cursos de qualificação para que os artesãos e as artesãs que queiram comercializar seus produtos tenham condições de ofertar ao potencial cliente formas práticas de negociação.

Por fim, queremos destacar a presença marcante de Dona Xica no cotidiano da comunidade. Ela é uma das mulheres que traz a história do Quilombo Alto Santana em sua memória, em suas narrativas e em suas mãos. Ela é um exemplo de força, resistência, esperança e ternura. Salve Dona Xica!

2.2.4. Categoria Formas de Expressão – A Capoeira

Dentre os bens patrimoniais existentes no Quilombo Alto Santana, que foram destacados pelas matriarcas, a Capoeira foi citada como uma das práticas que fazem parte da história da comunidade. No nosso estudo, a Capoeira foi categorizada como forma de expressão, por se tratar de uma arte que envolve linguagem, atividade corporal, musicalidade e religiosidade. Ela é compreendida como uma expressão cultural com raízes africanas.

A Capoeira afro-brasileira, tem nas figuras de Mestre Pastinha (Vicente Ferreira Pastinha), que difundiu a prática da Capoeira Angola, e Mestre Bimba (Manoel dos Reis

³⁴ Sistema de pagamentos instantâneos criado pelo Banco Central do Brasil.

Machado), que criou a Capoeira Regional, associando os movimentos do jogo às artes marciais. O primeiro defendia uma prática que resguardasse a herança africana. O segundo defendia a ideia de força corporal e luta. Ambos contribuíram para que a Capoeira fosse difundida no Brasil; sendo que, na Cidade de Goiás, foi a Capoeira Angola que conquistou adeptos.

Um dos importantes registros sobre a Capoeira Angola no Brasil, é o documentário *Patinha: Uma Vida Pela Capoeira*, produzido por Antônio Carlos Muricy. Nele o produtor reúne um conjunto de depoimentos que retratam a vida de Mestre Pastinha e sua relação com a Capoeira Angola, que é descrita como um jogo que se desenvolve dentro de um círculo formado pelos jogadores e pela orquestra, ou bateria. Quem comanda a roda é o jogador que toca o berimbau mais grave, chamado de Gunga. Os jogadores usam, principalmente, os pés e a cabeça como arma de defesa. Não há agarramento. A brincadeira deve fluir até que um novo jogador comprar o jogo, ou que o Gunga determine a mudança de jogadores.

Para Mestre Pastinha, “A Capoeira é amorosa. Não é perversa. **A Capoeira é mandiga de escravo em ânsia de liberdade.** Um hábito cortez que criamos dentro de nós” (Muricy, 1988, 20’, grifo nosso). Nego Bispo (2023), em suas reflexões sobre as formas de organização das manifestações culturais, chama a atenção para a forma inclusiva da prática da Capoeira, destacando:

As manifestações culturais dos povos afro-pindorâmicos pagãos politeístas são organizadas geralmente em estruturas circulares com participantes de ambos os sexos, de diversas faixas etárias e número ilimitado de participantes. As atividades são organizadas por fundamentos e princípios filosóficos comunitários que são verdadeiros ensinamentos de vida. É por isso que no lugar dos juízes, temos as mestras e os mestres na condução dessas atividades. As pessoas que assistem, ao invés de torcerem, podem participar das mais diversas maneiras e no final a manifestação é a grande vencedora, porque se desenvolveu de forma integrada, do individual para o coletivo (onde as ações e atividades desenvolvidas por cada pessoa são uma expressão das tradições de vida e de sabedoria da comunidade) (Bispo, 2023, p.32)

Para fazer a memória sobre o início da prática da Capoeira na Cidade de Goiás, especialmente no Quilombo Alto Santana, contamos com a colaboração de três personalidades: Fernando Antônio de Araújo (58 anos), conhecido como Fernando Xandó, Helênio David Silva Sá (54 anos), conhecido como Mestre Leninho, e Gustavo da Silva Pinheiro (46 anos), conhecido como Mestre Gunga. O primeiro é tio dos demais.

Os pais de Fernando Xandó, Otávio Antônio da Silva e Maria Eva Araújo (Dona Fia) tinham um terreno (que continua pertencendo à família) de frente a Igreja Santa Bárbara, local onde os três foram criados. Senhor Otávio também tinha uma porção de terra, aos pés do Morro das Lajes, tendo vendido parte dela para sua filha, Otávia da Silva Sá (mãe de Mestre Leninho), e outra parte para Mestre Leninho, onde foi fundado o Centro Cultural No Pé do Berimbau. Gustávio, atualmente, reside na Rua Alto Santana, nas proximidades do centro cultural.

Segundo Fernando Xandó, ele, Mestre Leninho e Mestre Chuluca (Estevão Gomes de Sá - que é tio de paterno de Leninho) iniciaram a prática da Capoeira na década de 1980, de forma muito embrionária, inspirados em outros Mestres como Caçador, Bisouro e Guaraná, que eram de Goiânia e realizavam rodas de Capoeira, na Cidade de Goiás, em tempos de festas. “Nós tínhamos tanta simbiose com a Capoeira que a todo momento a gente jogava. Muitas vezes, a gente jogava no mato até o anoitecer, escondidos dos pais e da política, que tratava o capoeirista como marginal”.



Figura 86: Roda de Capoeira na Igreja Santa Bárbara – Xandó, tocando o berimbau, é o primeiro da direita para a esquerda e Leninho é o que está na roda com as mãos no chão.
(Foto: Arquivo pessoal de Fernando Xandó)

Mestre Leninho fez memória a um outro tio, irmão de Mestre Chuluca, que morreu muito novo, tendo herdado o berimbau de seu tio. Ele disse: “O berimbau veio na minha vida primeiro que a Capoeira. Desde menino, eu plantava bananeira³⁵. Nasci pra luta!”. De acordo com ele, por volta de 1986, os três estavam agrupados com Pajé, que é da Cidade de Goiás e havia ficado um tempo em Goiânia, onde frequentou academia e aprendeu a jogar capoeira; tendo voltado para a cidade e juntado um grupo que queria jogar. Além de Pajé, César Preto e Francisco Café praticavam a Capoeira.

Pouco tempo depois, tiveram contato com Toninho Muricy, que esteve na Cidade de Goiás para fazer um filme; ele os presenteou com dois livros e uma fita cassete³⁶, que continha falas de vários mestres da Capoeira Angola de Salvador-BA. Com os livros começaram a identificar os movimentos e seus conceitos. Segundo eles, antes do contato com estes livros, eles faziam os movimentos, mas não sabiam nominá-los. Mestre Leninho disse que percebeu uma grande diferença daquilo que estavam fazendo com aquilo que eles começaram a aprender com os livros e as informações de Mestres como: Canjiquinha, Valdemar, Caiçara, Moraes e Cobrinha.

A partir dessa percepção, Xandó, Leninho e Chuluca deixaram o agrupamento de Pajé e formaram um núcleo, inicialmente, chamado Berimbau Camará, com a ideia de buscar a prática da Capoeira Angola. Nesse período, Caçador e Besouro, que eram da Capoeira Regional, estiveram em Salvador e retornaram com a Capoeira Angola. Foi quando fundaram um núcleo do grupo do Só Angola. Nessa época, por volta dos anos 1990, Gustavo começou a participar.

Gustavo disse que se lembra de brincar Capoeira debaixo das mangueiras (referindo-se a um terreno próximo ao de seus familiares). Ele relatou: “Sempre via e gostava da Capoeira. Mas meu pai não permitia. Ele achava que era coisa de vagabundo e me batia quando descobria que eu estava na roda. Minha mãe permitia, mas não tinha atitude para se posicionar diante do meu pai. Até que um dia ela me presenteou com uma camisa do grupo Só Angola e, por fim, meu pai deixou de proibir. Guardei essa camisa por muitos anos”.

Entre 1992 e 1993, aproximadamente, Xandó, Leninho e Chuluca fundaram o grupo Meninos de Angola e começaram a dar aula no espaço da Escola de Samba União.

³⁵ Expressão usada para se referir ao movimento de ficar de cabeça para baixo, com as pernas para cima e o corpo apoiado nas mãos.

³⁶ Fita cassete é um formato de fita magnética que serve para gravar áudio e vídeo.

Mas tiveram que sair do local, pois a estrutura do imóvel ameaçava desabar. Eles buscaram outros locais, como o Colégio Jubé e Coopercigo, para as aulas e a prática da Capoeira.



Figura 87: Roda de Capoeira com crianças – Xandó (calça clara) e Gustávio (o primeiro da esquerda) tocam berimbau e Leninho sentado no centro da roda com as crianças
(Foto: Arquivo pessoal de Fernando Xandó)

Com o passar do tempo, cada um foi seguindo o seu caminho. Mestre Chuluca continuou com o grupo Meninos de Angola e, hoje, vive na Itália, onde trabalha com Capoeira. Fernando Xandó, por questões pessoais, deixou a prática da Capoeira, passando a se dedicar mais para a música. Atualmente, é cantor profissional e se apresenta em diversos eventos na Cidade de Goiás e fora dela. Ele declarou: “Meu berimbau, hoje, tem seis cordas” (disse referindo-se ao violão) e continuou: “A Capoeira vive em mim, porque ela é musicalidade” e cantou um pedacinho de uma composição dele: “Berimbau já fez chamada... Berimbau já fez chamada... Já é hora de lutar... Êh de lutar Camará... Preto Velho veio de Aruanda... Petro Velho veio de Aruanda... Pra buscar seus Camarás... Êh Camará!”

Mestre Gustávio continua dando aula de Capoeira; sua prática tem relação próxima com o Centro Permanente de Capoeira Angola, em Salvador-BA. Mas também se dedica à pesquisa sobre outras manifestações culturais, desenvolvendo projetos com crianças explorando ritmos como o samba de roda e o maculelê, dentre outros.



Figura 88: Registros de atividades com crianças
(Foto: @gustaviosilvapinheiro)

Mestre Leninho fundou o grupo de Capoeira No Pé do Berimbau, que possui quatro núcleos: em Goiânia-GO, em Brasília-DF, em Aracaju-SE e no Peru. Na Cidade de Goiás, ele mantém o Centro Cultural No Pé do Berimbau, onde, anualmente, no mês de abril, ele realiza um encontro de Capoeira Angola, para marcar a data em que se celebra o nascimento de Mestre Pastinha.



Figura 89: Fachada do Centro Cultural No Pé do Berimbau
(Foto: @nopedoberimbaugoias)



Figura 90: Encontro de Capoeira realizado no ano de 2023
(Foto: Morgana)



Figura 91: Jogo de Capoeira - realizado no ano de 2023
(Foto: Morgana)



Figura 92: Jogo de Capoeira - realizado no ano de 2023
(Foto: Morgana)

O Centro Cultural No Pé do Berimbau tem se constituído em ponto de cultura; sendo utilizado para a prática de Capoeira, bem como pela Associação Quilombola Alto Santana - para atividades com crianças e para outras reuniões; pelo Bloco Musical Comuna Que Pariu – para realização de ensaios; por nós, que realizamos as duas rodas de conversa com as matriarcas; dentre outras utilidades.

Indagados sobre qual é a avaliação de cada um sobre a prática da Capoeira na atualidade, Mestre Leninho verbalizou que, atualmente, existem diversos grupos. Contudo, ele disse que se preocupa com o futuro dessa prática, pois, na avaliação dele, a adesão de crianças é cada vez menor. Seja pela tecnologia, que prende a atenção tanto de crianças quanto jovens e adultos, desestimulando as pessoas para práticas coletivas; seja pelas tímidas iniciativas das políticas públicas, no campo da cultura, que financiam projetos dessa natureza. O capoeirista manifestou suas inquietações quanto aos poucos editais de financiamento e lamentou pelo fato de que muitas iniciativas ficam de fora das chamadas públicas porque os recursos financeiros destinados são insuficientes para contemplar a todas.

Mestre Gunga demonstrou-se um pouco mais positivo que Mestre Leninho; destacando que as crianças e adolescentes sempre foram seu público de trabalho; que percebe que existem crianças com vontade de aprender a prática da capoeira. Contudo, concordou que sem recursos, sem uma política pública de incentivo permanente, poucos resultados de continuidade serão alcançados.

Para os três entrevistados a Capoeira é resistência, é esperança, é força de vida, por isso, mesmo diante dos desafios cotidianos, eles acreditam na prática como chama inspiradora de se viver numa sociedade que seja mais inclusiva, por isso, seja pelo jogo da Capoeira, seja pela musicalidade eles seguem fazendo cultura e arte, buscando inspirar às novas gerações.

Ainda é importante registrar que, apesar de cada um dos nossos entrevistados seguirem a própria carreira, como a musicalidade é um elemento presente na vida dos três, é comum que eles também se juntem para realizar apresentações musicais, ocasiões em que o grupo recebe a denominação de Fernando Xandó e os Camarás.



Figura 93: Fernando e os Camarás (Foto: [@fernandoxandoxan](#))

Salve à Capoeira!

Salve Fernando Xandó!

Salve Mestre Leninho!

Salve Mestre Gunga!

Viva à Cultura Popular!

3. QUILOMBO ALTO SANTANA – LUTA, RESISTÊNCIA E ESPERANÇA

As manifestações culturais identificadas e inventariadas por esse estudo compõem o patrimônio cultural do Quilombo Alto Santana, que já conhecíamos informalmente, mas que não estava descrito. Elas estão no cotidiano das pessoas que ali habitam e suas histórias na memória daquelas que iniciaram a formação da comunidade. Dar visibilidade para esse patrimônio é um de nossos objetivos, por meio da pesquisa realizada, pois, conforme as reflexões que fizemos até aqui, o que historicamente foi valorado foi a cultura eurocêntrica em detrimento da história do povo negro, que foi silenciada, invisibilizada e marginalizada.

O patrimônio que identificamos e sobre o qual nos desdobramos a estudar é reconhecido e referenciado pela comunidade. Mas não está representando nos espaços institucionalizados da Cidade de Goiás, como os museus, para que tenham visibilidade e suas histórias sejam contadas a partir de sua raiz e, não, por meios distorcidos da história colonizadora. Nesse sentido, é que nos desafiamos a pensar estratégias para que a história do Quilombo Alto Santana e suas representações culturais pudessem ser conhecidas e acessadas tanto pelas pessoas da comunidade quanto por qualquer pessoa que nelas tivessem interesse em conhecer.

Uma estratégia encontrada foi nos apropriarmos do espaço digital e assim, organizarmos, ainda que de maneira embrionária, categorizando um conjunto de informações que estavam difusas e/ou registradas apenas na memória. O desenvolvimento de um site cultural e educacional mostrou-se como uma alternativa viável para esse fim.

3.1 FORMATO DEFINIDO DO PRODUTO

Para o desenvolvimento do site cultural e educacional contratamos uma empresa especializada³⁷ nesse ramo, que, a partir das nossas necessidades, firmou compromisso de desenvolver um site que tivesse os seguintes componentes:

- 1) Página Inicial: Primeira página com o objetivo em atrair a atenção dos visitantes e fornecer uma visão geral do site;

³⁷ Heyon Digital LTDA

- 2) Sobre a Associação Quilombola Alto Santana: Apresentação da associação com a identificação de sua diretoria e meios de contato;
- 3) História do Quilombo: Página para apresentação da história do Quilombo Alto Santana;
- 4) Nosso Patrimônio: Apresentação das manifestações culturais inventariadas, com suas devidas informações;
- 5) As Matriarcas: Lista com nomes e fotos sobre as matriarcas da comunidade;
- 6) Blog: Área de Blog para publicação de notícias, artigos, eventos e conteúdos relacionados;
- 7) Contato: Página com todas as informações de contato da associação;
- 8) LGPD: Criação de página de política de privacidade, termos de uso e banner de consentimento;
- 9) Painel de Controle: Para alimentação do site;
- 10) Formulários: Os dados preenchidos nos formulários de contato são enviados via e-mail;
- 11) Responsivo: Site totalmente responsivo, sendo compatível com celulares, tablets, notebook e desktops;
- 12) Otimização de SEO³⁸: Adaptação do conteúdo do site com descrições e títulos adequados para sistemas de buscas e redes sociais, assim, tornando a divulgação mais eficiente;
- 13) Comunicação Flutuante: Botão do WhatsApp flutuante em todas as páginas do site;
- 14) Google Analytics: Instalação da plataforma para acompanhar e analisar os acessos ao site. Com essa plataforma é possível acessar dados como: Quantidade de acessos, localização dos visitantes, tipo de público, entre outras métricas;
- 15) Google Search Console: Cadastro do site no serviço de indexação e otimização de sites do Google. Melhorando a performance do site no buscador.

O desenvolvimento do projeto de criação do site foi realizado em seis etapas, sendo: Briefing, ou seja, o primeiro contato com a empresa para repassar a intencionalidade do produto e o conjunto de informações necessárias para que a

³⁸ SEO é a sigla em inglês para "Search Engine Optimization", que significa "otimização para mecanismos de busca".

contratada apresentasse a proposta de desenvolvimento do site; reunião de planejamento; criação de layout; programação; testes; e treinamento, nessa etapa, tanto nós quanto uma pessoa indicada pela associação fomos capacitadas para a alimentação do site.

Além do desenvolvimento do site, a empresa contratada assumiu a responsabilidade de contratação do servidor de hospedagem para o site e o seu gerenciamento com os seguintes serviços: certificado SSL³⁹ de segurança; manutenção preventiva para atualização dos códigos, plugins e scripts da plataforma do site, sempre que necessário, para manter seu pleno funcionamento; manutenção corretiva caso ocorra problemas com o servidor ou com o funcionamento do site; Backups (realização de cópias) diários de segurança.

Para esse trabalho, a empresa contratada cobra uma remuneração mensal; sendo que nos comprometemos junto à empresa e à Associação Quilombola Alto Santana o compromisso de assumir os custos com tal manutenção, por um período de doze meses. Nesse período de um ano, a diretoria da Associação se apropriará do manejo com o site; firmando o compromisso com a pesquisa de não excluir as informações referentes aos bens culturais inventariados. Entretanto, as informações poderão ser atualizadas e novos conteúdos poderão ser acrescentados, para assegurar que o site permaneça dinâmico e atrativo.

Outra etapa importante para o desenvolvimento do produto foi a contratação de um fotógrafo profissional⁴⁰, para que pudéssemos assegurar a qualidade das imagens que foram hospedadas no site. Tivemos o cuidado de contratar um profissional que fosse conhecido pela comunidade e que tivesse, além da postura ética, sensibilidade para capturar e retratar nas imagens a vivência da comunidade.

Esse profissional nos acompanhou em algumas das atividades, bem como registrou a Roda de Conversa – A Resistência e a Beleza das Matriarcas, cuja atividade encerrou a etapa de investigação da pesquisa e sobre a qual nos deteremos um pouco mais.

³⁹ "SSL" significa "Secure Sockets Layer", "camada de soquete seguro", um certificado digital que permite que um servidor e um navegador estabeleçam uma conexão segura; garante a autenticidade, privacidade e integridade dos dados transmitidos.

⁴⁰ Fernando P. de Oliveira, conhecido social e profissionalmente como Fernando Arkanjo.

3.1.1. A Resistência e a Beleza das Matriarcas

A travessia da pesquisa além de fortalecer a nossa convicção da importância de discorrer sobre os bens culturais identificados e sua publicização, também nos mostrou que se fazia necessário visibilizar, reconhecer e render homenagem às pessoas protagonistas na história da comunidade. Assim, novamente, reunimos as mulheres mais velhas da comunidade para mais uma roda de conversa, que teve como objetivos incentivar discussões sobre os desafios cotidianos de ser mulher em uma sociedade marcada pelo machismo, racismo e violências; bem como fazer um ensaio fotográfico com elas para que seus rostos pudessem ser identificados no site.

Como na primeira roda de conversa, fizemos um convite específico, que foi entregue pessoalmente a cada uma delas. Por meio das narrativas, das declarações feitas, já havíamos identificado o quanto seria importante essa visibilidade. Mas a receptividade das mulheres surpreendeu-nos. Elas demonstraram alegria e entusiasmo pela oportunidade de mais um encontro e destacaram que situação como aquela seria inédita em suas vidas.

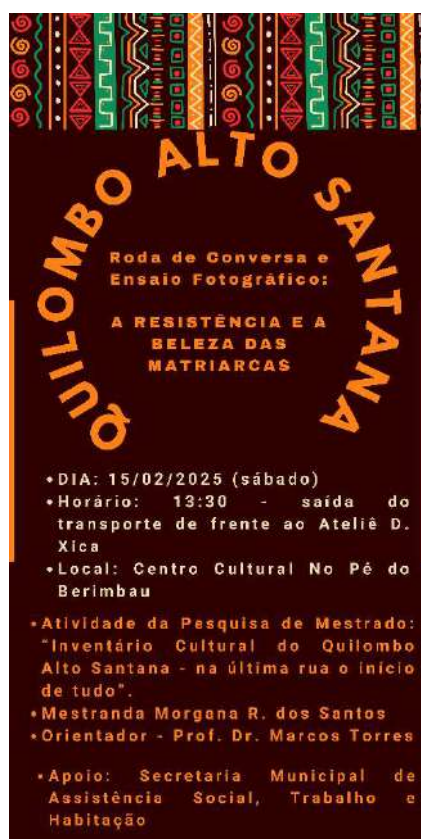


Figura 94: Divulgação da Roda de Conversa – A Resistência e a Beleza das Matriarcas (Foto: Morgana)

Para viabilizar o deslocamento das mulheres até o local da atividade, contamos com o apoio de Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, que destacou um veículo, com motorista. Conforme a mobilização feita, as mulheres se reuniram na praça, em frente o Ateliê da Xica. Uma delas, Dona Nair, que mora um pouco mais distante e apresenta limitações para se locomover, buscamos em casa.



Figura 95: Deslocamento de algumas da Matriarcas no transporte
(Foto: Fernando Arkanjo)

Nesse dia, Dona Marciana, por iniciativa própria, fez bolo de arroz e café para oferecer às demais; surpreendendo a todas as mulheres participantes.



Figura 96: Bolo de Arroz de Dona Honória (de Marciana).
(Foto: Fernando Arkanjo)

Para a realização das fotos, levamos alguns vestidos, que foram adquiridos por meio de pessoas amigas. Eles ficaram à disposição para que as mulheres pudessem escolher e, posteriormente, ficarem com o vestido para si.



Figura 97: O figurino para o Ensaio Fotográfico. (Foto: Fernando Arkanjo)

Na oportunidade, pudemos contar com o apoio da jovem Mariele Soares de Almeida (40 anos), filha de Sebastiana Filomena de Camargo (76 anos), que se dispôs a contribuir conosco na composição de cada mulher. Ela levou objetos de seu uso pessoal, como turbantes, colares e outros adereços, colocando-os à escolha de cada uma.



Figura 98: Dona Sebastiana e Mariele – Mãe e filha. (Foto: Fernando Arkanjo)

Foi uma tarde de encontros, abraços, risos, choros e vivências. Apesar do período chuvoso, tivemos a felicidade de conseguir fazer a sessão de fotos com o tempo iluminado. Participaram daquela roda de conversa: Benedita dos Reis Cardoso (67 anos); Maria das Graças Siqueira Campos (74 anos); Maria de Lourdes Pinto Mota (62 anos); Cândida Souza de Jesus Cruz (84 anos); Otávia da Silva Sá (76 anos); Romilda Mendes dos Santos (70 anos); Ana Maria Pinto da Mota (66 anos); Nair Fagundes Gonçalves (85 anos); Sebastiana Filomena Camargo (76 anos) e Marciana Teixeira da Cruz (67 anos) – conforme foto abaixo, da esquerda para a direita.



Figura 99: As Matriarcas do Quilombo Alto Santana
(Foto: Fernando Arkanjo)

Dessa roda de conversa, por questões de saúde, não puderam participar: Josefa Joaquina Marques (69 anos) e Delice Dias Silva (85 anos), que haviam participado da primeira roda de conversa. Importa-nos registrar que na comunidade existem outras mulheres que também são referências para sua história oral. Contudo, por questões de foro íntimo, não puderam ou optaram por não participar do desenvolvimento da pesquisa.

Da mesma forma, é importante registrar a nossa satisfação pela participação de Dona Candinha, nessa roda de conversa. Pois, quando da realização da primeira roda de conversa, ela mostrou-se reticente e decidiu por não participar. Contudo, durante o processo da pesquisa, ela pode nos conhecer melhor e acolheu com carinho o convite feito e sua participação, marcada por um humor irônico, provocou muitas risadas.

Foram feitas fotos em grupo e fotos individuais. A intenção era de que cada uma pudesse escolher a foto que elas gostariam que fosse divulgada no site. Mas elas mesmas tiveram dificuldade de escolher; transferindo para nós essa responsabilidade. Missão difícil de cumprir, diante de tanta beleza e naturalidade em cada semblante.



Figura 100: As Matriarcas do Quilombo Alto Santana (Foto: Fernando Arkanjo)



Benedita dos Reis Cardoso (Dona Ditinha)



Maria das Graças S. Campos (Dona Xica)



Maria de Lourdes Pinto Mota (Dona Lourdes)



Cândida S. de Jesus Cruz (Dona Candinha)



Otávia da Silva Sá (Dona Otávia)



Romilda Mendes dos Santos (Dona Romilda)

Figura 101: As Matriarcas do Quilombo Alto Santana (Foto: Fernando Arkanjo)



Ana Maria Pinto da Mota (Dona Maria)



Nair Fagundes Gonçalves (Dona Nair)



Sebastiana F. Camargo (Dona Sebastiana)



Marciana Teixeira da Cruz (Dona Marciana)

Figura 102: As Matriarcas do Quilombo Alto Santana (Foto: Fernando Arkanjo)

Como era de se esperar, em função do período climático, começou a chover. Mas todas as mulheres já haviam sido fotografadas. A chuva não atrapalhou a leveza do momento. Nos abrigamos numa pequena edificação que existe no Centro Cultural No Pé do Berimbau. Ali, entre goteiras, continuamos a partilha de histórias.

Nenhuma das mulheres demonstrou-se incomodada com aquela situação, que para outras pessoas poderia ser considerado desconforto. Ao contrário disso, elas rememoraram outros momentos em que haviam passado por situações semelhantes, ou mais desafiadoras, pois, quando começaram a habitar aquela região, suas casas eram de estrutura muito simples. Algumas delas mencionaram que, inicialmente, suas casas foram

erguidas usando a madeira, que era encontrada disponível na natureza, tábuas, lonas e papelão.

No geral, primeiro se construía um grande cômodo, onde toda a família se abrigava. O piso, era o “chão batido”⁴¹. Não havia banheiro; não havia água encanada, nem iluminação. A solidariedade entre as famílias foi o fundamento importante para que todas pudessem resistir diante de tantos desafios. Algumas das mulheres não contaram com o apoio de um companheiro, nem para assumir as responsabilidades financeiras e nem para criar os filhos e filhas. Foi com o apoio dos familiares e da vizinhança, dentro das limitações de cada um(a), que a vida foi se forjando.

Dona Sebastiana, rememorou quando nasceu Mariele, que é sua filha caçula. Ela disse que quando as dores do parto começaram ela estava sozinha e partilhou com as demais mulheres os desafios do que é viver em uma localidade sem infraestrutura. Hoje, Mariele é enfermeira profissional e trabalha no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU. Ela destacou a importância da força de sua mãe, a quem se refere como rainha, e de sua ancestralidade, para que ela pudesse resistir e trilhar seu caminho; estendendo o seu reconhecimento a cada anciã que ali estava; traduzindo aquele momento com as seguintes palavras: “Força Ancestral; Beleza e Axé⁴²”!

Essa forma ancestral que estava presente naquele lugar, destacada por Mariele, era possível de ser identificada, por meio dos depoimentos das mulheres:

- “Eu achei muito bonito esse trabalho que você está fazendo aqui. Achei muito lindo! Porque eu penso assim que antigamente **nós éramos esquecidos**. Depois que você apareceu, aí a gente ficou **descoberto**. Essa coisa de tirar foto; de participar das palestras, ouvir as palavras saudáveis que você fala; a gente então sente muito leve. Eu não estou tão maravilhada. Obrigada! Peço para vocês que não desista, que continua fazendo a gente feliz. Eu estou muito feliz eu creio que a minhas amigas também está feliz”. (Dona Ditinha, grifo nosso).

- “Hoje foi uma maravilha, Nossa Senhora! Eu gostei muito! As matriarcas **reunidas, alegres, conversando**: tiramos foto. Foi maravilhoso! Coisa que nunca teve aqui para nós do Chupa Osso. Foi uma delícia uma beleza! **Tinha muito tempo que a gente não se encontrava**. Foi uma beleza”! (Dona Xica, grifo nosso)

⁴¹ Chão batido é uma expressão popular utilizada para se referir ao piso de terra endurecido pelo uso.

⁴² Axé, na língua iorubá, significa poder, energia ou força presentes em cada ser ou em cada coisa.

- “Menina eu achei muito maravilhoso! Gostei muito! Só tenho que agradecer você. Estou feliz demais, porque nós **nunca fomos reconhecidas. Agora, eu creio que nós somos reconhecidos para os quatro cantos do mundo!** Muito obrigada! (Dona Sebastiana, grifo nosso)
- “Esse momento foi ótimo, maravilhoso, parabéns! Gostei de tudo; **de ver as colegas; pelas fotos** e pela organizadora”. (Dona Otávia, grifo nosso)
- “Eu achei muito bom; muito maravilhoso! Porque **a gente não sai de casa; a gente não participa de nada** e, hoje, você me buscou e me levou. Eu só tenho que agradecer ao Pai e a vocês”. (Dona Nair, grifo nosso)
- “**Vai precisar de outra tarde como essa.** Porque eu gosto é da farra. Eu adoro”! (Dona Candinha, grifo nosso).
- “Eu achei uma tarde maravilhosa; **deliciando um bolinho de arroz** com pastelzinho. Coisa mais boa”! (Dona Maria, grifo nosso)
- “Foi um segundo encontro maravilhoso; **relembrando** o bolinho de arroz de Dona Honória. Feito pela filha **igualzinho ao que a mãe fazia**”. (Dona Lourdes, grifo nosso)
- “A tarde de hoje foi muito boa e maravilhosa. A gente tirou foto. **Isso é um vislumbre de uma vida de rainha.** Até a chuva esperou a gente fazer o que tinha de ser feito, para depois ela vir maravilhosa. E estamos agasalhadas e **acolhidas.** Uma tarde maravilhosa”! (Dona Marciana, grifo nosso)
- “Eu adorei **encontrar com minhas amigas. Gostei de tirar foto** e brincar”. (Dona Romilda, grifo nosso)

Nas avaliações feitas por elas, enfatizamos algumas das expressões que vêm ao encontro das questões que ao longo desse estudo evidenciamos: invisibilidade, silenciamento, reconhecimento, memória, fortalecimento de vínculos, solidariedade, acolhimento. As considerações feitas por elas precisam ecoar para os diversos atores responsáveis por propor e implementar políticas públicas (sejam gestores dos serviços públicos; parlamentares; instituições de ensino, pesquisadores e pesquisadoras, produtores culturais, dentre outros) para que as minorias sejam visibilizadas como sujeitos de direitos, cidadania e dignidade; respeitando e valorizando suas narrativas, seu jeito de viver em comunidade, suas tradições, suas memórias, porque são elementos que compõem o seu patrimônio cultural.

Além disso, é preciso que atentemos para a necessidade de se pensar políticas macro, que deem conta das reparações necessárias, como respostas ao tortuoso processo de exclusão. Mas, também, é necessário pensarmos em ações mais simples, que perpassem pelo cotidiano das pessoas para que elas tenham a simples oportunidade para se encontrarem, trocar afetos, rememorar histórias, fortalecer vínculos e se sentirem reconhecidas e valorizadas.



Figura 103: Abraço Coletivo (Foto: Fernando Arkanjo)

3.2 PÚBLICO-ALVO

O site cultural educacional é destinado para o público em geral que tenha interesse em conhecer a história do Quilombo Alto Santana. Entretanto, ele é dedicado, especialmente, àquela comunidade, como possibilidade de preservação de sua memória e de seu patrimônio cultural.

3.3 O IMPACTO ESPERADO

Com a publicização do site, esperamos que ele seja um instrumento de divulgação das referências culturais identificadas; contribuindo com a visibilidade do Quilombo Alto do Santana, seu processo histórico e seu patrimônio cultural.

Esperamos que esse produto possa ser democraticamente utilizado pela comunidade como espaço de publicização das suas formas de se expressar, existir e resistir na/em sociedade.

Almejamos, ainda, que as informações contidas nesse produto promovam para cada pessoa participante: ressignificação de sentidos; visibilidade às histórias silenciadas; fortalecimento de sentimentos de pertencimento e identidade.

Como ferramenta educativa esperamos que ele contribua, também, com o processo de educação patrimonial, numa perspectiva decolonial do que venha ser patrimônio.

3.4 MANUAL DE USO DO PRODUTO

Como plataforma digital, o site é compatível com os mais diversos modelos de aparelhos celulares, tablets, notebook e desktops; oferecendo adaptação do seu conteúdo com descrições e títulos adequados para sistemas de buscas e redes sociais, assim, tornando a divulgação mais eficiente.

A ferramenta ainda oferece a possibilidade de Comunicação Flutuante, ou seja, um Botão do WhatsApp flutuante em todas as páginas do site, para que pessoas interessadas possam enviar mensagem à Associação Quilombola.

Ainda será possível o acompanhamento e a análise dos acessos ao site. Com essa plataforma é possível acessar dados como: quantidade de acessos, localização dos visitantes, tipo de público, entre outras métricas.

Outro recurso disponível é o cadastro do site no serviço de indexação e otimização de sites do Google, visando a melhoria na performance do site no buscador.

3.5 PROPOSTA DE APLICAÇÃO NA COMUNIDADE PARTICIPANTE

Inicialmente, em reunião agendada com essa finalidade, o site será apresentado para a diretoria da Associação Quilombola Alto Santana, oportunidade em que serão demonstradas as suas funcionalidades; bem como as condições contratadas para manutenção e hospedagem.

Na sequência, a empresa contrata para o seu desenvolvimento, capacitará uma pessoa, indicada pela Associação Quilombola Alto Santana para que ela domine as ferramentas de alimentação para que as informações do site sejam permanentemente atualizadas.

3.6 DEVOLUTIVA PARA A COMUNIDADE

A devolutiva sobre os resultados da pesquisa, bem como a apresentação do site, para a comunidade do Quilombo Alto Santana acontecerá após a defesa do relatório técnico perante a banca examinadora, bem como após a discussão sobre o detalhamento do site junto a Associação Quilombola Alto Santana.

Para esse momento, planejamos a realização de um evento cultural, com a presença da comunidade, bem como de gestores públicos, representantes de instituições de ensino, especialmente, com a participação das pessoas detentoras dos saberes culturais, cujas informações foram detalhadas, e das matriarcas, cujas narrativas apontaram horizontes para a concretização da presente pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, quando propusemos a realização da pesquisa Quilombo Alto Santana: na última rua o início de tudo, o fizemos motivados em produzir conhecimento acerca das manifestações culturais daquela comunidade, por sua particularidade de ser reconhecida como comunidade quilombola, vivendo num contexto de uma cidade reconhecida como patrimônio mundial da humanidade, mas marginalizada, tanto espacialmente, quanto no reconhecimento de seu patrimônio cultural.

Por vivermos na cidade, já sabíamos da riqueza cultural existente naquele território. Porém, na medida em que o desenvolvimento da pesquisa possibilitou uma maior aproximação com aquela comunidade, bem como o conhecimento da sua força e de sua resistência, nos deparamos com o tamanho de nossa ousadia. Pois percebemos que deveríamos ir além das estratégias de inventário cultural. Precisariamos levantar informações sobre a constituição da comunidade que contribuíssem para o entendimento de sua dinâmica cotidiana, que está intimamente ligada às expressões culturais ali existentes.

É preciso admitir que, ao mesmo tempo que fazer o levantamento das narrativas e dos documentos que reportam à constituição da comunidade apresentavam-se como desafio diante do pouco tempo para a realização da pesquisa, por outro lado esse desafio nos motivava a seguir à diante. Pois acreditávamos que seu resultado produziria uma síntese da história de um povo apartado socialmente, mesmo vivendo na cidade.

O percurso realizado durante um ano de pesquisa oportunizou a nossa participação na vida da comunidade. A cada encontro, novas descobertas e novas trocas de saberes, que possibilitaram a identificação de que o estudo proposto poderia se constituir numa possibilidade de registro documental da história daquela comunidade; desenhando uma linha do tempo sobre o seu processo de formação, sua experiência de exclusão racial, social, e econômica – vivenciada, especialmente, por aquelas pessoas que chegaram primeiro no território.

Identificamos que as festas, as celebrações, as manifestações culturais são formas de expressão que mantêm viva na memória a herança dos antepassados, mas que, também, alimentam a chama que fortalece para os desafios cotidianos, configurando tanto como estímulo para a resistência frente às situações de exclusão, quanto como estratégia de união e solidariedade entre as pessoas que vivem na comunidade.

Os avanços das políticas públicas destinadas à reparação da situação de desigualdade vivida pela população negra precisam ser ampliados para que as pessoas vivam com dignidade, respeitando suas histórias, suas formas de expressar e de viver em sociedade. Aos gestores públicos e à organização comunitária chamamos à atenção sobre a importância de se implementar políticas macro para reparação e inclusão, como também iniciativas cotidianas, que estimulem vivência comunitária.

Oportunamente, salientamos a nossa consciência de que as informações contidas nesse estudo não se esgotam em si. Elas são passíveis de aprofundamento e de atualizações. Entretanto, esperamos que elas contribuam com a comunidade, bem como com cada pessoa que dele tenha participado, oportunizando visibilidade às histórias silenciadas; fortalecendo sentimentos de pertencimento e identidade.

Esperamos, ainda, que como produção acadêmico-científica, que os resultados dessa pesquisa contribuam, também, com o processo de educação patrimonial, numa perspectiva decolonial do que venha ser patrimônio, pois, sendo esse um campo de tensão e disputa, à luz da história, é passada a hora de se construir novas realidades, onde o protagonismo seja das minorias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Álvaro, Mirla C. e Araújo, Nayra da S. **Colonialidade e violência contra as mulheres negras no Brasil: uma análise feminista decolonial**. Tensões Mundiais, Fortaleza, v. 17, n. 33, p. 349-370, 2021.

Brandão, Carlos Rodrigues. **Peões Pretos e Congos, trabalho e identidade étnica em Goiás**, Universidade de Brasília, 1977.

_____. **Pesquisa Participante – um falar sobre ausências e silêncios**. Campinas, 2008.

Brasil, 1988 <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>, acessado em 05/01/2023.

Brasil, 2003 <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>, acessado em 05/01/2023.

Brasil, 2017, <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=25/10/2017&jornal=515&pagina=12&totalArquivos=96>>, acessado em 05/01/2023

CEE-FIOCRUZ, **Racismo Ambiental: as consequências da desigualdade socioambiental para as comunidades marginalizadas**. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=racismo-ambiental-as-consequencias-da-desigualdade-socioambiental-para-as-comunidades-marginalizadas>

Censo, 2022 – **Mapa: veja os dados de cor e raça, população, idade e divisão entre homens e mulheres na sua cidade**. Disponível em: [Mapa: veja os dados de cor e raça, população, idade e divisão entre homens e mulheres na sua cidade | Censo | G1 \(globo.com\)](#)

Chuva, Márcia. **Patrimônio Cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas**. In: Alice Duarte (ed.), Seminários DEP/FLUP, v.1. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras/ DCTP, 2020, pp. 16-35. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/18305.pdf>.

CONAQ, Terra de Direitos. **Relatório Racismo e Violência contra Quilombos no Brasil**. Brasília, 2018.

Costa, Alberto. **Crise Colonial e Independência 1808-1830** – Coordenação Alberto da Costa e Silva – Fundaciónmapfre – Objetiva.

Evaristo, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2017, p. 24-25.

Florêncio, Sônia Rampim et al. **Educação Patrimonial: inventários participativos**. Brasília: IPHAN, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/educacao-patrimonial/inventarios-participativos/ManualdeAplicaoInventriosParticipativos1.pdf>

Florêncio, S. R.; CLEROT, P.; BEZERRA, J.; RAMASSOTE, R. **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília: Iphan, 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf.

Gonçalves, J.R.S. **O Mal-estar no patrimônio**. Rio de Janeiro, Estudos Históricos, vol. 28, 2015

IPHAN Instituto do Patrimônio Artístico Nacional
<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/36>>, acessado em 02/01/2023.

IPHAN Instituto do Patrimônio Artístico Nacional
<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/362/>>, acessado em 02/01/2023

Instituto Ibirapitanga, 2024.
< <https://www.ibirapitanga.org.br/historias/comeco-meio-comeco/>>, acessado em 20/02/2025.

Lima, Alessandra R. **Patrimônio Cultural Afro-brasileiro e o Registro de Bens Imateriais: alcances e limitações**. In: Dossiê: Patrimônio Imaterial no Brasil: trajetórias, participação social e políticas de reconhecimento, Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 9, n. 17, p. 39-58, jul-dez 2020. Semestral.

Marinho, Thaís A. **Territorialidade e Cultura entre os Kalunga: para além do culturalismo**. In: Caderno CRH, Salvador, v. 30, n. 80, p. 353-370, Maio/Ago. 2017.

Mendonça, Diego; Pizzolitto, Nádia; Santos, Jean C.V. **Parque Natural Municipal da Estrada Imperial: Potencialidades para o Ecoturismo**. In: Revista Territorial, Cidade de Goiás, v. 8, n. 1, p. 14-28, 2019.

Neto, N.A.L; Miziara, L. M. **Do buraco do Mundo: Segredos, Rituais e patrimônio de um quilombo-indígena**. São Paulo, REV.CPC, n.27, p.165-184, 2019.

Nora, P. **Entre Memória e História**. São Paulo, 1993.

Oliveira, Irene Dias de. **Qual a cor da sua pele?: povo negro construindo identidades na diáspora**. São Paulo: Fonte Editorial, 2015.

Oliveira, Otair Fernandes de. **A cultura afro-brasileira como patrimônio cultural: reflexões preliminares**. Salvador: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2019.

Parés, Luis Nicolau. **Africanos Ocidentais**. In: Schwarcz Lília M.; Gomes, Flávio (Org) - Dicionário da Escravidão e Liberdade, Companhia das Letas, 2015

Pellegrini, Sandra C. A. **O Patrimônio Cultural no Discurso e na Lei: Trajetórias do Debate Sobre A Preservação No Brasil**. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.2, n.2, 2006

Pereira, Ivone A. **Sacerdotes das ruas e estradas: um estudo de caso da Folia de Reis de Santo Antônio de Goiás.** In: Lemos Carolina T. (Org.) – Religiosidade Popular. Coleção Religião e Cotidiano, Vol. 03, 2007

Rotondano, Ricardo O. **É preciso falar sobre etnia e raça: afirmando a diferença para construir a igualdade.** In: Revista Culturas Jurídicas, Vol. 9, Núm. 22, jan./abr., 2022 <https://periodicos.uff.br/culturasjuridicas/>

Santos, Antônio Bispo. **Colonização, Quilombos: Modos e Significações.** Brasília: AYÔ, 2ª Edição, 2023.

Scifoni, Simone. **Desafios para uma nova educação patrimonial.** Revista Teias, v. 18, n. 48, p. 05-16, Jan.-Mar., 2017. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/25231>.

Silva, Martiniano. **Quilombos do Brasil Central: violência e resistência escrava – 1719-1888.** Goiânia: Kelps, 2003.

Souza Filho, Carlos Frederico Marés de – **Bens culturais e sua proteção jurídica.** 3ª Edição (ano 2005), 6ª reimpressão, Curitiba: Juruá, 2011.

Tedesco, Gislaine V. L. **Entre a Permissão e a interdição do Lugar: O passado idealizado na Cerâmica da Cidade de Goiás.** Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica, 2013.

Terra Santa. **Santos e Ícones Católicos –** Significado e simbolismo de São Sebastião. Disponível em: <https://cruzterrasanta.com.br/significado-e-simbolismo-de-sao-sebastiao/162/103/>

Theodoro, Mário. **A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil.** Em: Theodoro, Mário (org.). As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição. Brasília: IPEA, 2008, pp. 15-44.

Tolentino, Átila. **O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática.** In: BRAGA, E. O.; TOLENTINO, A. (Org.). Educação patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas. IPHAN-PB: Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016, p. 38-48. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno_tematico_educacao_patrimonial_05.pdf.

Tolentino, Átila Bezerra. **Educação Patrimonial Decolonial: perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização federal.** In: Sillogés, v. 1, jan /jul, 2018, p. 41-60. Disponível em: <http://historiasocialecomparada.org/revistas/index.php/silloges/article/view/12>>.